

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICANÁLISE CLÍNICA E CULTURA
MESTRADO EM PSICANÁLISE CLÍNICA E CULTURA

RODRIGO FERNANDES TEIXEIRA

FRAGMENTOS DA HISTÓRIA: TESTEMUNHO, HISTÓRIA E MEMÓRIA A
PARTIR DE “VOCÊ VAI VOLTAR PRA MIM E OUTROS CONTOS”.

PORTO ALEGRE.

2020.

RODRIGO FERNANDES TEIXEIRA

**FRAGMENTOS DA HISTÓRIA: TESTEMUNHO, HISTÓRIA E MEMÓRIA A
PARTIR DE “VOCÊ VAI VOLTAR PRA MIM E OUTROS CONTOS”.**

Texto entregue ao Exame de defesa de dissertação, apresentado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo essa uma das exigências para a futura defesa.

Linha de Pesquisa: Psicanálise e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Edson Luiz André de Souza.

PORTO ALEGRE.

2020.

RODRIGO FERNANDES TEIXEIRA

**FRAGMENTOS DA HISTÓRIA: TESTEMUNHO, HISTÓRIA E MEMÓRIA A
PARTIR DE “VOCÊ VAI VOLTAR PRA MIM E OUTROS CONTOS”.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise Clínica e Cultura – PPG - PCC da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicanálise. Aprovada pela comissão de avaliação abaixo assinada:

Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa

(Orientador – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

Prof. Dr. Fernando Hartmann

(Universidade Federal do Rio Grande - FURG)

Prof. Dr. Amadeu de Oliveira Weinmann

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

Profa. Dr^a. Claudia Luiza Caimi

(Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

Porto Alegre, __ de _____ de ____ .

Sumário

Nota (hetero)biográfica do autor	7
Introdução	9
Advertência metodológica.....	13
Navio para alimentar crustáceos.	17
Capítulo 1 – A escritura da história	20
Cidadão da terra	48
Capítulo 2 - O trauma, a literatura e o tecido social	53
Um navio para alimentar o mar	83
Capítulo 3 - Memórias aterradas e a História aberta	85
Considerações posteriores.....	110
Referências bibliográficas	113

Resumo

A ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985) deixou marcas severas na sociedade nacional, pois significou um recrudescimento das práticas do Estado violando direitos políticos e garantias sociais em nome do combate a “inimigos políticos” internos. Pensando nas políticas de memória e seus efeitos no discurso histórico da temática no Brasil. Investimos em um trajeto apostando na palavra através da literatura pelo livro de contos “Você Vai Voltar Pra Mim e outros contos”, de Bernardo Kucinski como potência de transmissão geracional. Lemos por meio de operadores conceituais da psicanálise, da filosofia e da história, para poder dar a tônica deste trabalho, principalmente a partir dos conceitos de trauma, memória e testemunho. Observamos que a literatura aparece como uma força fundamental para a manutenção da memória política brasileira frente as políticas de desmantelamento da memória por entes oficiais.

Palavras-Chave: Ditadura-Civil Militar, Psicanálise, Trauma, Memória e Testemunho

Abstract

The Brazilian civil-military dictatorship (1964 – 1985) left severe marks on national society, as it meant a resurgence of state practices violating political rights and social guarantees in the name of combating internal "political enemies". Thinking about memory policies and their effects on the historical discourse of the theme in Brazil. We invested in a path betting on the word through literature by the short story book "Você Vai Voltar Pra Mim e outros contos", by Bernardo Kucinski as a generational transmission power. We read through conceptual operators of psychoanalysis, philosophy and history, to be able to give the emphasis of this work, mainly from the concepts of trauma, memory and testimony. We observed that the literature appears as a fundamental force for the maintenance of the Brazilian political memory in the face of the policies of dismantling memory by official entities.

Keywords: Civil-Military Dictatorship, Psychoanalysis, Trauma, Memory and Testimony

Nota (hetero)biográfica do autor

Estudo o tema da violência de Estado desde o segundo ano da minha graduação, iniciada em 2013 na FURG – Universidade Federal do Rio Grande, localizada em Rio Grande, minha terra natal. Trabalhei durante três anos e meio do ensino superior as questões da ditadura brasileira. Inicialmente sob a orientação de Alfredo Guillermo Martin, professor desta faculdade, e após a sua aposentadoria, por Michel Peterson, professor convidado. Ambos são estrangeiros, argentino e canadense, respectivamente, ambos com mais experiências com o tema, eu, apenas com um interesse teórico e social.

Não tenho familiares que foram perseguidos ou foram perpetradores da violência ditatorial, ou seja, não possuo um lugar de fala pessoal, portanto, será legítimo meu interesse por essa temática? Tal fato foi muito marcante no primeiro encontro do grupo de pesquisa do mestrado, sob a tutela de Edson Luiz André de Sousa, onde uma colega me interpela em um sentido de cobrança: “Por quê tu estuda isso? Qual o sentido que isso tem na tua vida? Que história tu tem nisso?” Eu entendi num sentido de que seria: qual a tua legitimidade e interesse nisso? Tu é afetado? Vítima direta ou indireta? A minha resposta foi: “Quem não é afetado?”.

Minha atuação no tema se estendeu, durante a graduação, para uma espécie de convênio de interiorização com o Projeto Clínicas do Testemunho que se vinculou com a APPOA – Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Atuamos num sentido de criar uma célula em Rio Grande, para isso, realizamos duas audiências públicas para tratar da temática e elas foram um sucesso de público. Tivemos como desdobramento da segunda audiência a criação de um grupo de testemunho que pude coordenar juntamente com Natália Centeno Rodrigues e Claudia Carneiro Peixoto, que durou quatro meses e foi uma experiência fundamental.

No meu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, trabalhei com dois relatos destinados à Comissão Nacional da Verdade, ambos públicos, de Solon Viola e Paulo de Tarso Carneiro. Solon não havia sido convidado pela comissão e apareceu de “surpresa” convidado por uma amiga, Nilce, Paulo de Tarso foi interrompido durante sua fala, por ter, supostamente, errado o nome de uma pessoa e foi “corrigido” por uma pessoa que assistia, Suzana. Essas falas tinham um tempo específico de dez minutos e não podiam se estender muito, Paulo levou o seu depoimento (e digo depoimento ao

invés de testemunho por considerar que se tratava de algo do caráter jurídico) escrito, Solon não.

Cheguei à conclusão que esse molde de depoimento/testemunho tinha inúmeros limites e haviam disputas pela verdade. Nada inesperado ou inescapável, porém, pensei em como seria possível dar uma continuidade a pesquisa a partir de um outro lugar, um lugar de tensão sobre a verdade dos fatos. Encontrei como caminho possível e cabível a articulação entre literatura e clínica, por conta disso prestei a seleção para o mestrado no PPG de Psicanálise Clínica e Cultura. Concorri para a vaga proposta por Edson de Sousa e fui acolhido por ele, mesmo sem conhecê-lo, algo que achei improvável que ocorreria. Lembro que uma das perguntas, a última, feita na entrevista, pelo próprio Edson, dizia respeito a uma demanda do programa de que os alunos que ingressassem terminassem seus trabalhos, ele perguntou: “Mas, se tu passares, tu vais fazer o mestrado mesmo?”. Eu não sabia como responder, sabia que, também, não podia responder com um simples ‘sim, irei’, então respondi da seguinte forma: “Tem uma frase do ‘Gramatologia’ do Derrida que eu gosto muito e é ‘o futuro só pode antecipar na forma do perigo absoluto’”. Isso finalizou a entrevista.

No fim eu fui aprovado, mas haviam dois problemas: Meu projeto era sobre literatura e eu não sou da área das Letras, o programa de pós-graduação em psicanálise e eu não sou psicanalista, muito menos tive condições de fazer análise. A situação que me encontrei até este momento é a condição de estrangeiro, porém um estrangeiro familiar, quase como o “infamiliar”, nova tradução de Ernani Chaves para o termo freudiano *Unheimlich*. Por conta disso achei interessante colocar essa nota introdutória, algo como as palavras de Mick Jaeger em *Sympathy for the Devil*: “*Please allow me to introduce myself, i’m a man of wealth and taste*”.

O ponto fundamental desse início de conversa é fincar um lugar de fala, discussão que tem tomado diversos setores nos últimos anos. Não sei se minha fala se torna menos legítima por eu não ser um perseguido político ou filho/neto/sobrinho/irmão/amigo de, porém, há uma história que compõe o meu caleidoscópio pessoal dessa narrativa e que está impressa nos conceitos, na lógica, na construção deste trabalho.

Grato pela atenção, boa leitura.

El tiempo es olvido y es memoria

Jorge Luis Borges

Introdução

*“Blast off! It's party time
And we don't live in a fascist nation¹”
(System Of a Down. B.Y.O.B)*

O presente trabalho se coloca como texto de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise: Clínica e Cultura e versa sobre a memória do período da ditadura civil militar brasileira (1964 – 1985). Temos como constatação histórica o fato de que a violência do Estado nunca cessou, que carregamos entulhos do autoritarismo até os dias de hoje. Também consideramos que a violência do estado brasileiro começa muito antes de 1964 e que sempre houveram problemas em relação a memória do passado.

Os esforços da sociedade, apesar de absolutamente necessários, mostraram-se insuficientes para construirmos uma política de memória que desse conta minimamente do nosso passado. Portanto, falaremos dos projetos de reparação, mas na perspectiva de trazermos para as proximidades do campo da ficção. Pensamos que a partir do lugar ficcional podemos construir narrativas e verdades sobre os fatos, podendo assim contorna-los, coloca-los em condições mínimas de enunciação.

Para tal tarefa, optamos por ler o livro “Você vai voltar pra mim e outros contos”, de 2014, escrito por Bernardo Kucinski. O texto é o agrupamento de alguns contos que versam sobre o período da ditadura civil-militar. O ponto que consideramos potente é o do embaralhamento, como um jogo, com a “verdade” factual, documental, e o compromisso com a necessidade de narrar. A posição da ficção como algo que é consequência da cultura e, ao mesmo tempo, modifica a cultura. A adoção de tal perspectiva acaba por abrir a seguinte questão: qual papel possível para a ficção no campo testemunhal brasileiro relativo à ditadura civil-militar?

Como principal advertência colocamos a separação fundamental entre autor e obra. Não é o nosso desejo analisar o autor a partir de sua obra, mas sim, pensar a obra em relação ao seu tempo e a cultura que está inserida, pensando nas potências de modificação e revolução a partir da linguagem. Isso é importante de ser colocado para evitar uma análise selvagem do texto por meio do autor, até como fez Freud em

¹ “Dane-se, é hora da festa, e não vivemos em uma nação fascista”.

“Dostoievski e o parricídio” onde caracteres do autor são extraídos de forma súbita da obra, o que é algo muito perigoso.

Portanto, consideramos que por termos um passado autoritário que se faz presente ainda hoje, realizar pesquisas nesse sentido se faz necessário, tendo em vista, principalmente o rompimento institucional, impedimento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, no que podemos chamar de golpe parlamentar. Não conseguimos, ainda, chegar a algum tipo de narrativa histórica que permita uma elaboração do passado. É provável que nunca cheguemos, e nem é essa a ambição do trabalho, porém, é importante colocar este ponto.

Além disso, temos como momento histórico a eleição de um presidente da república, em 2018, que relata abertamente que a ditadura civil-militar matou poucas pessoas e que, ao invés de torturar, deveria ter matado mais, o que é um completo absurdo. Mas o fato de uma pessoa com tal discurso chegar ao posto máximo do executivo do país denúncia sobre a nossa falta de capacidade de metabolizar o passado e transformar a violência histórica em uma narrativa que de conta e impeça (minimamente) a repetição autonômica da violência estrutural que compõe a sociedade brasileira.

É fundamental pontuarmos ~~que~~ esse acontecimento pois ele acontece relativamente em seguida ao término do trabalho da Comissão Nacional da Verdade, que atuou de 2012 até 2014. Como sabemos, a CNV não teve o poder de responsabilização de agentes estatais que atuaram na repressão, algo que mexeu com a história e, tardiamente, parece ter acordado um autoritarismo extremamente violento e que tomou conta da esfera pública.

Não podemos esquecer que o mundo vive uma certa “guinada” ao autoritarismo, mesmo que essa questão não entre como conteúdo deste trabalho, diz respeito ao contexto de produção do mesmo, assim como houve um contexto geopolítico global para a ascensão de ditadores como Médici no Brasil, Stroessner no Paraguai, Videla na Argentina, Fujimori no Peru e Pinochet no Chile, estes no século passado; há um contexto geopolítico para a ascensão de políticos que flertam explicitamente com o fascismo como Trump nos Estados Unidos da América, Orbán na Hungria, Bolsonaro no Brasil, Erdogan na Turquia e Johnson na Inglaterra. Nesse contexto de repetição da história ou de uma simples manutenção clara da violência constitutiva, é fundamental refletirmos sobre esses processos autoritários que se colocam no mundo neste exato momento.

Temos como objetivos principais compreendermos a questão histórica, jurídica e psíquica da transmissão dos efeitos traumáticos da ditadura civil-militar brasileira. A partir disso, pensarmos vias aproximadas da literatura ficcional para criar poros e frestas discursivas na história do país. Além disso, nos servimos de articulações conceituais para realizarmos esse jogo de memória que vemos com muito potencial produtivo para encontrar palavras para essa história.

O trabalho tem como estrutura três capítulos, o primeiro precedido por um conto de minha autoria, o segundo por uma citação biográfico-jornalística e o terceiro uma composição artística de uma poeta, que gentilmente cedeu sua obra para este trabalho, que acaba por compor a ideia da montagem do texto, o que se relaciona conceitualmente com a dissertação.

O primeiro capítulo discorre sobre a apresentação dos contos em uma tentativa de colocação deste livro em articulação com a história, como potência de transformação da cultura e como metabolização da história. O segundo capítulo dará conta de uma articulação dessa história com a noção psicanalítica de trauma, tentando pensar como podemos prospectar a história. Fazemos aqui uma aposta na narrativa como forma de recontar o passado. O terceiro capítulo terá por objetivo pensar como montar esse passado traumático em consonância com as possibilidades de narrativa sobre o mesmo. Em termos de comentário sobre a estrutura do trabalho é fundamental falar sobre a importância que as epígrafes possuem, pois elas são citações de arte que acabam por dizer muito sobre as considerações teóricas e políticas do trabalho.

O nosso trabalho não se pretende a ser um último trabalho sobre este tema, ou seja, não pretendemos um esgotamento, por ser algo muitíssimo delicado e envolver diversas camadas do tecido social. Tal consideração se põe como justificativa para a realização do mesmo, afinal, pode parecer anacrônico falar sobre as consequências de um período que se passou há mais de 30 anos, porém, seus efeitos seguem absolutamente vivos e produzindo consequências até hoje.

Advertência metodológica

*“Toma a palavra exército
põe devagar entre os dedos
dobra em pequenas partes
há uma guerra, eu sei
frotas falanges incêndios
(a horda insiste, devastada)
não somos o inferno, meu bem
só essa caixa de guardados”
(Daniela Delias. Partes)*

O método desse escrito pode ser tomado como uma tarefa em construção ainda. Existem muitos métodos possíveis para adotarmos na confecção deste trabalho, porém, encontraremos alguns limites. Poderíamos pensar através da Análise de Conteúdo, porém, entraríamos em uma espécie de conflito no que tange a verdade do texto, ou seja, onde o pesquisador possui a verdade, não sendo este nosso intuito. Seria possível, também, nos valermos da Análise de Discurso, porém, o que analisaremos aqui não será tratado exatamente como um discurso. Por fim, consideramos utilizar a Narratologia, porém, percebemos que o trabalho acabaria por tomar fins demasiadamente estruturalistas.

Nenhuma destas alternativas foi considerada ruim ou insuficiente, porém, consideramos procedimentos metodológicos inadequados para o que se propõe este trabalho. Tomamos como princípio a ideia de construirmos uma noção metodológica que nos possibilite pensar ao texto, tomando como uma espécie de intuição inicial o que diz Benjamin no começo do seu “Infância em Berlim por volta de 1900”

Saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução. Neste caso, o nome das ruas deve soar para aquele que se perde como o estalar do graveto seco ao ser pisado, e as vielas do centro da cidade devem refletir as horas do dia tão nitidamente quanto um desfileiro (BENJAMIN, 2012, p. 73).

Essa primeira colocação se relaciona fortemente com uma noção de ciência, afinal, os métodos consagrados pelo positivismo nos levam a instruções basilares e caminhos já traçados, porém, não nos permite algo da ordem do inesperado, algo, inclusive, da ordem do fracasso. Porém, perder-se em relação ao objeto é muito valioso, como bordear o assunto, como aproximar sem deformar e sem encaixotar, isso é um desafio imenso.

Para Walter Benjamin “Método é caminho indireto, é desvio” (1985, p. 50), tomamos essa ideia aqui como um princípio para não domar o texto e torna-lo

hermético e finalizado, como uma colocação última e final do texto, sendo posta, assim, uma interpretação totalizante e arbitrária sobre o mesmo. Daí a importância de considerar esses métodos citados anteriormente, porém, recusar o uso destes neste trabalho em específico.

Teremos por objetivo estabelecermos um método que considere a escritura como um efeito e um agente da cultura, ao mesmo tempo que considere os movimentos dialéticos da história. Aqui recorreremos a Sigmund Freud (2018, p. 23) que argumenta que é possível estudar um texto sagrado com um valor narrativo e com uma análise rigorosa, é possível contestar até mesmo uma tradição de mais de três mil anos com base em um nome, sem perder a seriedade de pesquisa.

Além disso, é interessante lembrarmos de outro texto desse autor sobre a “Gradiva” de Wilhelm Jensen onde há um verdadeiro trabalho arqueológico de Sigmund Freud para extrair significados do livro. Freud havia estabelecido há pouco tempo sua “Interpretação dos Sonhos” e buscava ainda reconhecê-la cada vez mais diante da ciência e da cultura. Nesse momento de sua obra, em 1906, escreve sua primeira análise literária, sobre a Gradiva.

O livro é utilizado como uma grande alegoria do funcionamento do inconsciente, do encobrimento de traços mnêmicos e de com eles se manifestam na vida do indivíduo. Hanold apaixona-se por um fragmento da imagem e não atoa ele é um arqueólogo, ao mesmo tempo ele percebe este movimento do pé em uma mulher e busca por ela. Dessa forma, começa uma busca na própria história através deste fragmento.

Uma alegoria arqueológica que se utiliza, de certa forma, de um método já arqueológico, como dito já nos “Estudos sobre a histeria”:

Ocorreu assim que nesta, que foi a primeira análise integral de uma histeria empreendida por mim, cheguei a um processo que mais tarde transformei num método regular e empreguei deliberadamente. Esse processo consistia em remover o material psíquico patogênico camada por camada e gostávamos de compará-lo à técnica de escavar uma cidade soterrada (FREUD, BREUER, 1995, p. 165).

O texto é tratado como um vestígio, bem como os sintomas no tratamento psicanalítico. Não pretendemos, é importante lembrar, colocar o texto por nós analisado em uma lógica onde encontraremos aquilo que queremos, mas sim queremos ler e construir tessituras, bem como Freud suscita na sua ideia de arqueologia. É nessa toada daquilo que resta que podemos construir algumas narrativas, é isto que mais nos interessa. É importante colocar esse ponto de construção, pois

Perguntemo-nos agora o que um visitante da Roma atual, munido dos mais completos conhecimentos históricos e topográficos, ainda encontraria desses

velhos estágios. Excetuando algumas brechas, verá o muro de Aureliano quase intacto. Em certos lugares achará trechos do muro de Sêrvio, trazidos à luz por escavações. Se tiver suficiente informação — mais do que a presente arqueologia —, poderá talvez desenhar, no mapa da cidade, todo o traçado desse muro e o contorno da Roma quadrata. Das construções que um dia ocuparam essa moldura ele achará, quando muito, vestígios, pois elas não mais existem (FREUD, 2010, p. 15)

Então, o que se põe como tarefa é uma construção a partir dos rastros. Lembrando que “A história cultural torna-se, aos olhos de Freud, no limiar do genocídio judaico, uma história de sobrevivências” (SELIGMANN-SILVA, 2017, p. 63). É justamente a partir destas condições que se torna fundamental pensarmos este princípio arqueológico como fundamento metodológico, pois este permite construir e reconstruir o passado a partir dos seus cacos.

Essas intenções arqueológicas nos põem diante do texto como algo que possui uma geografia, como uma cidade. Para Walter Benjamin, “Saber orientar-se em uma cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta, requer instrução” (BENJAMIN, 2012, p. 73). Tal consideração reforça as noções metodológicas por nós estabelecidas até aqui. Afinal, método se origina do grego *methodós*, caminho que se segue.

O texto, ao fim, é, de certo modo, uma alegoria, uma metáfora para compreendermos a narratividade possível do passado. Novamente, percebendo o sentido etimológico da palavra, esta deriva do grego onde significa transporte. Tal potencial alegórico nos permite pensar no movimento possível, no abalo que o texto produz na cultura de forma endógena.

Aproveitando esta ideia de movimento inerente ao trabalho, há também uma noção que pode colaborar muito com o nosso trabalho que é a ideia de “Origem”, apresentada por Walter Benjamin o seu “Origem do drama barroco alemão”. Benjamin compara a ideia de origem a de um vórtice, ou seja, um rio que tem um fluxo, porém, quando algo interrompe esse fluxo da água se cria um redemoinho autonômico, que se desprende da corrente e gira em seu próprio eixo. Comparar esse fenômeno natural com a ideia de origem pode ser muito interessante, conforme propõe Giorgio Agamben

Tentemos levar a sério a imagem da origem como vórtice. Antes de mais nada, a origem deixa de ser algo que precede o devir e permanece separado dele na cronologia. Assim como o redemoinho no curso do rio, a origem é contemporânea ao devir dos fenômenos, dos quais extrai sua matéria e nos quais, todavia, permanece, de algum modo, autônoma e parada. E, dado que ela acompanha o devir histórico, procurar entender este último significará não reconduzi-lo a uma origem separada no tempo, mas confrontá-lo e

mantê-lo com algo que, tal como um v, ainda está presente nele (AGAMBEN, 2018, p. 85).

Tal colocação nos permite articular a ideia de prospecção arqueológica com a ideia de uma origem que acompanha o fenômeno no tempo, repetindo-se, não necessitando voltar a uma origem específica e “verdadeira” que, supostamente, desencadearia o fenômeno. Dessa forma, não precisamos remontar, factualmente, o início do Brasil desde a invasão portuguesa em terras tropicais, da violência do genocídio indígena, escravidão e etc. Toda essa violência se reproduz em vórtices que replicam à exaustão.

O que está em questão é justamente como perceber a narrativa textual. Significa pensar que antes de seu conteúdo há uma maneira de narrar em vigência, ou seja, uma constituição cultural da escrita, no caso brasileiro, muito marcada pelo esquecimento. Mas não se trata apenas disso, há uma dialética em questão, um livro contribui na modificação da cultura, o livro é capaz de inscrever traços.

Para este escrito analisaremos fragmentos do livro “Você vai voltar para mim e outros contos” de Bernardo Kucinski. O livro consiste em um apanhado de contos que versam sobre a ditadura civil-militar, na maioria deles o momento histórico do conto não fica claro à priori, depende de muitas circunstâncias para perceber. Tal particularidade nos permite uma espécie de flutuação e mistura de passado, presente e futuro, o que é fundamental quando trabalhamos com categorias como inconsciente, trauma e história.

Apesar de separarmos a obra de seu autor, principalmente no intuito de não colocar a obra no divã, entendemos que a posição que Kucinski ocupa subjetivamente perante a história talvez seja a condição de enunciação deste passado. Bernardo Kucinski teve sua irmã, Ana Rosa Kucinski, morta e desaparecida durante a ditadura brasileira, o que o torna afetado de forma direta. O autor escrevera outro livro anterior a este que será trabalhado, de nome “K. Relato de uma busca” que foi um grande sucesso de vendas e versa sobre a busca de uma desaparecida política. História muito inspirada pelo ocorrido com sua irmã, onde o nome denuncia não somente a inspiração de Kafka, mas também o próprio sobrenome.

Portanto, entendemos que há um lugar que possibilita tal enunciação, porém, não pensamos ser adequado tomarmos este local como ponto de análise porque ele não se apresenta diretamente no texto, portanto, não podemos tomar como um fato analisável. Isso não nos vacina de cometermos erros de análise, porém, permite que demarquemos de forma enfática nosso ponto de partida.

Navio para alimentar crustáceos.

*“Na zona sul existe um rio.
Nesse rio mergulha o sol.
E arde fins-de-tarde, de luz vermelha.
De dor vermelha, vermelho anil.”*
(Engenheiros do Hawaii. *Anoiteceu em Porto Alegre*)

Ao sul do sul há água. Na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e é sempre difícil explicar essa parte, há um rio muito estranho. Onde acontece um encontro deveras esquisito: da água doce com a água salgada, onde já se viu? Chamam isso de laguna, pelo que fico sabendo. A cidade mais antiga do estado, agora já não sei se o nome da cidade tem a ver com o nome do estado ou o nome do estado tem a ver com o nome da cidade. O que mais interessa nisso tudo é a água. Esse encontro tão específico de água salgada e água doce ocorre em uma região muito famosa chamada Saco da Mangueira, e é ele que propicia a procriação de camarões, este crustáceo tão adorado na culinária e que quando bem desenvolvidos chegam ao glorioso tamanho de um dedão da mão, que se movimenta em cardumes volumosos, apesar de ser conhecido por ter excrementos na cabeça, pode ser considerado como símbolo do sucesso dessa cidade

Mas Rio Grande, esta península ao sul do sul, tem peculiaridades fantásticas. Apesar de suas atividades relacionadas ao mar serem a força econômica mais óbvia, se desenvolveu a partir da indústria têxtil. Um império chamado Rheingantz construiu uma cidade dentro da cidade, um complexo industrial, grande o bastante para se localizar na frente de um cemitério e importante o bastante para que o pórtico da cidade fosse em forma de uma máquina de costuras, uma imponente e quase irreconhecível máquina de costura de pedras no meio da cidade. Sim, o pórtico fica no meio exato da cidade, não fica no seu início. O que é bastante confuso, pois nunca sabemos quando chegamos ou quando saímos de Rio grande. Também não sabemos se o Cassino faz parte da cidade ou não, é bem confuso, mas lá tem uma praia bonita, de água salgada onde os carros podem chegar perto. Pelo que dizem por aí é a maior praia do mundo. Ah, mas certamente o melhor é dar para colocarmos os carros pertinho da água, é uma maravilha. Ah, a água, claro, a história da água.

A cidade é de gente boa, não costumamos falar muito do passado. Acho que a pergunta é sobre o passado não? Parece que sempre bate uma certa amnésia quando falo disso, a memória se destrói. Mas me parece, não sei, acho que é história de pescador,

tem muitos aqui, mas parece que teve um navio aqui em 64. Atracou aqui em 64. Não sei quando se foi, acho que se foi em 64, nem para o que serviu. O que algumas pessoas contam é que teve gente presa lá. Onde já se viu, não é? Um navio de pesquisas sendo usado como prisão, me parece história fiada, de pescador mesmo. Canopus era o nome do barco, não tem muitos registros dele. Um cara tem relatos sobre isso, até virou nome de ginásio esportivo, como é mesmo o nome dele? Faria? Algo como salmão, não lembro, ou Salomão, algo assim, parece até que ele fez um livro sobre isso. Dizem que o pessoal usava esse navio para prender grevista, maloqueiro e comunista para não influenciar no presídio comum, mas eu não sei.

Medo? Não sei. Aqui era uma zona muito segura, tão segura que chamavam de zona de segurança nacional, quer dizer, acho que estávamos bem. Mas o tal do Salomão parece que ficou um tempo preso com outras pessoas no navio. Mas é algo muito complicado, não tem arquivo. Se não tem arquivo, não deve ter existido, oficiais adoram arquivos não é mesmo? Não é? E será que faz algum sentido utilizar um navio como prisão? Só se for para alimentar os crustáceos!

Ãhn? Se os crustáceos foram alimentados? Não sei, esse ano tivemos uma safra bem boa de camarões. No fundo acho que eles são como a gente. Andam em bando e tudo mais, se olharmos de perto parecem até espermatozoides. Tá bem, mas o navio. É complicado falar disso, parece que o assunto escorrega, como pegar algo engordurado como o pastel do Mercado público com aqueles guardanapos de seda. Enfim, pelo que contam teve mais gente presa e torturada no navio, mas não tem como saber, não é como o pórtico que está ali, é um navio.

Não sei se é bom seguirmos falando sobre isso. Sim, eu sei, já passou muito tempo. Sim, sim! O navio pode não ter existido, mas nunca se sabe, nunca ouviu histórias de embarcações assombradas?



Capítulo 1 – A escritura da história

*“Overwhelmed as one would be, placed in my
position
Such a heavy burden now to be the One
Born to bear and bring to all the details of our
ending
To write it down for all the world to see
But I forgot my pen...²”*

(Tool. *Rosetta Stoned*).

Iniciamos o trabalho tentando promover uma apresentação do objeto em questão, colocando-o em evidência, por assim dizer. Optamos por essa ordem por conseguirmos pensar desdobramentos a partir da obra, podendo assim focar o aspecto da montagem dos contos e possíveis arranjos e rearranjos das temáticas de forma infinita.

Optei por dar este título para esse capítulo por fazer uma brincadeira linguística. Escritura é uma tradução possível, eventualmente considerada incorreta, do termo “l’écriture”, empregado por Jacques Derrida em sua teoria em diversos livros, principalmente em “L’Écriture et la différence” traduzido como “Escritura e Diferença”. Eventualmente é argumentado que tal termo deveria ser traduzido como escrita, não como escritura. Em um curso ofertado no ano de 2017 pelo professor canadense Michel Peterson, na Universidade Federal do Rio Grande, sobre o tema do testemunho na obra de Derrida, tal questão foi abordada como um erro de tradução por uma colega. Não sou nem um conhecedor profundo da obra de Jacques Derrida, nem um conhecedor da língua francesa, porém, fiz uma ressalva de que na língua portuguesa a palavra “Escritura” possui valor de registro, por exemplo a escritura de um imóvel, um documento.

Portanto, esta exposição e esse jogo com a palavra, nos permite colocar o livro justamente nesse limiar, tanto de escritura como de escrita. De escritura porque possui um caráter de documento, registra algo para os anais da história. De escrita porque está sempre inacabado e existe enquanto rastro na cultura.

Temos assim a obra “Você vai voltar pra mim e outros contos” de Bernardo Kucinski, jornalista e escritor, autor também de “K: Relato de uma busca”, onde narra os acontecimentos da busca de uma jovem desaparecida política. Claramente a história de “K” é inspirada na história de sua irmã, Ana Rosa Kucinski, desaparecida política,

² “Sobrecarregado como qualquer um estaria em minha posição
Tão pesada a carga de ser o escolhido
Nascido para carregar e trazer a todos os detalhes do nosso fim
Para escrever isso para todo o mundo ver. Mas eu esqueci minha caneta...”

morta por agentes da repressão, porém, é contada de forma literária, onde a ficção encontra de algum modo a realidade. De alguma forma a escrita encontra um lugar de narração para o próprio autor que metaboliza a própria experiência traumática de desaparecimento da irmã, porém, de fato, isso não pode ser aferido. Mesmo que pudesse, que pudéssemos apontar os traços da história que são reais ou não, nos importa o caráter, justamente, heterobiográfico, não o autobiográfico. Ou seja, a biografia de um tempo, de um período e os efeitos disso na cultura, biografia do “Outro”.

Nesse ponto é importante retomarmos a discussão exercida na advertência metodológica sobre a questão do autor. Agamben retomará a discussão de Foucault que separa o sujeito autor de uma Função-autor, ou seja, o autor não pode ser apreendido enquanto pessoa na obra, “Nessa perspectiva, a função-autor aparece como processo de subjetivação mediante o qual um indivíduo é identificado e constituído como autor de um certo *corpus* de texto” (AGAMBEN, 2007, p. 57). Portanto, qualquer tipo de investigação que busque o sujeito do autor enquanto unitário, ou algo do tipo, não pode encarregar-se da sua obra.

O texto é composto por 28 contos dispostos sem uma sequência aparentemente lógica, ou seja, têm uma certa independência um para com o outro. Não temos como objetivo mostrar alguma ordem oculta dos contos, mas sim evidenciar aquilo que nos salta os olhos por meio de alguns contos, como por exemplo, como em alguns personagens seus papéis se repetem de alguma forma, como certas noções aparecem e desaparecem, como certas noções e histórias se entrelaçam. Não traremos para cá todos os vinte e oito contos, mas algumas partes de alguns que nos mostram certas consequências.

A partir daqui entramos com a noção de escrita e com a ideia de um livro, um escrito com um dispositivo. Não podemos deixar de pensar como concebemos a noção de “dispositivo” aqui, tendo em vista o mecanismo da tortura que o Estado dispôs como ferramenta do seu projeto. “...chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2005, p. 13). Partindo dessa medida, notamos o caráter de apreensão do sujeito nas teias desse mecanismo, o que nos fornece uma orientação no que diz respeito à função que a tortura tem na sociedade, de moldar subjetividades.

O mesmo autor vai considerar que o sujeito está em meio a um “embate corpo-a-corpo” entre vivos e os dispositivos, ou seja, em um ínterim. A relação final que se

faz em relação a isso é que: “Todo dispositivo implica, com efeito, um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência” (AGAMBEN, 2005, p. 14). Há a violência do controle dos corpos, a tortura então, pode ser concebida como um dispositivo de controle social, de aniquilação da subjetividade divergente.

O dispositivo, então, também é todo o processo de escrita, o livro também o é, e

O sujeito – assim como o autor, como a vida dos homens infames – não é algo que possa ser alcançado diretamente como uma realidade substancial presente em algum lugar; pelo contrário, ele é o que resulta do encontro e do corpo-a-corpo com os dispositivos em que foi posto – se pôs – em jogo. Isso porque também a escritura - toda a escritura, não só a dos chanceleres do arquivo da infâmia – é um dispositivo, e a história dos homens talvez não seja nada mais do que um incessante corpo-a-corpo com os dispositivos que eles mesmos produziram – antes de qualquer outro, a linguagem (AGAMBEN, 2007, p. 63).

Vemos aí a relação fundamental entre a noção do dispositivo enquanto ferramenta de aprisionamento do corpo e enquanto arregimentador de subjetividades, ou seja, a linguagem como um dispositivo mestre de todos os outros, afinal, o mundo existe por meio da linguagem.

E assim como o autor deve continuar inexpressão na obra e, no entanto, precisamente desse modo testemunha a própria presença irreduzível, também a subjetividade se mostra e resiste com mais força no ponto em que os dispositivos a capturam e põem em jogo. Uma subjetividade produz-se onde o ser vivo, ao encontrar a linguagem e pondo-se nela em jogo sem reservas, exhibe em um gesto a própria irreduzibilidade a ela (IBIDEM).

Introduzindo agora a parte relativa ao nosso objeto em si deste trabalho, não podemos iniciar de maneira diferente que não passe pela epígrafe, bem como o primeiro capítulo da Gramatologia de Derrida se chama “Epígrafe” ela é fundamental no caso de Kucinski e seria um engano sem tamanho não passar por ela. De certa maneira, uma epígrafe condensa uma série de sentidos que existem em um texto e normalmente é uma citação fragmentária à uma outra pessoa. Kucinski escolhe um fragmento de poema de Óssip Mandelstam, poeta russo morto a caminho de um Gulag, preso por compor um poema crítico a Josef Stálin. A epígrafe nos diz: “*Não quero falar de mim, mas seguir de perto o século, o rumor e a germinação do tempo*”. Estar presente não para falar de si, mas para acompanhar a germinação do tempo, é essa mensagem que nos é colocada primeiramente. É um alerta que se coaduna perfeitamente com a introdução, ou advertência do texto.

Aqui tomamos a o escrito como um dispositivo que têm potência para fazer o inverso, de criar diálogos e de ampliar os espaços públicos. Um dispositivo para contar uma história, uma máquina de fazer ver e fazer sentir a história principalmente a história

dos vencidos e silenciados. É exatamente aí que entra a advertência indicada por Bernardo Kucinski no começo do livro:

Caro Leitor: As histórias desta coletânea fazem parte de um conjunto de 150 contos escritos entre junho de 2010 e junho de 2013, dos quais foram selecionados aqueles que se inspiram no clima de opressão reinante no nosso país nas décadas de 1960 e 1970 e suas sequelas. Aos leitores familiarizados com aqueles tempos, os contos podem lembrar episódios e pessoas conhecidas. Mas não passam de invenções, criações literárias sem nenhuma obrigação de fidelidade a pessoas ou fatos que eventualmente os possam ter inspirado. Aos leitores mais jovens, não familiarizados com aqueles tempos, acredito que essas narrativas de cunho literário permitirão sentir um pouco a atmosfera de então, com nuances e complexidades que a simples história factual não conseguiria captar (KUCINSKI, 2014, p. 2).

Mesmo sem ser o “conteúdo” propriamente dito do livro já temos um grande vetor de análise. Um conjunto de 150 contos foi construído e dele foi separado um conjunto que tratasse das violências cometidas pela ditadura civil-militar brasileira entre 1960 e 1970. Advertindo que sim, aqueles que vivenciaram de maneira presencial este período poderiam encontrar semelhanças com eventos “factuais” daquele momento, porém, as histórias não passam de “invenção” sem obrigação de fidelidade.

É curioso como se mantém os anos sessenta e sessenta, porém não entram os oitenta, período reconhecido como sendo da abertura “lenta, gradual e segura”. Há um consenso de que o final de década de sessenta até o meio da de setenta marca o período mais recrudescido e brutal do regime, porém, a brutalidade não teve exclusividade de período. Um dos momentos de maior desfaçatez e escancaramento da barbárie militar se deu no ato da explosão no Rio Centro, onde um oficial morreu enquanto construía um atentado que seria atribuído à militantes de oposição, isso ocorreu em 1982. Claro que o clima após a anistia tomou ares mais palatáveis, porém, o Estado nunca deixou de recrudescer.

É uma condição muito tênue, de se propor a relatar, através de contos, um período muito bem datado da história porém sem uma obrigação de fidedignidade e propor àqueles que reconhecerem histórias ali um distanciamento, como quem diz que qualquer semelhança é mera coincidência. Será? Será que um período tão datado prevê (co)incidências? É possível que sim. Mas o texto se resolve na próxima frase: “Aos leitores mais jovens, não familiarizados com aqueles tempos, acredito que essas narrativas de cunho literário permitirão sentir um pouco a atmosfera de então, com nuances e complexidades que a simples história factual não conseguiria captar” (IBIDEM). A conciliação impossível entre uma geração e sua predecessora. Impossível

sem a ficção, sem o invento. Notamos que o testemunho fracassou em sua estatura depoimental na história brasileira. Documentos foram levantados, uma comissão da verdade foi feita, audiências públicas foram realizadas, as pessoas afetadas descreveram suas sevícias com enorme precisão, porém, mesmo assim, as gerações mais novas tem um contato com o silenciamento. Afinal, a história oficial ainda mantém uma anistia oportunista e compromissada com o silêncio. Em um país onde a realidade por mais que seja expressada, documentada e publicizada (afinal, conforme a lei, os arquivos que sobraram desse período estão abertos) não tem estatuto de verdade, resta como cartada a ficção.

Esse trecho do livro coloca em questão a tarefa de transmissão da história, transmissão esta que só é possível de ocorrer, fora de um âmbito de repetição, por meio da narrativa. “A experiência que passa de boca em boca é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 2012, p. 214). É justamente nesse ponto que a narrativa que está em jogo, conforme diz a advertência, se coloca para a leitura, como algo que sim, diz respeito a este passado, que recolhe alguns cacos de experiência e os reorganiza, porém, não pode perder seu estatuto ficcional, pois isso limitaria seu alcance.

Tal desenvolvimento narrativo coloca em vista uma posição de narração que se coaduna com a proposta por Walter Benjamin: “O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 2012, p. 242). Ou seja, constatar que os acontecimentos do passado são passíveis de serem reavivados, porém, não podem ser capturados em totalidade em uma história cronológica.

O conto que traremos para a cena se coaduna com esses pontos do passado, intitulado de “O Velório”, e inaugurasse com a seguinte frase: “Um enterro especial requer um caixão especial”. Partindo da afirmação de Kucinski, chegamos à conclusão de que o passado precisa de um embrulho especial, pois a cada instante periga desaparecer irremediavelmente. Em nenhum momento se elucida a temporalidade, sabemos pela força da circunstância que trata-se de um pai, Antunes enterrando seu filho, Roberto, mas não podemos afirmar quando, a informação precisa é a idade de Antunes, que possuía noventa anos, fator determinante para a realização do enterro,

conforme verificamos na seguinte afirmação “Não quero morrer sem enterrar o meu Roberto” (KUCINSKI, 2014, p. 50).

Este não é o primeiro conto na ordem do livro, é o sexto, porém opto por iniciar com ele justamente por se tratar de um enterro. Na defesa de qualificação um dos membros da banca colocou uma frase muito interessante vista em um trabalho que acabei por não encontrar, que é o fato do enterro ser a passagem da condição de ente querido para ancestral.

Durante as ditaduras do cone sul, uma das figuras mais importantes tanto para a implementação do terror e para a aniquilação da vida é a do desaparecido político. O Estado captura o sujeito e, normalmente, o mata, não podendo responsabilizar-se por tal morte, afinal, ocorre em nível de ilegalidade, some com o corpo. O impacto de tal ato é enorme e extremamente desumano, pois priva a família do direito ao luto, do direito de passar para a história.

A vida que desaparece deixa, além de um vazio, uma busca, a busca pelo corpo, morto ou vivo. Patricio Guzmán em seu “Nostalgia da luz” relata a busca de familiares por desaparecidos políticos no deserto do Atacama. A película relata a história das mulheres que tiveram familiares desaparecidos e buscam os restos mortais no deserto. A narrativa comporta muito bem uma relação com a astronomia e é muito interessante a colocação de um astrônomo que, em resposta a pergunta sobre que pensava sobre estas mulheres, diz que:

Elas continuam vagueando pelo deserto. Se você comparar são duas situações diferentes... Porém, é um processo parecido, similar, ao de um astrônomo, com uma grande diferença: nós podemos dormir tranquilos depois de passar a noite observando o passado. Nós buscamos algo no passado que não nos tira o sono. As vezes o calor nos incomoda, mas nós dormimos bem e, no dia seguinte, nós voltamos ao passado sem conflito, sem nada. Mas essas mulheres não podem conseguir dormir depois de procurar vestígios humanos, um passado que não encontram. Elas nunca podem dormir tranquilas se não encontram isso. A grande diferença é essa, nós não podemos comparar. Eu penso. É curioso que a sociedade deveria compreender melhor essas mulheres do que os astrônomos, mas é o contrário. A sociedade compreende muito mais os astrônomos, em sua busca pelo passado, do que essas mulheres que procuram seus restos. Há um certo silêncio e isso me preocupa (Gaspar Galaz)

Essa tarefa de escavação diária, de uma vida inteira, tarefa impossível de esburacar um deserto sem umidade alguma. Girar uma história sem descanso ao redor desse buraco que faltará para sempre, o silêncio das autoridades que não permitem sequer a dor da perda. É o ponto que anuncia a importância do conto, Antunes sabe que a própria vida está perto do fim e isso o motiva enterrar seu filho, mesmo sem haver

filho algum, é claro. Esse rito feito a força, as custas da violência não possibilita a elaboração, de fato, porém, é uma escolha ainda ética de enterrar, mesmo sem a certeza se há corpo.

O luto parece interminável, a sala da casa da família transforma-se em sala do velório, algo como em períodos anteriores da história, e a cidade inteira se mobiliza em direção a este momento. Parece que, enfim, uma situação especial ocorrerá e possibilitará o luto. O conto é sucinto, passa por algumas caracterizações de velórios comuns, como as conversas de parentes distantes, a refeição, detalhes sobre o enterro até o último ato, o cortejo.

A um sinal de Antunes, o caixão é baixado à sepultura e padre Gonçalves repete a oração pelos mortos. Pessoas passam rente à cova e atiram punhados de terra, mulheres jogam as rosas vermelhas trazidas pelas irmãs. O coveiro João assume, despejando muito depressa com a pá quantidades robustas de terra. O tio Teixeira de Bauru pega outra pá e apressa o sepultamento. As pessoas começam a dispersar. Caem os primeiros pingos de chuva. O caixão está enterrado. Dentro dele estão um paletó e um par de sapatos do Roberto. Seu corpo nunca foi encontrado (KUCINSKI, 2014, p. 56).

Este é o fim do conto, a frase seca e objetiva de que o rapaz, chamado Roberto, nunca teve seu corpo encontrado e sepultado. O enterro era sem corpo. A família faz seu luto impossível por meio de um caixão e só. Apesar de ser impossível precisarmos quanto tempo transcorreu entre o desaparecimento de Roberto e o seu sepultamento. Tal situação não é exclusiva de seu Antunes e de sua família, durante a atuação da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) foi constatado que oficialmente o Estado brasileiro desapareceu pessoas que estiveram sob a custódia do Estado e foram mortas e desaparecidas. Tiveram seus corpos violados e suas famílias dilaceradas.

Essa sensação vivenciada pela família de Roberto é realidade em tantas outras famílias que tiveram seus entes queridos desaparecidos, a esses restou buscar formas, modos para experienciar o luto. Fica evidente um enlace que possibilita bordarmos tantas vivências sobre o passado ditatorial, assim a alegoria ficcional do conto “O Velório” dialoga com a experiência vivenciada pelos familiares dos desaparecidos políticos, evidenciando sua potência.

Não podemos deixar de mencionar aqui o caso do primeiro corpo de um desaparecido político encontrado no Brasil, Luis Eurico Tejera Lisboa, poeta e guerrilheiro, foi morto em uma emboscada enquanto estava na clandestinidade, em um quarto de pensão no bairro Liberdade (talvez um destino irônico) em São Paulo. Foi morto, transportado e enterrado em uma vala comum no cemitério de Perus com seu

codinome da clandestinidade: Nelson Bueno. Ico, como era conhecido, desapareceu para pais, irmãos tios e para sua esposa, Suzana Lisboa. Esta que inicia uma busca incessante pelo marido. Vivo ou morto? Entre telefonemas e notícias absurdas, como que Luis teria ido para o Uruguai, ela investiga acompanhada de uma amiga, Iara. Juntas e com o auxílio do jornalista Caco Barcellos chegam até este cemitério que havia enterrado vítimas da repressão. Dentre os registros havia lá um traço, “Nelson B.”, Suzana o reconheceu e encontrou o primeiro corpo de um desaparecido político no Brasil, um verdadeiro marco arrancado a unhas pela luta incessante.

Porém, não foi, necessariamente, a “Redemocratização” que extirpou tais arbítrios. Amarildo Dias de Souza foi desaparecido em 14 de julho de 2013, no Rio de Janeiro, pela Polícia Militar carioca durante uma operação chamada “Paz Armada”. Foi detido e liberado (oficialmente) em seguida, porém, nunca mais voltou para casa. Em circunstâncias muito específicas e estranhas apenas as câmeras daquela UPP – Unidade de Polícia Pacificadora (para onde fora levado) não estavam funcionando. Dessa forma, os policiais sustentavam um argumento de um erro e que Amarildo havia sido morto por um traficante de entorpecentes.

Em 2016 o caso teve um desfecho, onde se descobriu que o comandante da unidade havia subornado uma moradora do bairro para colaborar com a versão da instituição e que, na verdade, ele havia sido confundido com um traficante e foi torturado, em seguida assassinado. A ideia de que se fosse, de fato, um criminoso poderia ser morto e torturado perpassa o imaginário popular, “bandido bom é bandido morto” em uma democracia, em um estado de direito, direito para quem, exatamente?

A questão do luto também nos remete a tragédia Antígona. Temos uma espécie de lição sobre o tema, visto que a personagem sofre a punição irradiada sob a forma do mal radical do excesso pela força soberana de Creonte frente ao seu desejo de enterrar o próprio irmão Polinices, condenado postumamente a não ter um enterro digno. Antígona enfrenta tal decreto e realiza algum tipo de ritual, por isso é condenada a ser enterrada viva. Dá a vida em nome da necessidade de haver as honras fúnebres que servem à memória do que deixa a vida. Enterrar nossos mortos é uma das mais valiosas tradições, ao mesmo tempo, que essa impossibilidade confere um momento de perigo, como define Benjamin de desaparecer uma tradição e quem recebe tal tradição.

Um comentário fundamental, porém, que escapa qualquer capacidade de análise profunda que posso fazer neste momento, é como a figura do feminino está colocada nessa posição de fiadora” da memória. Na Odisseia é Penélope que fia e desfia a

mortalha de seu sogro enquanto espera o retorno, já improvável, de Ulisses que passara dez anos na guerra de Troia e mais dez anos, totalizando vinte, em seu regresso. Assim como são as mães “loucas” da praça de maio que buscam seus desaparecidos, são as mulheres no Atacama, Antígona, Suzana e Iara, parece haver algum índice cultural no feminino que o impele para este horizonte ético de ser resistência à vontade soberana de aniquilar o passado.

É importante diferenciar, mesmo que de maneira mínima, o acontecimento de um fato, “Um acontecimento não é um *fato*. A vontade genocidária é, por excelência, a que anula, no cerne mesmo do acontecimento a facticidade do fato” (NICHANIAN, 2012, p. 19). Ou seja, o poder que esmaga a vítima/testemunha de um genocídio é o mesmo que destitui a própria condição de fato, a prova precisa ser fornecida pela vítima, mesmo que a máquina genocidária tenha destituído a condição factual do acontecimento.

A testemunha da Catástrofe apenas pode estar morta, irremediavelmente, sem recurso e sem retorno. De uma vez por todas, não se pode falar em primeira pessoa. Portanto, a única pergunta interessante é: onde é que se inscreve essa morte da testemunha? Será ao menos possível que ela se inscreva? Que imagem, necessariamente evanescente, pode-se ter dela? E se não está escrita nem inscrita em lugar algum, como, então, ler o que não está escrito nem inscrito? É exatamente a primeira pergunta que uma poética do testemunho deveria se colocar (NICHANIAN, 2012, p. 33).

Essa colocação irremediável da condição da testemunha dá uma potência para essa recusa a narrativa factual. Tentando hipotetizar uma resposta para as perguntas de Marc Nichanian, para ler esse testemunho não inscrito, é preciso renunciar a condição factual. Por tal opção, uma obra literária tem poder de recriar os acontecimentos, mesmo que não consiga provar os fatos, já que tal tarefa é impossível por si só.

Renunciar a condição factual não é necessariamente renegar a história, nem entender a mesma como passível de “revisão”, porém, é entender que foi possível mascarar um genocídio por meio da negação do mesmo e do apagamento dos rastros, entender como isso foi (e ainda é) possível se faz fundamental.

Sobre o engendramento dessa noção com a de literatura convém lembrar que “Escrever é também girar. Mas girar em torno do quê? Escrevemos para fixar, ficcionalizar o nome que se apaga, adentrar minimamente nossos insertões, para poder ver mais de perto a ferida (...)” (SOUSA, 2017). De certa forma, tal consideração nos coloca em perspectiva em relação à produção de literatura como um testemunho, que possibilita olharmos, talvez com um olhar “desviante” para a ferida. Convém

lembrarmos que “A verdade tem uma estrutura, se podemos dizer, de ficção” (LACAN, 1995, p. 258-259). Essa noção é de extrema valia nessa proposição de pensamento nos os fatos estão destruídos, mesmo que com documentos recuperados e arquivados.

Se a verdade tem estrutura de ficção, podemos dizer, conforme a lógica, o contrário, que a ficção pode ser lida como uma verdade. A questão sempre será como faremos isso? Quais balizas teríamos? Nunca teremos as balizas com metragens corretas, porém, o caminho necessário para rompermos com essa tradição dos oprimidos certamente passa por um testemunho que inscreve algo na história, um testemunho que seja lido como tal, um testemunho à posteriori.

A posteriori é também a narrativa sobre o passado. No livro existem dois contos que versam explicitamente sobre situações de terapia, um específico sobre isso e outro onde este detalhe compõe a cena, o primeiro “Terapia de Família”, terceiro conto, e o outro “Sobre a Natureza do Homem”, o quinto, entre eles há um conto chamado “Jogo de Chá”. A terapia de família versa sobre um rapaz de trinta e oito anos que vive com os pais e não sai de seu quarto, não tem, nem nunca teve, emprego e como justificativa sempre diz estar arrumando o quarto e nunca termina essa tarefa. A família se preocupa, afinal, está lá, o rapaz mofando em meio a imundície. É dada uma biografia do rapaz em relação as suas ocupações:

Até os vinte e cinco anos, estudou. Estudou também é modo de dizer; saía de um curso, entrava em outro. Começou na arquitetura. Não presta, disse, os professores são medíocres e os alunos uns riquinhos alienados. Foi para a faculdade de direito. Depois de um ano trancou matrícula, taxando os professores de reacionários. Nas ciências sociais permaneceu dois anos. Gostava do ambiente, da maconha e até do assunto. Mas decidiu que os professores sabiam menos do que ele. Largou. Acabou no jornalismo, o mais fácil de todos os cursos, mas nem esse terminou. Alegou que não servia para nada (KUCINSKI, 2014, p. 35).

O pai havia sido preso e fora solto pela Lei da Anistia, durante a prisão o filho passava por essas questões de estudo, entrando e saindo dos cursos e a sua mãe não contara sobre este detalhe. Na volta para casa o pai tenta dar um basta nessa situação, de uma maneira bastante autoritária, diz para o filho procurar um emprego ou procurar outro lugar para morar, porém, recebe uma resposta inesperada, diz o filho: “depois de tantos anos tomando conta da casa, enquanto o pai estava preso e a mãe no Paraná, a casa agora era dele. Chama-se direito de usucapião...” (KUCINSKI, 2014, p. 36). Há uma surpresa aí. Notemos que as personagens não possuem nome, apenas a sua função social.

O pai tenta, então, um acordo, de que poderia ficar, desde que fizesse terapia. O

rapaz, em contrapartida, disse que se submeteria apenas se fosse terapia de família, o que incluiria uma irmã que sequer morava junto. Todos aceitaram em prol da resolução do problema. A primeira sessão o rapaz toma por inteira, declarando que:

Lembrou o dia em que foi descalço à escola porque o pai esquecera de pegar o sapato no sapateiro. As vezes em que perdeu a sessão de cinema com os amigos porque o pai não deu dinheiro. O dia em que quebrou o braço e o pai, apressado, disse que não era nada, estava só inchado, ia sarar sozinho. Naquela semana, a mãe tinha viajado. Dois dias depois a vizinha o levou ao pronto-socorro e engessaram seu braço. – Se demorasse mais um dia, eu ia ficar aleijado pro resto da vida – ele disse, dirigindo-se ao terapeuta. Falou da vida apertada enquanto o pai esteve preso; do tempão largado na casa da avó no Paraná; da mãe se esforçando, mas tudo o que ela fazia era pelo pai; o filho não contava, não era nada. E acusou o pai de nunca ter perguntado por ele nos seis anos de cadeia e de não saber sequer o que ele estudava na faculdade. Seis anos esperou em vão uma carta do pai, um bilhete, que nunca chegaram. Pra mãe, sim, o pai escrevia sempre, e pra filha de vez em quando (KUCINSKI, 2014, p. 36 – 37).

É um pouco inevitável pensar que a narrativa leva esta demanda posta para um lugar onde o sofrimento é amplificado, um alarde, uma tempestade em um copo de água, mas será que não cabe uma tempestade em um copo de água? A coisa parece sem nexos e pesada demais, um fluxo contínuo de palavras muito bem montado, cristalizado na narrativa do jovem. Reclama de ter sido negligenciado por este pai, sente o desinteresse do pai.

Esse momento lembra profundamente um trecho de “Carta ao Pai” de Franz Kafka onde ele relata pedir água em uma noite. Chorava de sede, porém, na própria narrativa, diz que estava fazendo birra, pretendendo chamar a atenção. Quando este pai em um arroubo digno de um soberano o leva para o lado de fora, para a varanda, da casa e o deixa ali, a noite, apenas uma criança que pedia água. O ressentimento que o eu lírico de Carta ao Pai remonta sobre seu pai, que de sua poltrona comandava o mundo, é semelhante ao desse homem que via seu pai ser o centro do mundo e nunca, sequer, enviou uma carta.

De certo modo esse conto diz de algumas semelhanças com o universo de Kafka, principalmente a história extremamente arrastada e pensada por camadas, onde as coisas não se resolvem. Poderia o quarto do personagem principal assemelhar-se os gabinetes mofados onde habitavam os juízes de “O Processo”? Não seria essa figura paterna que exige, se ausenta, é, eventualmente, ridícula e decaída, próxima a que propõe Kafka? Não posso afirmar ao certo, porém, Walter Benjamin nos coloca que “... nas estranhas famílias de Kafka o pai sobrevive às custas do filho, devorando-o como um monstro parasita” (BENJAMIN, 2012, p. 150), vemos então que no conto de Bernardo Kucinski

não se trata exatamente disso, o pai obriga o filho a trabalhar numa tentativa de fazê-lo sair de seu quarto, mas em nenhum momento o conto diz que este pai trabalha. Portanto, no universo das exigências, este pai consome o filho.

Benjamin prossegue seu traçado colocando a questão da justiça em Kafka, comentando que o pecado original seria a queixa do homem de que o pecado original fora cometido contra ele, “Mas quem é acusado desse pecado original, hereditário – o pecado de haver engendrado um herdeiro – senão o pai, pelo filho? Assim, o pecador seria o filho.” (IBIDEM). A acusação do filho é mortal e quase ininteligível para toda a família enquanto o pai responde, quase como uma defesa uma contraposição, dizendo que a filha havia conseguido terminar a faculdade e organizar a vida, ao que o filho responde que era “Claro, para ela você escrevia; para ela nunca faltou nada” (IBIDEM).

O analista é colocado em uma situação vexatória nesta narrativa e como alternativa, compreendendo qual era a demanda da família, propõe que hajam sessões individuais intercaladas, primeiro o rapaz, depois a irmã, depois a mãe depois o pai, “Disse que era muito importante ouvir o rapaz antes dos demais porque ele demonstrara possuir uma visão elaborada de toda a questão. Lisonjeado, ele concordou” (IBIDEM). A tentativa, claro, dizia respeito a trazer o filho para a análise. Ele vai e a descrição da cena e o que diz é de grande valor:

Na sua primeira sessão individual, uma semana depois, ele virou a poltrona para a janela e sentou-se de costas para o terapeuta. Intrigado, o terapeuta esperou calado, decidido a não ser o primeiro a falar. Isso nunca lhe havia acontecido. Assim ficaram mais de meia hora (KUCINSKI, 2014, p. 38).

Essa cena é o grande estereótipo de um processo analítico. De forma grosseira, empregando uma análise selvagem, poderíamos dizer que há essa ideia comum no imaginário social do analista que se cala e apenas ouve, sem dizer palavra alguma. Porém, pensando em *setting* analítico, a posição ética que o analista propõe ao analisante é justamente ficar de costas em relação ao divã. É o paciente que toma essa postura, o que gera algum estranhamento em quem lê e é familiarizado com o processo analítico. Ser inusitado é uma espécie de indício do atípico que toma as relações entremeadas pela violência do Estado.

Quase ao final da sessão, o rapaz levantou-se, desvirou a poltrona, voltou a sentar-se e, encarando o terapeuta, disse:

– A arrumação do quarto é uma desculpa; eu passo as vinte e quatro horas do dia pensando em maneiras de destruir meu pai.

O terapeuta esperou inutilmente que ele continuasse. Então perguntou:

– É tanto ódio assim?

– Não é ódio; eu amo meu pai.

– E por que você quer destruí-lo?

– Porque ele me impede de ser eu mesmo, qualquer coisa que eu faça não

vale nada; só ele existe, só ele foi preso político, só ele foi torturado.
– Vamos trabalhar essa questão...
– Eu não acredito em psicanálise, só vim aqui porque faz parte do acordo.
Levantou-se e foi embora, sem se despedir (IBIDEM).

A espera de uma fala catártica e resolutiva permanece suspensa. O filho parece saber de forma bastante consciente o que está em jogo, desde a arrumação do quarto até o que sente pelo seu pai. Ele acusa de ter sua vida tolhida por este pai pela condição de perseguido político. Michael Rothberg em seu livro “Multidirection Memory” desenvolve um raciocínio sobre a inauguração de um monumento em memória a Shoah nos Estados Unidos da América onde um ativista do movimento negro repudia aquela construção, pois seria inconcebível haver um monumento de memória ao holocausto e não haver um monumento de memória sobre a escravidão, utilizando o argumento da quantidade de mortos.

De acordo com Rothberg tal imposição colocaria uma hierarquização do sofrimento, algo que ele percebe, em alguma medida na academia e na cultura. No tocante aos estudos de memória, testemunho e catástrofe corremos o risco de considerar um acontecimento hierarquicamente maior do que o outro. Essa discussão é extremamente complexa e grave e tentarei expor um argumento que trace uma linha que permita um trânsito de memória.

É inevitável lembrar a passagem de Adorno que nos diz que “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas” (ADORNO, 1998, p. 26.). Há toda uma construção de crítica sobre o conhecimento cultural, porém, alerta, apenas, para uma possível consequência desse pensamento: considerarmos a Shoah como paradigma da tragédia, ou como catástrofe máxima. Será que antes da arquitetura de morte nazista, para ficar apenas em um exemplo, seria possível fazer poesia na América Latina após a invasão genocida dos europeus?

Não podemos hierarquizar a memória e dizer quem sofre mais. Tal critério vale para as ditaduras na América do Sul, se disséssemos que, pelo fato do Brasil, oficialmente, ter matado e desaparecido menos do que mil pessoas (o que não necessariamente quer dizer que tenha afetado menos de mil pessoas, ou que esses dados não tenham sido acobertados) em vinte e um anos, enquanto a ditadura argentina matou e desapareceu trinta mil pessoas em menos de dez, a ditadura brasileira foi branda ou não foi sanguinária estaríamos certos? Certamente não.

Porém, sempre estamos em risco eminente de que tal hierarquização possa

ocorrer em nível cultural e acadêmico. Podemos considerar, talvez, o holocausto judeu como o paradigma técnico da produção da morte? Não correríamos um risco de diminuir a técnica dos otomanos ao espalhar a morte aos armênios (aliás, o genocídio armênio não é reconhecido ainda de forma integral) em marchas pelo deserto? Não correríamos um risco de separar as grandes tragédias das pequenas tragédias? A verdadeira vítima da nem tão vítima assim? A resposta é que sim, estamos sempre sob este risco.

Não alheio a esta posição frente a história, Walter Benjamin ataca justamente este ponto ao separar a história entre vencedores e vencidos.

Escrevo este texto enquanto olho para um livro enorme que nunca abri, de 855 páginas, comprado na feira do livro de Pelotas no ano de 2015. Foi comprado pelo nome: *Os Vencedores: A volta por cima da geração esmagada pela ditadura de 1964*, lançado em 2014, de autoria de Ayrton Centeno. O termo “vencedores” chama muito a atenção, lembro a música de Belchior “Como nossos pais” que nos diz “Eles venceram e o sinal está fechado para nós, que somos jovens”. Foi inevitável a associação de tal título com os termos benjaminianos e com a advertência que ele faz ao dizer que “tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 2012, p. 244).

Vencedores, os que narram e ficam com o espólio, vencidos os que tem expropriada a sua própria história. Levamos em conta que o autor pensa a história como um amontoado de uma catástrofe única e que um historicismo que considerar uma linearidade causal, cronológica e original não será capaz de fazer justiça, ele nos diz que

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida obterá seu passado completo. Isso quer dizer: Somente para a humanidade redimida o seu passado tornou-se citável, em cada um dos seus momentos. Cada um dos seus momentos vividos transforma-se numa *citation à ordre du jour* – esse dia é justamente o do juízo final (BENJAMIN, 2012, p. 242).

A humanidade pode redimir-se apenas na presença de todos, portanto, a proposição do livro de 2014 que apostou no argumento de que a geração esmagada pelas botinas pretas acabou saindo vitoriosa pois alguns de seus mais ilustres presos tornaram-se presidentes da república enquanto os oficiais e generais se recolhiam ao anonimato de sempre mostra-se mais complicada. A montagem de uma espécie de coleção de momentos e fotos de todo o período, somando a uma articulação minuciosa de nomes e ideias, faz com que “Os Vencedores” seja muito interessante e tenha grande

valor histórico, mas tem uma perspectiva, de certa forma, ingênua ao afirmar “Quem ganhou, perdeu. Quem perdeu, ganhou” na contracapa.

Essa longa curva no assunto no conto serve como introdução de pontos de inflexão que nos permitam pensar a extensão de quem pode considerar-se afetado, como podemos pensar a recepção intergeracional do trauma e quem pode ouvir. O psicanalista imobilizado do conto, que tenta alguma estratégia para ouvir é posto violentamente em cheque, coloca que é muito difícil estar aberto para ouvir essas narrativas. Ainda mais essa fala arrastada, quase cínica, de alguém que sofreu mas que lhe é negado o lugar de sofrimento.

O conto prossegue com o anúncio do fato do pai ter ligado para o analista em busca de informações do que o filho tinha dito e o que o terapeuta pensava disso. Ele responde que nunca tivera caso semelhante e que não poderia falar mais pelas questões de sigilo. Essa ligação por parte do pai é extremamente irônica nesse contexto, já que fora torturado e toda a tortura tem como desculpa a obtenção de informação. Claro que a tortura não ocorre exatamente por isso, mas é curiosa essa vontade do pai de saber o que havia sido dito, de querer esta informação.

Há uma nova sessão marcada para a próxima semana, esta com a família toda, e novamente o filho toma conta de todo o atendimento, proferindo diversas críticas à psicanálise como um todo.

Por fim, enfiando o dedo no nariz do terapeuta, disse que ele devia ter vergonha de viver à custa das neuroses que o capitalismo produz e de outras que eles mesmos inventavam para ganhar dinheiro. E mais: o que ele cobrava por sessão era um assalto.

O psicanalista, que até então havia permanecido em silêncio, ergueu-se lentamente, em poucos passos chegou à porta e a abriu. Pediu educadamente que todos saíssem e não voltassem mais (KUCINSKI, 2014, p. 39).

A situação é quase que insuportável para todo mundo da forma que foi apresentada, tudo é colocado de forma extremamente disfuncional. É muito importante ressaltar o desmonte da imagem de um analista que suporta toda e qualquer narrativa, o que vemos no caso explicitado no conto. O estereótipo cultural da Psicanálise como uma instituição que acolherá todas as narrativas possíveis o que nem sempre é possível ou acontece, a partir desse momento entra em jogo a noção do desejo do analista em ouvir determinadas situações.

A história da psicanálise nos mostra sua origem a partir de uma escuta marginal, escuta dos sintomas das históricas como algo digno de apreciação, não como algo que devesse ser eliminado. Ao longo da história tirou consequências importantes para suas

teorias diversos acontecimentos mundiais e catastróficos, desde as duas grandes guerras, as experiências de crises financeiras, a ascensão e declínio da experiência comunista e socialista, o avanço da ciência sobre o corpo humano e uma infinidade de acontecimentos que remexeram as estruturas da Psicanálise e a mesma sempre se mostrou aberta à incontáveis atualizações para que não se perdesse em um anacronismo fundamentalista.

Todos estes acontecimentos e a própria leitura atenta dos textos psicanalíticos em sua base primordial freudiana nos apontam a experiência psicanalítica sempre em um caminho crítico e revolucionário em um sentido de problematização da cultura. Porém, ao mesmo tempo, a mesma é uma instituição e possui seus mecanismos e dogmas, o que a mantém em um tênue fio entre uma vivência revolucionária e a sobrevivência institucional.

Esta reflexão nos remete a um caso bastante famoso e muito relevante nesse momento do texto que é o conhecido caso Amilcar Lobo e a Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro – SPRJ, vinculada a IPA – International Psychoanalytical Association, fundada por Sigmund Freud. Tal caso foi excelentemente documentado por Helena Besserman Vianna, psicanalista, que repercutiu a notícia de um jornal operário brasileiro que vinculava a figura do candidato a analista na SPRJ, Amilcar Lobo, analisante de Leão Cabernite (que ocupava a presidência da SPRJ), a sessões de tortura. O que mais nos interessa nesse caso foi a postura protecionista da instituição, negando e deslegitimando a narrativa oriunda das vítimas de tortura.

A maneira que Besserman Vianna escreve esta história é muito interessante, pois ela inicia a narrativa a partir de um encontro com um executivo da IPA, quando no dia seguinte recebe um telefonema dizendo:

“Monsieur Vianna, est-ce que je peux parler avec Helena?” (Posso falar com Helena?). – Sim, claro, sou eu mesma. – A voz rouca em despertar súbito e inesperado. – Aqui fala Ares. Pensei muito durante a noite e queria pedir-lhe que não comentasse com ninguém, nem contasse a ninguém, ninguém mesmo, toda a nossa conversa de ontem... Compreenda, como membro do Conselho Executivo da IPA, não devo conversar abertamente sobre este assunto. Tem sido difícil a vida na América do Sul durante os regimes ditatoriais, mas creia-me... é melhor que eu não saiba de nada... está me entendendo? Não conte a ninguém...” (VIANNA, 1994, p. 15).

O começo se dá de forma retroativa, após um encontro em 1993 com este executivo, quando a origem da questão se dá em 1973, a partir da publicação de uma revista psicanalítica Argentina de nome “Cuestionamos” que referencia a denúncia feita pelo jornal “Voz Operária” que acusava o candidato a analista Amilcar Lobo de

participar de torturas. A grande questão são os desdobramentos de tal denúncia, afinal, é algo de gravidade extrema. O primeiro movimento fora tomado pelo presidente da COPAL - Organizaciones Psicoanalíticas de América Latina, David Zimmermann, que, em outubro de 1973, solicita explicações da instituição psicanalítica carioca em relação ao ocorrido, questionando como seria o processo de admissão de um novo membro.

A resposta assinada por Leão Cabernite dá conta de tratar o tema como boataria, que serviria como um procedimento de acusação de reacionarismo da Psicanálise, colocando a reputação de Amílcar Lobo como ilibada e acima de qualquer suspeita, sendo atestado que o mesmo não possuía nenhum tipo de vínculo com a ditadura, exceto que prestara serviço militar e ocupara a vaga de estágio no exército. Além disso, o comunicado que visava descreditar a notícia, tratando como algo infundado e absurdo. (VIANNA, 1994, p. 40 – 41).

Observamos um nítido movimento de descrédito de uma narrativa das vítimas de tortura, o que denota, realmente, uma posição reacionária da sociedade em questão. A SPRJ entra em uma certa crise institucional, afinal, as acusações eram graves e se interpunham sobre a maneira como a instituição se comportara frente as denúncias de violação de direitos humanos pela ditadura civil-militar, mantendo em sigilo todos os documentos que apuravam o envolvimento ou não do candidato em questão.

Helena Besserman havia solicitado no ano de 1975 o pedido para tornar-se membro titular da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro SBPRJ, afinal, atuara por alguns anos como responsável por ministrar os seminários teóricos sobre Karl Abraham, Sigmund Freud e Sándor Ferenczi. A carta que recebera do conselho da sociedade lhe negara o pedido, alegando o descumprimento do artigo 13 do estatuto, referente a consideração de caráter e integridade ética exigidas para que o membro assumisse (VIANNA, 1994, p. 52).

Percebemos um comportamento persecutório por parte de uma outra instituição, travando a ascensão de uma candidata em nome da proteção de uma outra sociedade e, no fim, Besserman Vianna fora denunciada por denunciar um torturador e isso poderia resultar na sua expulsão da sociedade em questão. Porém, em 1976 fora autorizada a apresentar seu trabalho clínico e fora aceita como membro titular da SBPRJ, porém, vinha sofrendo constantemente com as tentativas de exclusão de seu nome do quadro de associados.

Em 1980, a partir de uma carta de Hélio Pellegrino, também psicanalista da SPRJ, Amílcar Lobo foi expulso da SPRJ. Porém, uma semana após tal acontecimento a

sociedade psicanalítica também expulsa Hélio Pellegrino e Eduardo Mascarenhas por terem abordado “temas proibidos” (VIANNA, 1994, p.88). Fato oriundo de críticas feitas em direção à SPRJ fora da mesma, em veículos de mídia.

No ano seguinte vieram a tona depoimentos de presos políticos que reconheceram Amilcar Lobo. O mais contundente fora de Inês Ettiene Romeu, presa na Casa da Morte de Petrópolis e única a sair com vida de tal local, que reconheceu Amilcar Lobo sob o codinome de “Dr. Carneiro”

O discurso oficial mantido pela SPRJ e pela SBPRJ era de uma grande coincidência e que todos os fatos não caracterizavam qualquer tipo de atuação de colaboração com a ditadura ou de perseguição a qualquer denunciante, porém, dizia respeito a um trabalho incansável de manutenção do caráter “apolítico” das mesmas.

Em 1986, após o final oficial da ditadura, Amilcar Lobo vem a público em uma entrevista à Revista Veja e revela que de fato participara de sessões de tortura, revelando, inclusive que vira Rubens Paiva sendo espancado nas dependências do quartel onde prestava serviços (VIANNA, 1994, p. 103). Revelou, inclusive, que Leão Cabernite, seu analista, sabia de suas atividades de colaborações militares.

O desdobramento do caso, por fim, é o esquecimento por parte das instituições que trataram tudo como uma grande crise que ameaçou o exercício da psicanálise no Brasil, como se isso fosse o mais importante. Neste ponto voltamos ao início, no já citado episódio do telefonema, onde a tentativa era, justamente de um encobrimento da história, para que aquilo não ultrapassasse os limites institucionais.

A partir daí podemos tecer reflexões acerca da possibilidade de escuta evocada no conto de Kucinski, Vemos que, ao fim, não era possível ao analista sustentar a análise daquela família, talvez, até, fora impossível para a família, e, principalmente, o seu filho, se colocar enquanto analisante. Isso compõe parte de todo o trauma no tecido social, pois “o último recurso do corpo torturado não é o berro: é o silêncio. O silêncio é a escolha de quem não tem mais escolha nenhuma; e como escolha, é o último reduto ético de humanidade” (KEHL, 2004, p. 11).

Essa proposição desloca uma noção lógica da ordem das coisas, resta para a vítima não o grito rebelde e audível, mas a mudez. Dessa forma, compreendemos um pouco da verbosidade sem narrativa ou conteúdo do rapaz apresentado no conto e de como é necessário um esforço quase sobre-humano para ofertar bordas na escuta dessas narrativas. Temos que pensar no desejo por parte de quem escuta, que é fundamental, para que tais histórias possam ser contadas.

Devido a tradição revolucionária, a teoria psicanalítica propicia excelentes ferramentas teóricas e éticas para orientar esta escuta (apesar das questões que levantamos há pouco). E tal consideração é crucial para compreendermos o processo de reparação psíquica no Brasil, ocorrido a partir de 2013. É fundamental colocarmos os aspectos que levaram a existência de uma política de reparação na situação brasileira. O primeiro deles é a condenação em âmbito internacional pela Corte Interamericana de Direitos Humanos – CIDH, no caso Gomes Lund, referente a desaparecidos no Araguaia.

Apenas em 2012, a partir de uma condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi instaurada uma Comissão Nacional da Verdade em 2012. Em 2013, a partir da mesma condenação, foi criado o projeto Clínicas do Testemunho, com o objetivo de promover “reparação psíquica” aos afetados pela violência do Estado.

Este projeto é de profunda importância, pois surge como um eixo de reparação fundamental e, ao mesmo tempo, esquecido. A compreensão que o Estado causou danos a subjetividade das pessoas foi um grande passo no sentido de uma justiça de transição. Tal ação foi realizada por meio de parceria público-privada, com quatro convênios, com as instituições: Instituto Projetos Terapêuticos (Rio de Janeiro), Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo), Instituto Projetos Terapêuticos (São Paulo) e Sigmund Freud Associação Psicanalítica (Rio Grande do Sul). A primeira fase do projeto foi executada no período entre janeiro de 2013 e dezembro de 2015. A segunda fase teve vigência entre janeiro de 2016 e dezembro de 2017 e contou com convênios com as seguintes instituições: Instituto de Estudos da Religião – ISER (Rio de Janeiro), Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo), Instituto de Estudos da Religião – ISER (São Paulo), Instituto APPOA – Clínica, Intervenção e Pesquisa em Psicanálise (Rio Grande do Sul), Instituto APPOA – Clínica, Intervenção e Pesquisa em Psicanálise (Santa Catarina).

Um dos fatores que nos interessam aqui é que a maioria dos institutos que receberam o projeto trabalham a partir da Psicanálise, o que nos mostra um vetor importante acerca da ideia de reparação que vinha sendo implementada, ou seja, uma ideia calcada no valor da palavra como laço. Porém, é importante dizer que ao final do segundo edital não houveram renovações e o Estado brasileiro interrompeu o programa, o que mostra os entraves históricos na disputa sobre uma narrativa do passado, que segue a manutenção do silenciamento.

Não nos atentemos especificamente a função dessas instâncias, porém, o tempo que elas levaram para acontecer. Vinte e sete anos para haver uma investigação das

violações de direitos cometidas durante a ditadura. É praticamente uma geração inteira para o Estado se responsabilizar pelo passado, certamente isso reverbera determinados efeitos no país. Além disso, a principal demanda estava associada a justiça, ou seja, a responsabilização dos agentes do Estado que cometeram violações. Coisa que não aconteceu, pois a Comissão Nacional da Verdade não teria poder condenatório.

Possivelmente, essa questão temporal tenha alguma relação com o rompimento institucional ocorrido no Brasil em 2016, que optamos chamar aqui, por coesão teórica, de golpe parlamentar, que instaurou uma nova agenda política que não havia sido votada nas urnas. Acompanhada de uma forte tendência social ao autoritarismo e a violência principalmente no campo do discurso. A palavra perde força e dá espaço para os discursos de ódio, pedidos de “ordem”, nacionalismos e esvaziamento da esfera pública.

É a partir daí que escrevemos este trabalho, a partir desse deserto discursivo, a partir da pobreza narrativa. É nesse cenário que apostamos na potência da palavra como um oásis, da palavra como alternativa sobrevivente para a transmissão e não-repetição do passado. Mesmo que tais esforços fracassem, são índices importantes de serem tomados nesse momento histórico, um momento extremamente delicado onde forças fascistas se alargam pelo mundo todo.

Não necessariamente é um acaso o fato de que as instituições que acabaram por compor o cenário da reparação psíquica sejam de matriz teórica psicanalítica. Poderíamos ter, por exemplo, um viés tecnicista com o trabalho focado em teorias cognitivo-comportamentais, principalmente pelo fator de possuírem uma proximidade muito grande da medicina, com operadores conceituais como o “TEPT” transtorno de Estresse Pós-Traumático. Tal consideração complexifica o debate acerca do tratamento de um trauma coletivo, pois, se pensarmos na via da reparação como algo “pessoal”, ou seja, tratar um problema inteiramente social como algo pessoal.

Daí vêm a potência da clínica psicanalítica como uma clínica do laço social. A partir dela é possível operar a partir do um-para-um, sem tornar em um “cada um por si”, pois é um entendimento de operação a partir da linguagem. Por isso a importância de um trabalho que leve em conta de forma integral o sujeito como um produto da cultura e que o espaço de fala para vítimas de violações deve centrar-se na narrativa de quem sofreu através do paradigma de uma escuta que acolha, não que inquiria.

A fundamental constatação disso é pensarmos que, talvez, mais importante do que aquilo que aconteceu é: o que acontece com aquilo que aconteceu? Apesar da

redundância, em parte intencional, isso nos faz pensar não somente a escrita como passagem da história para os seus anais como uma modificação do presente e do passado, do passado enquanto porvir. É por tal noção que o livro de Kucinski também se mostra potente, por através de fragmentos não apenas tomar caracteres discricionais como fundamento.

O conto “A Suspeita” nos oferta um ponto para este sentido. Tratando de uma conversa entre companheiros militantes oito anos após terem a suspeita de que um de seus colegas havia delatado para o SNI e o terem excluído de seu convívio. O argumento do texto inicia-se com a constatação que o mesmo, sujeito sem nome, acabara por cair em desgraça de sofrimento psíquico, principalmente o alcoolismo. O ambiente é universitário e o clima era dos anos de chumbo e o rapaz é descrito como pouco adequado as circunstâncias, por conversar mais sobre assuntos científicos e parecer não compreender as notícias ruins de prisões e cassações que chegavam pelos corredores.

- O que o Nestor dizia dele? – pergunta alguém.
- Que ele era mais um esquisitão, dos tantos gênios e disléxicos que pululam aqui na física, e que ele era crânio em analítica.
- Então quem foi que lançou a suspeita?
- Eu sei lá quem foi! Pode ter sido qualquer um de vocês. Eu é que não fui. Nem eu nem o Nestor. Alguém o teria visto entrando na sala do tal de Vítor, o cara do SNI que se instalou na reitoria. Ou saindo da sala. E daí? Ele pode ter entrado na sala errada ou pode ter sido chamado por algum motivo justificável. Ou pode nem ter sido ele, a informação não era categórica. Foi assim que começou: como um rumor Mas o motivo mesmo foi o sorriso bobo. Foi como se, de repente, o rumor explicasse o sorriso que até então ninguém conseguia entender. De repente tudo se encaixou: ele era um informante (KUCINSKI, 2014, p. 100).

O que temos é a ambientação de uma tensão forte, porém, se mostra o aspecto de uma paranoia na formação dos grupos, o que é justificável, porém, possui consequências e responsabilizações. O que explica, de alguma forma, a forma como o conto é aberto em sua narrativa, com a frase: “Não me venham com bobagem; eu também estou convencido de que erramos feio, não há dúvida, mas daí a concluir que nós o levamos à loucura é demais. Uma pessoa assim já nasce de parafuso solto...” (KUCINSKI, 2014, p. 98). É dado a entender que há um sentimento de “culpa”, de responsabilidade perante o sofrimento, porém, as circunstâncias são utilizadas como atenuadores do que está em questão, que é, basicamente, será que ele era um espião ou não? Se não, será a que a desgraça dele poderia ter sido evitada?

Como a ideia de que para bom entendedor meia palavra basta, alçar o status deste rapaz ao de informante resolvia o “problema” de alguma forma, atenuaria o

sentimento paranoico. Poderíamos dizer que naquele momento o rapaz seria o “Bode Expiatório” do grupo. Vemos, com muita sutileza a aproximação argumentativa que as personagens do conto possuem com os discursos policialescos de regimes ditatoriais, que ficam muito explícitos neste trecho, o final do conto.

– O Nestor explicou que ele tinha medo de falar porque só entendia de ciência. E que o sorriso forçado dele era uma defesa quando o assunto era outro.

– E sempre era outro, não é mesmo? Ninguém fica discutindo ciência em rodinha de corredor; discute num seminário, e só as pessoas daquela área, não na hora do cafezinho.

– Demorou para ele perceber o gelo? – pergunta um rapaz da roda que parece mais jovem que os demais.

– Demorou. Até nisso ele era devagar. Ele foi se afastando aos poucos, até que passou a só conversar com o Nestor. Mesmo assim, pouco.

– O Mário disse que ele começou a beber. Primeiro, uns tragos à noite, depois de modo descontrolado. Então teve aquele episódio da convulsão e ele parou de beber; foi quando pediu a transferência.

– Uma perda, sem dúvida. Eu li os trabalhos dele, tem uma cabeça boa demais para ficar enfiado naquele campus avançado, no meio do nada.

– Tem, não; tinha... um esquizofrênico não tem uma cabeça, tem duas...

Novo silêncio. Continuam todos de pé, parecem petrificados. Passados quinze segundos de absoluto silêncio, o homem alto e grisalho volta a falar, agora em tom ainda mais peremptório.

– Já admiti que cometemos uma grande injustiça. Foi um comportamento de grupo, talvez nos tenha faltado maturidade, discernimento, ouvir melhor o Nestor. Mas a culpa mesmo foi da situação, do clima, do medo; a gente se fechava, cada grupinho era um gueto. E do sorriso cretino dele. Foi uma espécie de efeito colateral da ditadura. É como diz o filósofo: o homem e suas circunstâncias. O sorriso era do homem, o DNA da loucura também já estava nele e as circunstâncias foram da ditadura. E ponto final (KUCINSKI, 2014, p. 100 – 101)

É fundamental lembrarmos, a partir deste fragmento, as considerações de Hannah Arendt sobre o julgamento de Adolf Eichmann. O notório burocrata do nazismo que conseguira escapar e esconder-se em Buenos Aires, Argentina. O MOSSAD, polícia de inteligência israelense o capturou em 1960 e o levou para Jerusalém em uma grande operação para levar a julgamento uma das figuras mais importantes da sustentação do holocausto enquanto arquitetura da morte.

Fora armado uma espécie de julgamento espetacularizado, ao menos é dessa forma que Hannah Arendt o descreve. Três juízes, plateia, tradutores eram necessários por conta dos ritos serem todos em hebraico, o acusado em uma cabine de vidro, o banco de testemunhas e o promotor e os advogados de acusação, “Em nenhum momento se nota algum traço teatral na conduta dos juízes” (ARENDRT, 1999, p.14). Eis uma sutil diferença que é fundamental apontarmos, espetacularizado não quer dizer falso ou teatral, mas sim que algo de proporções enormes e midiáticas acaba por ser conduzido. De fato, era o lugar simbolicamente mais interessante para tal julgamento.

Hannah Arendt se surpreende com a condição do acusado, o considerado “monstro” era esquelético, um burocrata qualquer, um homem médio. Quando foi lida a lista de crimes de que fora acusado declarava-se “Inocente, no sentido da acusação”, mas, “Em que sentido então ele se considerava culpado?” (ARENDDT, 1999, p. 32). É justamente a partir daí que as histórias convergem para compreendermos o posicionamento do humano frente as circunstâncias, como bem dito no conto, afinal, Eichmann “não deixou nenhuma dúvida de que teria matado o próprio pai se houvesse recebido uma ordem nesse sentido” (ARENDDT, 1999, p. 33).

A grande revolução que o pensamento de Arendt trouxe foi a de conceber que Eichmann não era um monstro perverso, um arquiteto do mal, mas sim um burocrata com condições intelectuais medianas que se propunha a ser um exímio cumpridor da *lei*.

Ele cumpria seu dever, como repetiu insistentemente à polícia; ele não só obedecia ordens, ele também obedecia à lei. (...) Como além de cobrir aquilo que ele concebia como deveres de um cidadão respeitador das leis, ele também agia sobre ordens – sempre cuidando de estar ‘coberto’” (ARENDDT, 1999, p. 152).

Este pensamento contribui enormemente para compreendermos como os sujeitos acabam por compor uma cadeia extremamente violenta de ordens. Percebemos isso também na composição das cadeias burocráticas do exercito, o que acentua-se durante períodos ditatoriais. A hierarquização de comandos acaba por facilitar esta constituição da ordem de que Arendt fala, onde se aniquila o outro a partir do “bom” cumprimento das normas. É através disso que ela opera o conceito da “banalidade do Mal”, em oposição ao entendimento do “Mal radical”, ou seja, o mal do excesso da lei. Se trata, justamente, do mal do cumprimento da lei que fala Eichmann.

O que apreendemos do conto não é uma equiparação dos casos, afinal, um crime cometido pelo Estado, sob o manto do Estado, nunca será equiparável a qualquer outra ação, mas vemos que a cultura torna isso uma gramática comum à todos, ou seja, é muito fácil cair nesta ação. Um exemplo bastante interessante que encontramos na literatura psicológica, que surge a partir do julgamento de Adolf Eichmann, é o experimento proposto por Stanley Milgram a fim de compreender até onde um sujeito iria cumprindo uma ordem.

A proposta do estudo era simples, o participante ficava na posição de “professor”, onde a sua tarefa era administrar um choque elétrico no aluno (cúmplice da pesquisa) a cada erro que ele cometia ao dizer uma sequência de palavras. Os choques não eram reais, porém, o participante não sabia disso. A voltagem aumentava de 15 em 15 volts, até chegar ao máximo de 450, carga máxima. Havia um terceiro membro da

pesquisa, uma ator de jaleco que atuava como uma espécie de condutor da situação experimental, ela dizia quatro tipos de frase em caso a pessoa recusasse a dar o choque, dizia ele: “Por favor, continue”, ou “O experimento requer que você continue”, ou “É absolutamente essencial que você continue”, ou “Você não tem outra escolha a não ser continuar”. O detalhe é que não haviam termos que obrigassem os participantes a irem até o final, eles recebiam quatro dólares e cinquenta centavos como pagamento para participar e este pagamento não estava em questão, por exemplo.

O resultado foi que 65% dos participantes, todos homens com idade entre 20 e 50 anos com carreiras e faixas socioeconômicas muito variadas, chegaram até a carga de 450 volts e todos foram até a carga de 300 volts. Parece assustador, mas, realmente as situações levam as pessoas a fazerem ações, obedecerem comandos de maneira automática, portanto, a tarefa fundamental é o desmonte dessa máquina. Agamben irá pensar sobre a “potência do não” a potência do não fazer, retomando a doutrina aristotélica. Pensando através de “Bartleby”, personagem do livro homônimo escrito por Herman Melville, e sua célebre frase “I would prefer not to”, ou seja, prefiro não, ao receber uma ordem direta.

Esta recusa pode desmontar esta máquina automatizante dos sujeitos. Outro paralelo que surge no livro de Kucinski e se relaciona com essa montagem e desmontagem de conceitos, mais parecendo uma (quase)brincadeira, tem a ver com as rezas. Dois contos são protagonizados por mulheres religiosas que guardam em suas orações o bem querer de pessoas presas pela ditadura. São os contos “A beata Vavá”, que abre o livro e “A mãe rezadeira”. O primeiro possui uma peculiaridade que é o fato da letra da fonte estar em itálico durante parte do escrito, pois se trata da narrativa de uma pessoa sobre a personagem Beata Vavá. Esse aspecto é peculiar pelo fato de ser o único conto que se utiliza deste artifício para diferenciar o narrador do conto do relato em si.

Se trataria, a princípio, da transcrição de uma história narrada sobre uma situação de recepção de extrassensorialidade, pensando no caráter absurdo de tal história,

Por tudo isso, avaliando que o assombroso relato não poderia faltar à crônica daqueles tempos, mas enfrentaria o ceticismo, para não dizer a incredulidade de futuros historiadores, pedi ao nosso convidado permissão para gravar. O que segue é a transcrição de sua fala, palavra por palavra, expurgada uma ou outra repetição e preenchidos alguns truncamentos (KUCINSKI, 2014, p. 21).

Esta é a diferenciação que é realizada com a utilização da fonte diferente, do que é oriundo da gravação e o que é falado após. Isso é um indicativo, de início, de uma espécie de cisão entre mundos. Uma diferenciação entre quem fala o que e, implicitamente, uma diferenciação entre o mundo espiritual e o mundo material. Iniciar com esse aspecto nos dá o tom espectral deste passado violento que não cessa de não ser inscrito, que como um fantasma assombra as palavras ditas e que, de tão absurdo, corre o risco de não ser crível.

Em parte é este o tema do conto e a noção do registro como fator que colabora para contar a história, ou seja, é necessário que haja a escrita da narrativa, o registro, para que possa haver um índice de transmissão. Walter Benjamin percebera que esta relação tênue entre materialismo e “espiritualidade” e, coincidentemente, esse tema abre seu texto sobre o conceito da história com a alegoria do boneco autômato que vencida qualquer jogo de xadrez, este escondia num mecanismo de espelhos um anão corcunda mestre em xadrez que, a cada lance, respondia com um outro que asseguraria a vitória da máquina. “O fantoche, que chamamos “materialismo histórico”, deve ganhar sempre. Ele pode enfrentar qualquer desafio, desde que tome a seu serviço a teologia, a qual é hoje reconhecidamente pequena e feia e não ousa mostrar-se diretamente” (BENJAMIN, 2012, p. 241).

Não são analogias simétricas, estamos cientes disso, porém, percebemos a importância da consideração do aspecto místico da narrativa. Mais adiante no texto falaremos sobre a proposta de Giorgio Agamben, da relação entre a literatura e a transmissão mítica do relato. Ou seja, a literatura que serve como um ponto de conexão, como ele dirá, entre o fogo e o relato do fogo.

(...) ela orava ajoelhada, de olhar fixo na imagem, quando percebeu que Jesus vertia sangue dos punhos, dos tornozelos, logo da boca, e se transmutou rapidamente na imagem de seu filho: viu o seu filho Anésio crucificado e vertendo sangue. O Anésio tinha apenas dezenove anos, era estudante de geologia e havia sido preso com um pessoal do MRT. O rosto era do Anésio, os olhos eram do Anésio, os cabelos, tudo. E ele sangrava como um animal no matadouro, desculpem a imagem grosseira, obviamente minha, não do relato dela (KUCINSKI, 2014, p. 22 – 23).

A imagem de “stigmata” se mostra como revelação de que algo havia de errado e o relato do relato se entende enquanto limitado, ou melhor, como insuficiente perante ao ocorrido, o que faz muito sentido, pois o fato em si nunca caberá em palavras de forma integral, nunca será possível dizer da intensidade completa da violência, apenas bordeá-la. Anésio, filho de Vavá, no conto, de fato fora preso e estava sendo torturado

naquele instante, o que coloca um caráter evidentemente místico em cena.

Há algo que podemos pensar como uma espécie de recado inconsciente, algo que verte da cultura que não conseguimos dar conta em algum tipo de discurso racional ou lógico, algo do real no sentido lacaniano. Algo semelhante ocorreu de fato na Alemanha nazista. A jornalista Charlotte Beradt começou a ter pesadelos terríveis durante a ascensão do partido nazista, retratando torturas e perseguições; e pensou se aqueles sonhos ocorriam apenas com ela ou com ou com outras pessoas também. A partir daí, de 1933 até 1939 conversou com trezentas pessoas, das mais diversas classes sociais, que relataram os mais diversos pesadelos que seguiam uma linha semelhante.

A partir disso a autora lançou o livro “Sonhos do Terceiro Reich”, onde, olhando de forma retroativa, percebemos um caráter absolutamente premonitório dos sonhos afinal, se escancara a perseguição nazista contra os judeus, em um ponto de inflexão onde não é mais possível disfarçar (mesmo existindo campos de concentração desde 1933), a partir do episódio de 1938, na madrugada de 10 de novembro, que ficou conhecido como “A noite dos cristais” onde diversos estabelecimentos, sinagogas e casas foram atacadas por alemães a serviço da SS e civis, ficou conhecida por este nome pelo fato de haverem se espalhado pela rua estilhaços de vidro.

Ou seja, há uma percepção aguçada, mesmo que de forma inconsciente, de que algo muito grave estava ocorrendo e o psiquismo das pessoas consegue captar essas sutis informações, mesmo que se mantenha um discurso formal de normalidade. É aí que o prenúncio da tragédia de seu filho, previsto por Vavá, se inscreve enquanto uma metáfora de algo fora de ordem, que encontra no sobrenatural uma via de ser expresso e, finalmente conectado com a realidade que circunda a todos.

A beata Vavá costumava levar comidas para os presos políticos, incluindo seu filho, é claro, e aproveitava-se de seus dotes culinários para “amansar” o Coronel Araújo, responsável pelos encarcerados, que gostava muito do seu bolo de chocolate. As torturas cessaram, até que a senhora fora acometida por outra visão idêntica, do filho seviciado como Jesus Cristo, foi até a delegacia, desesperada e, ao chegar, o filho estava sendo levado para o fundo da delegacia, local onde ocorriam as torturas, que foram interrompidas naquele exato momento. Após o fim do relato de quem fala sobre Vavá

Iniciou-se então, na mesa, uma discussão exacerbada sobre a veracidade ou não da história, em especial sobre o fenômeno da comunicação extrassensorial entre a beata Vavá e seu filho Anésio. Nosso conviva revelou que, verdade ou não, a história virou lenda em Salvador, mexendo até com os torturadores. Disse que o coronel Araújo, por exemplo, foi tomado de tanto medo que, antes mesmo de acabar a ditadura, abandonou a farda e se

converteu (KUCINSKI, 2014, p. 27 – 28).

O estatuto fantasmagórico dado para a narrativa sobre Vavá possui muito valor e, de certa forma, se contrapõe muito ao outro conto que possui como tema a questão da religiosidade enquanto processo de uma certa resistência. “A mãe rezadeira” já possui outro apelo. Trata na prática, da mesma coisa, a mãe que visita o seu filho na cadeia, observando as marcas das torturas que já vão sarando ou sendo expostas. A estrutura deste é diferente, mais curto, se divide em três partes, uma primeira iniciada pela frase da mãe: “– Meu filho, rezei tanto pra você não ser preso.” (KUCINSKI, 2014, 131) daí vem uma explicação dos motivos que levaram o rapaz a ser preso, há um enfoque em um aspecto positivo de haver um processo sendo feito contra ele, ou seja, a garantia legal de que ele existia e que estaria sob a tutela do Estado, o que significava seguir vivo.

Após essa explicação a segunda parte inicia com a mãe dizendo: “– Meu filho, eu rezo tanto pra te soltarem logo.” (KUCINSKI, 2014, p. 132). O rapaz fora condenado a dezessete anos de prisão, uma pena considerada desproporcional por não ter sido preso durante algum ato de violência armada, por exemplo, ela seguia pensando que “Quem sabe com um outro advogado – e com as rezas – ela conseguisse a redução para dez anos” (IBIDEM). O rapaz é apresentado com um prisioneiro exemplar, totalmente exemplar, que dá aulas para os colegas, que trata bem os guardas e etc.

O que se segue é a situação do sequestro de um Consul que poderia resultar na troca por sua liberdade, porém, há uma inflexão nesse momento da história, pois a possibilidade de ser morto após a libertação tornara-se bastante grande, pois

Fora o quarto sequestro para libertar presos políticos. A mãe, que acompanhava, zelosa, tudo o que saía nos jornais sobre a ditadura e os presos políticos, inclusive os artigos do Alceu Amoroso Lima, compusera uma lista dos que haviam sido libertados daquela forma. Depois, no passar dos meses, foi marcando com a cruz da morte os nomes dos que haviam regressado clandestinamente e apareciam nos jornais como desaparecidos, ou atropelados, ou atingidos em confronto. Trinta e duas cruzes. Era como se os militares já os estivessem esperando, tocados para vingar a humilhação que lhes havia sido imposta (KUCINSKI, 2014, p. 133).

Aí há uma espécie de inversão do valor da reza, como se o misticismo enquanto tal fora embora e o encargo fosse automático e lógico, o sentimento da aproximação da morte se daria pela eminência, não pela revelação, o que muda totalmente a atividade da reza em si. O conto termina com a informação de que a vaga do filho relativa a libertação fora substituída por um idoso, e ela diz “– Graças ao bom Deus, meu filho. Eu rezei tanto pra você não ser solto” (KUCINSKI, 2014, p. 134). O que há aí é uma

espécie de reza incessante pela manutenção da vida. Se a beata Vavá via a mesma cena, se seu filho escarificado na figura de Jesus, a mãe rezadeira queria apenas que seu filho seguisse respirando. Não há mais ou menos nobreza no ato de uma ou de outra, mas demonstra uma pluralidade de abordagem temática de uma ideia, o que é muito interessante para o funcionamento narrativo.

Cidadão da terra

O dia 21 de agosto de 1911 viu nascer um menino batizado com o nome de Golbery do Couto e Silva. Ele nasce na cidade do Rio Grande/RS, neto do comerciante Jacintho do Couto e Silva e filho de professor do Ginásio Municipal Lemos Jr., de igual nome.³

Seu nascimento está registrado no jornal rio-grandino O Tempo, em dia imediatamente posterior. A casa da família situa-se na rua Paissandu (República do Líbano atual) com fundos para a rua Benjamin Constant, 123. Como a Passandú é tomada pela zona de meretrício por volta de 1917, Jacintho muda a entrada da casa para os fundos onde antes havia apenas o quintal.

O pai se encarrega da educação primária e matricula o menino no ginásio aos nove anos e meio. Desde logo, Golbery revela fascínio pela leitura e pelos estudos, assombrando professores e colegas de aula com notas acima de nove e muitos dez, nas provas de matemática, português, ciências, idiomas etc. A única exceção é na disciplina de desenho com humilde nota sete, em dezembro de 1920.

Golbery disse ao jornalista Elio Gaspari: “fui matriculado no Lemos Jr. porque o reitor (Luiz de França Pinto) estava interessado numa experiência pedagógica e pediu isso a meu pai (...) Nunca soube direito a que tipo de experiência fui submetido, mas lembro-me do resultado com orgulho. Entre os treze e catorze anos li quase todos os clássicos da literatura portuguesa. Camilo Castelo Branco, por exemplo, devorei inteiro. Inventariei a biblioteca e os laboratórios de física e química, equipados com material alemão de muito boa qualidade”, recorda.

O gênio do jovem estudante tem repercussão na cidade com os jornais locais Echo do Sul, O Tempo e Rio Grande abordando passagens de sua vida escolar. Aos onze anos, Golbery discursa da capela-mor da igreja da Conceição em homenagem ao jurista e ex-ministro da República Ruy Barbosa, doente no Rio. O homenageado telegrafa aos alunos do Lemos Jr.: “agradeço comovido missa estudantes ginásio municipal fizeram celebrar ação de graças meu restabelecimento. Saudações, Ruy Barbosa, Rio de Janeiro, 23/9/1922”.

Próximo da formatura, Golbery integra a caravana de estudantes do Lemos Jr., em pioneira atividade de preservação do meio ambiente, com reconhecimento e estudos da flora e fauna encontráveis na Vila da Quinta, orientada pelo professor Pedro

³ Texto do Jornalista Willy César, no dia 21 de agosto de 2011, no Jornal Agora, de Rio Grande.

Goulart dos Santos, das cadeiras de história natural e química. Golbery se forma no bacharelado de ciências e letras do Lemos Jr. em 2 de janeiro de 1926, com 9,3, a melhor média da história do colégio. Um ano depois ingressa na escola militar no Rio. Continua o relato de Gaspari: “Golbery chegou à Escola Militar de Realengo com cultura acima da média dos colegas. Sabia muita matemática e se encantara com o estudo da história. Ia à secretaria conferir as notas de Luiz Carlos Prestes, transformadas em pedra da meca do irredentismo tenentista.

Era o melhor aluno da escola com notas superiores a oito em todos os exames, na marca do cavaleiro da esperança e do tenente Ernesto Geisel. Saiu de Realengo em dezembro de 1930, na primeira turma de aspirantes do novo regime”. É promovido a segundo-tenente aos 19 anos e ganha o prêmio regimental por ter alcançado as mais altas notas de aprovação. Sua primeira missão é em Pelotas, no 9º. Regimento de Infantaria. A partir desse posto passa a servir à secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional em Curitiba e Joinville. Entre 1941 e 1943, já capitão, transfere-se para a Escola de Estado-Maior do Exército, e dali para a 3ª. Região Militar em Porto Alegre. Em 1944 vai aos EUA estudar na Escola de Guerra Fort Leavenworth e segue para os campos da Itália, junto à Força Expedicionária Brasileira como oficial de inteligência estratégica e de informações, até encerrar-se a Segunda Guerra. Promovido a major, é lotado no Estado-Maior da Forças Armadas, em 1946.

No período 1947-1950, integra a Comissão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai. Como tenente-coronel, é investido adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. Nessa função, destaca-se como autor de estudo condicionando a associação do Estado à iniciativa privada mediante apoio tecnocrático para fortalecer a segurança nacional, doutrina absorvida pela ESG.

Textos estrondosos

Como exemplifica Gaspari, Golbery notabiliza-se por um estilo ao escrever documentos: “os textos que ele assinou pouco barulho fizeram, os que não assinou foram estrondosos”. O primeiro é o Memorial dos Coronéis, de 8 de fevereiro de 1954, que provocou a queda dos ministros João Goulart, do Trabalho, e Ciro do Espírito Santo, da Guerra, no governo democrático de Getúlio Vargas. O segundo é o discurso lido pelo coronel Juradyr de Bizarria Mamede à beira do túmulo do general Canrobert Pereira da Costa, morto em outubro de 1955.

Canrobert liderara a oposição militar a Vargas chamando-o de ‘pseudolegalidade’. Nesse discurso, Mamede chamou a eleição de Juscelino

Kubitscheck de 'indiscutível mentira democrática'. O terceiro documento é o Manifesto à Nação divulgado pelos três ministros militares em agosto de 1961, contra a entrega dos poderes presidenciais a João Goulart (que gerou o Movimento da Legalidade agora completando 50 anos). O quarto texto vale pela curiosidade. Em março de 1962, o primeiro-ministro Tancredo Neves deu aula inaugural aos cursos da ESG, no Rio, tratando do panorama mundial e da segurança nacional." O texto lido por Tancredo é de Golbery e o curioso nisso é que eles eram adversários de ideias, antes e depois do discurso.

Por ser autêntico e defender suas ideias abertamente, Golbery é preso por oito dias em novembro de 1955. Ele está a bordo do cruzador Tamandaré, da Marinha de Guerra, na curiosa tentativa de instalar o governo da República em São Paulo, pelo presidente-interino da República, deputado Carlos Luz, em oposição ao ministro da Guerra, Henrique Lott, cuja ação é garantir a posse de JK.

Esse general manda os fortes Copacabana e do Leme a dispararem seus canhões no Tamandaré, em deslocamento do Rio para São Paulo, com o presidente da República a bordo, mais o ministro da Marinha, militares e o deputado rebelado Carlos Lacerda. Diante do fracasso da tentativa, Carlos Luz volta à Câmara dos Deputados derrotado, Lacerda vai para o exílio e Golbery para a prisão junto a outros militares de alta patente. Contudo, isso não impede a sua promoção a coronel em 1956. Depois, Golbery apóia a eleição do presidente Jânio Quadros e sai nomeado chefe do gabinete do Conselho de Segurança Nacional, concentrando as ações de inteligência do governo federal, sua especialidade.

Reserva do Exército

Com a renúncia de Jânio, em agosto de 1961, Golbery pede reserva no Exército e, como tem direito a duas promoções, passa a general-de-divisão voltando à vida civil. No ano seguinte, cria e dirige o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) cujos arquivos são transferidos para o Serviço Nacional de Informações, o SNI, criado em 1964, tendo Golbery como seu primeiro ministro-chefe, no governo Castello Branco. Para as Forças Armadas, destaca-se como o principal teórico do movimento militar-político que depõe João Goulart. Ele e o general Geisel estão com o marechal Castello na noite de 31 de março de 1964, no apartamento de um amigo em Copacabana, disparando ordens por dois telefones. É o golpe de Estado que dá início ao regime militar instalado no Brasil e que vai durar 21 anos.

Em 1966, Golbery escreve Geopolítica e Poder, que reúne suas pesquisas e conferências da ESG, onde formula sua visão de poder e de progresso para o Brasil. Durante os governos Costa e Silva (1967-1969) e Médici (1969-1974), Golbery está fora do governo, ocupando funções no Tribunal de Contas da União até 1968, quando sai e atua na empresa privada como presidente da Dow Química. Com o general Geisel, volta ao Palácio do Planalto como ministro-chefe da Casa Civil.

Rio Grande

É ocupando essa função que ele visita sua cidade natal pela última vez, em 27 de agosto de 1976, após jejum de mais de 30 anos. Acompanhando Geisel, Golbery é visto na Prefeitura ao lado do presidente, do governador Sinval Guazzelli e do prefeito Rubens Emil Corrêa.

Golbery apóia iniciativas para o desenvolvimento de Rio Grande. A gratuidade do ensino na Furg, a instalação do 5º. Distrito Naval na cidade, a construção de estradas e pontes para a implantação dos corredores de exportação junto ao porto do Rio Grande, o canal adutor do São Gonçalo, a pavimentação da avenida Buarque de Macedo, de boa parte da Cidade Nova e outros bairros são iniciativas que contam com sua colaboração em Brasília.

Golbery é mantido na Casa Civil pelo presidente João Figueiredo, em 1979, mas por divergir da condução de linha dura adotada no SNI, pede demissão em 1981. Dedicar-se à trabalhar na iniciativa privada como a Dow Química. Acometido de câncer, morre em 18 de setembro de 1987, em São Paulo.

Arquivo de Golbery

Numa época em que o poder político esteve em poucas mãos, as de Golbery do Couto e Silva estão entre as que mais poder tiveram, como ensina Gaspari. Golbery tem o cuidado de se deixar julgar pela história ao entregar ao jornalista Elio Gaspari todo o seu acervo de documentos, secretos ou não, além de conceder-lhe entrevistas em 1980 e 1984. A mesma atitude tomara Ernesto Geisel que também deixa ao mesmo jornalista verdadeira montanha de papéis e entrevistas gravadas. Os dois generais de direita escolhem Gaspari, reconhecidamente um jornalista de esquerda.

Com esse arquivo, produz a série de quatro livros sobre a ditadura militar (A ditadura escancarada, encurralada, envergonhada e derrotada), onde se pode conhecer em profundidade o pensamento e as ações de Golbery. Ele justifica assim o que pensava sobre o que foi feito no Brasil com a sua colaboração: “fizemos o que era preciso, a tempo, bem feito e agora podem falar o que quiserem”.

Segundo seu secretário Heitor Aquino Ferreira, “o aluno brilhante e prometedor do colégio Lemos Jr., o capitão da Força Expedicionária Brasileira na Itália, o professor da Escola Superior de Guerra, o cidadão de família e de vida exemplar, o político de idéias, o ministro do silêncio e das informações de Estado, o orientador de empresas e de desenvolvimento e o conselheiro de inúmeros outros grandes homens do Brasil foram sempre o mesmo e distinto senhor, cativante dos que o conheceram e enigmático para os que dele apenas ouviram falar”.

A data do centenário de Golbery do Couto e Silva será assinalada pela Prefeitura de Rio Grande com a colocação da pedra fundamental de um monumento a ser erigido em sua homenagem, na praça Tamandaré, próximo a herma de Luiz de França Pinto. A cerimônia acontece neste domingo, 21, às 11 h⁴.

⁴ A pedra fundamental sumiu de forma misteriosa e o busto em homenagem a Golbery nunca fora erigido, fazendo com que sua história permaneça onde ele, talvez, mais gostaria: nos porões.

Capítulo 2 - O trauma, a literatura e o tecido social

*“Cold silence has tendency to
Atrophy any sense of compassion⁵”
(Tool, Schism).*

Seria impossível para nós pensarmos as narrativas e os processos de violência atuando sobre o sujeito, sem pensarmos de forma detida a questão do trauma. Questão que pensaremos aqui através da psicanálise, por entender que a mesma nos fornece um excelente espaço para pensar o trauma relativo ao sujeito e à sociedade. Além disso, consideramos que a complexidade traumática, e a importância dessa ideia, foi considerada desde o início da teoria psicanalítica, que foi se modificando ao longo do tempo a partir das modificações sociais que foram incidindo historicamente sobre as pessoas.

A questão do trauma aparece há um certo tempo para a psicologia e para a psicanálise. Retomando Freud & Breuer (1995, p. 42) ao pensar no evento traumático, não devemos pensar no mesmo como um mero desencadeador da (no caso tratado no livro) histeria, porém como uma lembrança constante que acompanha o sujeito após esse rompimento com a realidade psíquica estabelecida, sendo assim, algo que ainda está em atividade. Esse entendimento sobre o conceito percebe o evento traumático em uma impossibilidade de lembrar, porém, com a capacidade de inscrever sintomas físicos que estão em desacordo com a realidade anterior ao trauma. Freud e Breuer pensaram que a maneira de tratar a histeria estaria de acordo com um processo nomeado de Abreação, onde os pacientes (por meio da hipnose ou por meio da fala) conseguiriam, através de uma descarga psíquica, lembrar do evento traumático e se libertar do afeto que acompanha a experiência traumática.

Esse caso nos fornece um bom panorama da noção de trauma adotada por Sigmund Freud nesse momento embrionário da psicanálise, que pensa que:

O momento traumático real, portanto, é aquele em que a incompatibilidade se impõe sobre o ego e em que este último decide repudiar a ideia incompatível. Essa ideia não é aniquilada por tal repúdio, mas apenas recalcada para o inconsciente (FREUD; BREUER, 1995, p. 93).

Traremos aqui um dos casos de “Estudos sobre a Histeria” que serve muito para entendermos como se coloca a questão do trauma e de sua relação com o sintoma. Pode parecer estéril retornar a um ponto embrionário da Psicanálise, porém, é fundamental

⁵ “O silêncio frio tem a tendência de atrofiar qualquer senso de compaixão”

estar sempre revisitando os textos. O caso em questão é de Miss Lucy, o famoso tratamento relativo ao cheiro de pudim queimado. A funcionária de uma casa, que cuidava das duas filhas de um homem viúvo.

O principal fator que nos interessa aqui é a sobreposição dos sintomas por camadas. Freud recebe a paciente encaminhada por um colega que realizava o tratamento para uma rinite crônica, ela relatou ser incomodada pelo constante cheiro de pudim queimado, “Assim, eu só precisava presumir que um cheiro de pudim queimado tinha de fato ocorrido na experiência que atuara como trauma” (FREUD, 1995, p. 84). A intuição de Freud, e a teoria, colocam o evento traumático que acompanha o cheiro, que ele parte como fragmento da cena.

Isso nos diz que o sintoma se relaciona de alguma forma com a vivência traumática e um traço se mantém como memória alheia ao sujeito, há, então, um encobrimento. A atuação, portanto, direciona-se para um desvelamento do que aconteceu e que quer dizer tal sintoma, explorando as camadas da memória. Para essa exploração, Freud inicia valendo-se da prática da hipnose, porém, resolve abandonar este método, por conta da paciente não ter respondido satisfatoriamente a hipnose, e fica somente com a fala dela, coisa que ele já havia feito antes.

Freud pede para que a mulher narre a cena que ela sentira o cheiro pela primeira vez, havia sido em um momento de brincadeira entre essas crianças e Miss Lucy, elas estavam assando um pudim e uma carta chega para a mulher, uma carta de sua mãe, que morava longe. As crianças roubam a carta dela e dizem que devolveriam no dia de seu aniversário, dois dias depois. Nesse momento ela recorda sentir o cheiro de queimado.

Freud amplia a conversa nesse momento, buscando o que estava em jogo nessa carta, por que era tão importante e etc. A funcionária havia decidido ir embora por conta de uma suposta intriga criada pela governanta e pela cozinheira da casa. Isso, porém, acabaria por descumprir uma promessa feita para a mãe das meninas no leito de morte: de que cuidaria delas após a morte. Portanto “O conflito entre seus afetos promovera o momento da chegada da carta à categoria de um trauma, e a sensação de cheiro associada a esse trauma persistiu como seu símbolo” (FREUD, 1995, p. 88). Vemos, então, que há uma espécie de conjuntura que torna algo traumático ou não, mais adiante, enfatizaremos a questão das forças exógenas, mas elas já se manifestam aqui de alguma maneira, pois a carta é algo que Miss Lucy está alheia.

Sigmund Freud, insatisfeito com algumas explicações, propõe a ela que ela esteja, talvez, apaixonada por seu patrão e ela concorda, dizendo que sim, estava,

porém, a ideia lhe soa ridícula, por ele ser rico e que ela gostaria de tirar isso da cabeça. Como desdobramento disso ela tenta esquecer da paixão pelo patrão, dizendo saber não ser correspondida. Nesse momento ocorre uma mudança importante: o cheiro do sintoma desaparece, ou melhor, é substituído, sai o cheiro de pudim e entra o cheiro de fumaça de charuto.

Freud tenta reconstruir a cena junto com a paciente, porém, ela não recorda-se imediatamente. Ela reconstitui uma cena onde um contador vai ao almoço da casa e tenta beijar as crianças na despedida e o pai lhe repreende, gritando de forma veemente: “Não beije as crianças!”. Essa cena ocorre dois meses antes da cena do pudim, porém, não atua como cena traumática de início.

Em seguida, descobre-se uma terceira cena, anterior, onde, pela mesma razão, o pai fica enfurecido por uma mulher que beija as crianças. Mas nesse momento o patrão cobra a responsabilidade de Miss Lucy, ela deveria impedir que aquilo acontecesse e isso teria destruído as suas esperanças românticas e ela diz:

“Se ele pode enfurecer-se comigo dessa maneira e fazer tais ameaças por um assunto tão banal, e em relação ao qual, além disso, não tenho a mínima responsabilidade, devo ter cometido um erro. Ele não pode jamais ter tido quaisquer sentimentos ternos por mim, senão eles o teriam ensinado a tratar-me com maior consideração” (FREUD, 1995, p. 92).

O sintoma que se produz, a posteriori, não deixa de ter uma relação com esses significantes da paixão, algo que queima, porém, ao perceber que não haveria qualquer correspondência, apaga e sobra a fumaça. Há uma relação entre a experiência traumática, exógena e a formação do sintoma, uma relação significativa.

Percebemos então, que essa noção permeia a obra de Freud desde o início como algo que forma realidade, que tem poder de modificar e afetar de diversas maneiras o aparelho psíquico. A ideia, por exemplo, que seguiu à etiologia das neuroses e da histeria como um trauma sexual ocorrido na infância e que, outros traumas ocorridos na vida adulta poderiam trazer a baila traços mnêmicos não conhecidos sobre esse trauma o que fica claro no seguinte trecho “O “recalcamento” da lembrança de uma experiência sexual aflitiva, que ocorre em idade mais madura, só é possível para aqueles em quem essa experiência consegue ativar o traço mnêmico de um trauma da infância” (FREUD, 1997, p. 98).

Após alguns anos, essa teoria teve desdobramentos na obra freudiana, que tangem principalmente à teoria da fantasia, porém, estes não são pertinentes ao nosso trabalho nesse momento. Quando Freud revela, em uma carta a Fliess, a famosa frase:

“Não acredito mais na minha neurótica.” Diz que não acredita mais em sua teoria, porém, é possível entender que não acredita mais na sua paciente. Há uma questão moral nessa descrença, o autor não pensa se possível que uma parcela significativa dos lares europeus comporte abusadores. Não havia como saber de fato, porém, esse tema será retomado de forma vertical por Sándor Ferenczi.

Ferenczi, agrega a experiência de ter vivenciado como médico o período da primeira grande guerra (1914-1918) em seus escritos sobre o trauma, o que permitiu lançar um outro olhar as questões relativas ao traumatismo psíquico. O autor propõe que a consequência imediata do trauma é a angústia, que consiste em um sentimento de incapacidade de adaptação a essa situação.

O desprazer cresce e exige uma válvula de escape. Tal possibilidade é oferecida autodestruição, a qual, enquanto fator que liberta da angústia, será preferida ao sofrimento mudo. O mais fácil de destruir em nós é a consciência, a coesão das formações psíquicas numa entidade: é assim que nasce a desorientação psíquica (FERENCZI, 2011, p. 127).

A partir do tratamento dos “Neuróticos de guerra”, Ferenczi percebeu, através do tratamento de duzentos combatentes, que em um quadro sintomatológico inespecífico e tardio, que havia sequelas da guerra que não eram apenas provocadas por lesões físicas no tecido cerebral, porém, eram formadas por traumatismos oriundos dessas vivências. Nesse estudo, o autor percebe que um dos sintomas mais comuns eram os pesadelos que remontavam as situações trágicas vividas no fronte de batalha, ideia que modifica um pouco o parâmetro Freudiano dado anteriormente, pois a pessoa, mesmo que por vias inconscientes, lembra do acontecimento (FERENCZI, 2011).

Ainda sobre a primeira guerra mundial, é conveniente lembrar a constatação de Walter Benjamin que percebe que os “combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha, mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos” (BENJAMIN, 2012, p. 124). Tal afirmação ganha mais sentido se relacionarmos com a ideia trazida por Ferenczi sobre o mesmo período:

Esses pacientes ainda não se refizeram de seu pavor, mesmo que já não pensem conscientemente no transe por que passaram e até se mostrem, por vezes, alegres e de bom humor, como se seu espírito não estivesse torturado, de forma alguma, por tão horríveis lembranças (FERENCZI, 2011, p. 297).

A articulação entre Sigmund Freud e Sándor Ferenczi não é o foco do trabalho, porém, Paulo Endo nos oferece uma constatação fundamental para essa pesquisa no que tange a noção do trauma:

A tradição de pensamento de Sándor Ferenczi nos legou a compreensão do traumático num sentido até então inédito na psicanálise. A força do traumático se constitui pela intensidade exógena que o psiquismo tem de assimilar. Para o psiquismo não há escolhas diante do traumático que se impõe, e essa imposição determina sua força e virulência (ENDO, 2012, p. 123).

Freud reorienta parte do seu entendimento sobre o traumático no seu clássico ensaio de 1920, “Além do princípio do prazer”. São colocados dois pontos principais da neurose traumática comum, “primeiro, que a ênfase principal da causação parecia recair sobre o fator surpresa, do susto; e, segundo, que na maioria das vezes um ferimento ou ferida sofridos ao mesmo tempo impediram o surgimento da neurose” (FREUD, 2018, p. 52). A marca na carne, de certa forma, inscreve a experiência traumática em uma ordem significativa, esse ponto será fundamental para a discussão lacaniana do traumático que realizaremos mais adiante.

O conteúdo do trauma permanece recalcado, gerando sintomas que estão inconscientes. Como nesse próprio texto freudiano onde entra em análise a brincadeira do fort-da. A criança que atira o carretel e o puxa de volta e Freud atribui a uma brincadeira derivada ao desprazer da perda da presença da mãe e a renúncia pulsional, de que não poderia ter a mãe para si. Porém, “Ela estava passiva, foi afetada pela vivência e agora se coloca em um papel ativo ao repeti-la como brincadeira, embora essa vivência tenha sido desprazerosa” (FREUD, 2018, p. 58). O ponto fundamental é qual seria o motivo para que o psiquismo repita sensações desprazerosas em detrimento das prazerosas?

A questão se apresenta também relativa aos sonhos dos neuróticos de guerra, como descritos anteriormente por Ferenczi. Na teoria psicanalítica não faria sentido o sonho ser orientado por algum outro princípio, senão, o da realização do desejo. Dessa forma foi emergencial uma vírgula teórica

Os sonhos dos neuróticos acidentários acima mencionados, acima mencionados, não se deixam mais classificar sob o ponto de vista da realização de desejo, tampouco os sonhos que ocorrem durante as psicanálises trazendo de volta a lembrança dos traumas psíquicos da infância. Eles obedecem antes a compulsão a repetição, que na análise é de fato apoiada pelo desejo, estimulado pela “sugestão”, de evocar o esquecido e o recalcado (FREUD, 2018, p. 90).

Ferenczi, em seu “Confusão de língua entre os adultos e a criança” comenta a patogênese do traumático, ele nos diz que

Em primeiro lugar, pude confirmar a hipótese já enunciada de que nunca será demais insistir sobre a importância do traumatismo e, em especial, do

traumatismo sexual como fator patogênico. Mesmo crianças pertencentes a famílias respeitáveis e de tradição puritana são, com mais frequência do que se ousaria pensar, vítimas de violência e de estupros... A objeção, a saber, que se trataria de fantasias da própria criança, ou seja, mentiras histéricas, perde lamentavelmente sua força, em consequência do número considerável de pacientes, em análise, que confessam ter mantido relações sexuais com crianças (FERENCZI, 2011, p. 116).

Nessa toada de um resíduo da experiência traumática temos então esse assalto do psiquismo por uma força violenta que vem de fora. O mais interessante dessa proposição está na consequência que Sándor Ferenczi aponta que “a personalidade ainda fracamente desenvolvida reage ao brusco desprazer, não pela defesa, mas pela identificação ansiosa e a introjeção daquele que a ameaça e a agride” (FERENCZI, 2011, p. 118).

Um dos contos trazidos no livro de Kucinski colabora muito para tal visão, o conto “Dodora”, onde a protagonista é Maria Auxiliadora, de codinome Dodora, apontada como epicentro de um grupo de ação comunista durante a ditadura civil militar. Descrita como a pessoa de mais fibra e mais caráter de tomada de decisão e posição dentro da luta revolucionária. Porém, em um dia, durante uma ação de pichação de “abaixo a ditadura”, algo considerado de baixo risco, uma viatura aparece e ela, ao invés de fugir, entra no carro e pede para ser levada a uma delegacia. Simplesmente ela fala tudo, entrega tudo, todos os codinomes, todas as posições, todos os planos, endereços, telefones, tudo.

E o conto relata como chocante essa modificação extrema do comportamento dela e coloca que

Espalharam que ela havia enlouquecido e que a família a tinha internado para tratamento. Tudo teria acontecido porque naquele dia ela não se medicara. Muito tempo depois, surgiria outra versão, negando que ela tivesse esquecido o remédio e que tivesse sido internada. Disseram que, ao contrário, subitamente todos os seus cacoetes sumiram e ela sentira um enorme alívio. O Alberto acha que foi um caso extremo de síndrome da tortura, comum na época. Disse que os relatos que chegavam à residência estudantil, e talvez outros da época de seu pai, devem ter criado nela tamanho pavor, que Dodora precisou se antecipar e entregar tudo voluntariamente, eliminando, com isso, a necessidade de ser torturada (KUCINSKI, 2014, p. 85).

Mesmo através da iminência da tortura podemos ver um efeito do traumático. A série de tiques que a acometia simplesmente sumiu após ela revelar tudo o que uma tortura supostamente deseja ouvir, ou seja, não precisou ser seviciada para que carregasse a experiência traumática. Colocamos assim, exatamente, essa vivência como sendo do excesso desmedido. Por isso a importância da colocação de Freud quando diz

da incidência mais baixa de sintomas de neurose traumática em pessoas que ficaram com cicatrizes e marcas corpóreas.

Essa discussão me faz lembrar do filme “Standard Operating Procedure” de Errol Morris, lançado em 2008. A película narra a história de soldados dos Estados Unidos da América que mantiveram prisioneiros em condições “desumanas” (como se o conceito de humanidade, no sentido dos Direitos Humanos, não se esvaísse na guerra) na prisão de Abu Graib, no Iraque, no ano de 2004, durante a Guerra do Iraque. O filme conta com diversos depoimentos, alguns de prisioneiros, mas principalmente de oficiais militares.

Para qualquer pessoa atenta a ordem do dia não é uma novidade o que acontece em alguma prisão em uma área de guerra. A questão é que estes oficiais não mantiveram as torturas e maus tratos para com os prisioneiros de guerra em sigilo, tiraram fotos e mais fotos. Milhares de registros e uma chegou ao público e chocou o mundo: tratava de uma mulher segurando um homem através de uma coleira, o homem deitado no chão sem roupas enquanto ela está em frente a ele, o encarando fixamente. O sadismo e a monstruosidade de atos atrozes era exposto.



Porém, observando atentamente as narrativas dos e das oficiais, é alta a impressão de que estão despersonalizados, narram com um distanciamento obtuso àquelas fotos. O ponto absurdamente polêmico que o filme levanta é que os perpetradores do horror também sofrem com o excesso traumático. É claro que não temos como intenção livra-los da responsabilização pelos atos, mas é fundamental

pensarmos o que é essa máquina de guerra que faz com que se perca o contato com o outro num sentido da alteridade e leve até as últimas consequências a manutenção de um estado.

Recordo também do depoimento de Paulo de Tarso Carneiro à Comissão Nacional da Verdade onde ele conta um momento da sua tortura. Quando antes de ser pendurado ao pau-de-arara é questionado pelo oficial que ia pendurá-lo: “Tu comestes algo agora a noite?” ele responde: “Sim, comi massa.”. Mesmo não tendo comido por estratégia para sobreviver a tortura. Ao receber essa resposta, ele relata que o oficial se recusa a prosseguir com a tortura, dizendo a um superior: “Eu não vou matar outro.”

Tomando essa série de costuras podemos pensar que o trauma se constitui através do “sadismo” de um que impõe sevícias a um outro, porém, não é exatamente disso que estamos tratando aqui. Falamos sim das condições extremas a que o psiquismo é exposto. Ferenczi contribui muito para este debate através da ideia de introjeção por parte da pessoa traumatizada, algo da “personalidade” do perpetrador.

Um dos casos mais notórios dessa consequência traumática é o que ocorreu com Frei Tito de Alencar na ditadura brasileira. Preso e torturado, conseguiu ser julgado por um tribunal e acabou sendo banido do país. No seu exílio, na França, viu-se “perseguido” por espectros de seus torturadores e acaba por suicidar-se. Aí um grande impasse, para o catolicismo o corpo do suicidado não poderia receber as mesmas honras fúnebres católicas, muito menos permanecer com a alcunha de Frei. Mesmo assim, foi enterrado de forma católica e houve uma missa de corpo presente proferida por Dom Evaristo Arns. Isso só foi possível porque consideraram que a morte foi provocada pela interiorização subjetiva dos torturadores que perpetraram as sevícias.

O que impera, ao fim, é o silenciamento, que relega aos sujeitos traumatizados uma espécie de história impossível de ser contada. Após o holocausto o problema apenas tomou proporções mais complexas, um exemplo clássico, porém ainda pertinente, diz respeito ao sonho de Primo Levi em que ele volta do campo de concentração onde esteve preso e ao começar a narrar as suas experiências em face ao horror, as pessoas ao seu redor passam a deixar o recinto, demonstrando o desinteresse em ouvir aquela narrativa (LEVI, 1988, p. 60). Este relato de sonho colocado por Levi tem um valor imensurável, pois desloca o fator narrativo para uma dimensão onde há, sim, o que relatar, porém, é previsto um desinteresse na escuta. Portanto, no testemunho, mais fundamental do que palavras, são ouvidos e olhos dispostos a ouvir e enxergar, mesmo que tal tarefa seja impossível.

Esse fator é muito importante para seguirmos pensando a condição do trauma e de seus efeitos. A questão desse a posteriori está relacionada com as condições de narratividade e de verdade que serão dispostas, visto que

o comportamento dos adultos em relação à criança que sofreu o traumatismo faz parte do modo de ação psíquica do trauma. Eles dão, em geral, e em elevado grau, prova de incompreensão aparente. A criança é punida, o que, entre outras coisas, age também sobre a criança pela enorme injustiça que representa. A expressão húngara que serve para as crianças, “katonadolog” (a sorte do soldado), exige da criança um grau de heroísmo de que ela ainda não é capaz. Ou então os adultos reagem com um silêncio de morte que torna a criança tão ignorante quanto se lhe pede que seja (FERENCZI, 2011, p. 127).

O desmentido tem um papel fundamental na composição da cena traumática, pois o silêncio do outro mantém a condição de existência do traumatismo, atuando no descrédito da vítima, afinal “O comportamento dos adultos em relação à criança que sofreu o traumatismo faz parte do modo de ação psíquica do trauma” (FERENCZI, 2011, p. 127). O adulto ocupa tanto uma posição hierárquica em relação a criança como uma posição de “cuidado”, num sentido de proteção, podemos fazer, de forma grosseira, uma homologia em relação a função do Estado e quando o mesmo se volta contra seus cidadãos, quando seus representantes atuam na aniquilação dos indivíduos e na disseminação do medo.

Ferenczi insiste no ponto da subtaneidade que o psiquismo é submetido no momento do traumatismo, entendendo que a repetição seria uma tarefa importante para a superação do mesmo, que teria como horizonte “A produção de *representação* a respeito da mudança futura da realidade num sentido favorável” (FERENCZI, 2011, p. 126). Então esta representação funcionaria como um atenuador da experiência traumática, que envolveria inclusive reações corporais como contrações musculares e reações de medo em relação a pessoas próximas.

Essas considerações etiológicas acerca do trauma são fundamentais pois são basilares para o entendimento do que acossa o sujeito quando submetido a violência do excesso. Agora entraremos em postulações que são um pouco mais teóricas e filosóficas, porém, estão intimamente ligadas com estas citadas anteriormente e servirão para a ampliação dos conceitos. Jacques Lacan coloca a repetição como um dos conceitos fundamentais para a psicanálise e pensa que

nesses primeiros tempos da experiência em que a lembrança, pouco a pouco, se substitui a si mesma, e se aproxima cada vez mais de uma espécie de foco, de centro onde todo o acontecimento parece dever livrar-se precisamente nesse momento, vemos manifestar-se o que também chamarei – entre aspas, pois é preciso também mudar o sentido das três palavras que vou dizer, é preciso muda-lo completamente para lhes dar seu peso – a *resistência*

do sujeito que se torna, nesse momento, *repetição em ato* (LACAN, 2008, p. 57).

Essa consideração coloca o evento traumático no centro e em uma direção de esvanecimento do ocorrido, ao mesmo tempo que inaugura uma cadeia de repetição traumática em ato. O que se interpõe para Lacan no momento traumático diz de um encontro com o “real”, operador conceitual que possui o estatuto de uma instância, “um encontro marcado, ao qual somos sempre chamados, com um real que escapole” (LACAN, 2008, p. 59). Ou seja, um encontro inevitável com algo que se esvai e escapa do engendramento a uma cadeia significativa.

O efeito dessa condição é explorado através de dois operadores propostos por Jacques Lacan, a tiquê e o autômaton. Tal noção contribuirá para o nosso entendimento do que tratamos aqui por repetição, tanto no sentido histórico como no sentido clínico. Ao falar de um sentido histórico, por utilizarmos bastante as noções materialistas de Walter Benjamin, podemos remeter ao sentido marxista da dialética histórica onde a história repete-se inicialmente como tragédia e, posteriormente, como farsa.

Ao pensarmos a repetição no sentido clínico Lacan nos coloca que “O que se repete, com efeito, é sempre algo que se produz – a expressão nos diz bastante sua relação com a tique – como por acaso” (IBIDEM). Temos então a diferença, a tique nos diz de um tropeço, de um acaso, de algo que acomete o sujeito, já o autômaton diz respeito a sua repetição dentro de uma cadeia significativa já modulada pelo princípio do prazer. Este encontro acidental, que fissa o sujeito, que possui como núcleo aquilo que é inassimilável, é, por excelência, o traumatismo.

Ou seja, estamos adicionando ao entendimento de que o traumatismo diz respeito a um excesso a ideia de que se trata de um excesso que não tem possibilidade de assimilação para o psiquismo, ou seja, não consegue ser engendrado em uma cadeia, portanto, é um encontro faltoso, onde o que falta é, justamente a palavra. “Com efeito, o trauma é concebido como devendo ser tamponado pela homeostase subjetivante que orienta todo o funcionamento definido pelo princípio do prazer” (LACAN, 2008, p. 60). Portanto, o organismo possui como horizonte a ação de equilibrar as forças excessivas do traumático para evitar um colapso das funções psíquicas e engendra-las em uma narrativa.

É neste momento que Lacan retoma o sonho descrito por Freud, do pai que sonha com seu filho morto e este lhe diz ‘Pai, não vês que estou queimando?’ durante o velamento do filho, “Há mais realidade, não é, nesta mensagem, do que no ruído pelo

qual o pai também identifica a estranha realidade do que se passa na peça vizinha. Não será que nessas palavras se passa a realidade faltosa que causou a morte da criança?” (LACAN, 2008, p. 62).

Sándor Ferenczi havia dado enfoque para este aspecto onírico do traumático, como já comentamos aqui, enfocando no sentido de cada cena. Compreendendo que o sonho poderia ser orientado tanto pelo princípio da repetição traumática como pelo princípio do prazer. Ele se vale de um exemplo de uma paciente cujo pai lhe fizera declarações de amor e apresenta durante alguns meses de análise conteúdos que apontam para um trauma sexual infantil. A paciente relata dois sonhos com circunstâncias muito específicas, o primeiro ela acorda de forma súbita, com dores fortes na parte de baixo do ventre, ruborizada e relatando um extenuante cansaço, como se tivera envolvido-se em um combate. O segundo dizia respeito a uma perseguição onde ela era vítima de animais selvagens e, depois de derrubada, atacada por ladrões cujos traços lembram o do pai. (FERENCZI, 2011, p. 131).

O que está posto aí, conforme o autor, é o sonho primário, da repetição traumática em si, e o sonho secundário, onde já existe um domínio parcial do conteúdo. Ou seja, há uma passagem que ocorre da repetição pura para a alocação em uma estrutura de sentidos. Dessa forma,

O objetivo terapêutico da análise dos sonhos é o estabelecimento de um acesso direto às impressões sensíveis, com a ajuda de um transe profundo, o qual regride por assim dizer para além do sonho secundário e faz reviver na análise os acontecimentos traumáticos. (...) Essa análise suplementar utiliza com frequência imagens isoladas do sonho para penetrar através delas na dimensão das profundidades de alguma forma, quer dizer, na realidade (FERENCZI, 2011, p. 132).

Vemos que há uma coesão entre os argumentos de Ferenczi e Lacan acerca da noção do conteúdo traumático e sua manifestação e de que ele reverbera no sonho em um sentido de realidade, pois este nos diz que “essa realidade não é pouca, pois o que nos desperta é a outra realidade escondida por trás da falta do que tem lugar de representação – é o trieb, nos diz Freud” (LACAN, 2008, p. 64).

Compreendemos o sonho por uma via de montagem também, conceito que será fundamental para discussões acerca da estética e do cinema, mas também da história. Paulo Endo compreenderá que a composição imagética do sonho se dá pela viceralidade da cena, “O mesmo recurso opera nos sonhos traumáticos, só que sua tradução é figurada e imagética. Sonho traumático expõe o ocorrido numa intensidade muito próxima do fato traumático e o acentua pela via da repetição e da literalização” (ENDO,

2012, p. 119). A questão da tradução nos importará muito mais adiante, fica mais claro que a repetição possui um caráter acentuador da experiência traumática, tornando-a mais enfática, “O sujeito é lançado para fora do seu sono, atormentado pelo sonho que o impediu de dormir” (ENDO, 2012, p. 121).

O fundamental então é a direção para uma ressignificação, porém, é uma preocupação para Endo uma condição necessária ao analista que visa a concepção da violência possível na análise em si, afinal,

É isso que preocupou Ferenczi, mesmo em relação à situação psicanalítica e à possível hipocrisia do analista; ele elaborava a presença ou ausência do tato a partir do reconhecimento da posição assimétrica que pode se impor no par analista e analisando, situação à qual todo profissional deve estar atento. Sem essa preocupação um novo traumatismo pode ser reproduzido na própria análise. O sentir com, proposto por Ferenczi, o tato, sugere que é nas informações sensoriais que deve ser buscado aquilo que o analisando também introjetou como informação física para qual ainda não há nome nem significação (ENDO, 2012, p. 124).

É um gesto o de buscar novos acessos e saídas linguísticas para o conteúdo traumático. Um dos exemplos mais caros e interessantes dessa torção necessária a inscrição do trauma é o relato de Suzanne Hommel, analisante de Lacan, alemã, que conta sua história no filme “Um encontro com Lacan” que mostra fragmentos de suas lições e pacientes e estudantes dão seu testemunho da convivência com o analista.

Esta mulher, nascida e criada na Alemanha durante o período da Segunda Guerra mundial conta de um sonho que lhe acomete com frequência e a faz acordar no horário extado de cinco horas da manhã. Ao relatar isso ela complementa que era as cinco da manhã que a Gestapo realizava a invasão de casas e prisão de judeus durante o período nazista.

Ao falar esta frase por inteiro, ela relata que Lacan venta-se rapidamente e vai em sua direção, fazendo-lhe um carinho, com a mão, em seu rosto. Este gesto de carinho em francês possui a denominação “Geste à peau”, um gesto sobre a pele, que foneticamente é exatamente igual a gestapo. Ou seja, um gesto corta este significante ‘gestapo’ e o transforma, inaugurando uma nova possibilidade de significação, um gesto de humanidade e carinho no verso de uma palavra atroz.

Assim percebemos que existe a possibilidade frente ao traumático, frente a essa imposição exógena que exige do psiquismo uma nova conformação a partir da sua inauguração. Flavio Tavares conta partes de seus sonhos no seu “Memórias do Esquecimento” e um destes sonhos é muito interessante para compreendermos certa dinâmica da trama traumática que compõe a realidade psíquica. Ele sonha que seu pênis

descola-se de seu corpo e esse fica em sua mão, como um parafuso solto e ele reaparafusava o mesmo em seu corpo, no lugar de sempre.

O sonho possui uma relação extremamente íntima com a cena de tortura, visto que remete aos choques elétricos, extremamente comuns nos porões da ditadura e os quais Flavio Tavares relata ter sido vítima inúmeras vezes. Mas, “O sonho restaurava a potência do sonhador ao colocar em suas mãos o poder de recolocar o pênis cada vez que ele se desenroscava. Uma ordem é buscada diante da fragmentação. Ela não restaura, nem repara, mas torna suportável a repetição do traumático” (ENDO, 2012, p. 127). A repetição sistemática serve, portanto, para inscrever.

Devemos observar esse sofrimento humano a partir de uma ideia de sociedade, Maria Rita Kehl (2010, p. 125-126) propõe que socialmente temos um universo de experiências compartilhadas por todos por intermédio da linguagem. Porém, as pessoas afetadas pelos regimes de exceção, mais diretamente o caso brasileiro de ditadura civil-militar, tem uma gama de experiências violentas não compartilháveis pela fala, fazendo com que vivam em uma espécie de “universo paralelo”. Consequentemente, ainda de acordo com a autora, essas experiências não fazem parte da memória coletiva, memória que institucionalmente serviu para aterrar o terror dos torturados, resultado de um estado que reconhece que atuou (através de seus agentes) na aniquilação da vida.

Nesse quesito de sociedade é importante retomar algumas considerações de Totem e Tabu, de Freud. Para o autor, o horror ao incesto e a inaceitabilidade do mesmo em, praticamente, todos os registros de cultura até então, inclusive aquelas consideradas “selvagens” e “primitivas”, serve como um indicativo de uma espécie de origem comum de uma constituição societária baseada em uma interdição (FREUD, 2013, p. 41- 43).

Apesar de caberem inúmeras críticas em relação às noções antropológicas eurocêntricas e evolucionistas de Freud, é de extrema importância esse “mito” colocado em questão. Ou seja, que a possibilidade de uma civilização se dá por conta de um assassinato, mas não qualquer assassinato, o assassinato do pai. Pai esse que Freud caracteriza como um pai tirânico e único a poder desfrutar do próprio desejo. Podendo ter, por exemplo, qualquer mulher que desejasse. Tal pai só pode ser barrado através de sua morte, por um filho que o mata e não assume seu lugar, deixa esse lugar vago, ocupado por uma imagem como um totem, algum animal que seja sagrado. Além disso, se instaura um tabu, uma proibição, no caso, o incesto.

Freud menciona um ritual de refeição totêmica, onde depois da morte o animal é devorado ainda cru, após tal momento há um choro copioso em seu luto. A hipótese é

que a primeira festividade tenha se dado em torno desse pai morto, com a carne deste pai. Porém, o que marca o seguimento dessa sociedade é a culpa, o pai, agora morto, em ausência, segue ainda interditando os filhos. Portanto, Freud afirma que “o morto se tornou mais forte do que o vivo tinha sido” (FREUD, 2013, p. 209). Tal consideração se adéqua com as considerações feitas sobre a neurose, onde o imperativo de um pensamento tem valor de realidade.

Também de fundamental valia é a noção de herança que Totem e Tabu lança. Através de um poema de Goethe “O que herdaste de teus pais, adquiere-o para que possuas” que há uma herança desse pai da horda primitiva que permeia a sociedade. É importante reparar que, no poema, não há uma escolha em herdar, apenas há a escolha no nível de uma apropriação (FREUD, 2013, p. 228). Vamos retomar em breve tais noções.

Essas noções são importante para pensarmos que a fundação da possibilidade de sociedade se dá através do reconhecimento retroativo de um assassinato. Tanto que há uma propensão a se dizer que “o primitivo é desinibido; o pensamento se converte facilmente em ato” (FREUD, 2013, p. 231). Ou seja, um ato não mediado pela linguagem. Aqui podemos fazer uma aproximação com o que Agamben considera sobre o Estado de Exceção estar em uma zona de anomia, ou seja, uma zona jurídica de indeterminações, onde na prática, tudo é permitido e toda vida é nua.

O que Sigmund Freud descreve pode ser pensado largamente a respeito do autoritarismo e do que é embrionariamente fascista na sociedade brasileira. Por conta disso denominamos a ditadura de “civil-militar”, não apenas de militar, pois a participação desse setor foi efetiva. Podemos identificar como um fenômeno de massa, “Dessa maneira, a massa nos parece uma revivescência da horda primordial” (FREUD, 2013, p.131). A liderança, no caso de uma ditadura, um ditador, ou vários, no caso brasileiro, se apresenta como fator fundamental para organizar a massa contra um inimigo comum. Walter Benjamin nos oferece um fragmento precioso em seu texto “Alemão bebe cerveja alemã!”:

A plebe está possuída por aquele ódio frenético contra a vida espiritual que reconheceu na contagem tios corpos a garantia para o aniquilamento dela. Onde quer que se lhes permitia, eles se colocavam em fila, sob o fogo da artilharia ou a caminho do armazém eles se acotovelam em ordem de marcha. Nenhum vê mais adiante do que as costas do homem a frente, e cada qual se orgulham de ser, dessa forma, modelo para o seguinte (BENJAMIN, 2012, p. 28 – 29).

Tal consideração feita pelo autor em meio à ascensão do nazismo da conta de um apelo imaginário do ser como exemplo e aponta para um declínio lingüístico, ou seja, uma limitação dos recursos e estreitamento dos laços, visto que o que mais importa é uma identificação exemplar, normalmente associada com valores nacionalistas. A questão é o que ocorre com a diferença? Normalmente, é aniquilada.

Freud irá pensar a cultura a partir da ótica do mal-estar, e diante dessa noção pensará sobre o fundamental ponto de uma contraposição entre Eros e Tânatos, pulsão vital e a pulsão de morte, o autor conclui que

No sadismo, em que o impulso de morte torce a meta erótica a seu favor, ao mesmo tempo em que satisfaz completamente o anseio sexual, obtemos a mais clara visão de sua natureza e de sua relação com Eros. Mas mesmo onde ele aparece sem propósitos sexuais, até sua mais cega fúria destrutiva, é impossível ignorar que sua satisfação está ligada a um gozo narcísico extraordinariamente alto, na medida em que essa satisfação mostra ao eu o cumprimento de seus antigos desejos de onipotência (FREUD, 2016, p. 141).

Isso nos coloca em uma relação dialética entre uma tendência a preservação e multiplicação da vida e uma tendência a aniquilação de tudo. Isso é um dos fatores que cabe para compreendermos a existência da dominação no mundo humano da linguagem, para entendermos a força da subjugação cultural que alguns povos impõem a outros, como isso se legitima e como a violência permeia esse processo do início ao fim.

Há em jogo, a partir destas considerações, uma transmissão cultural da violência. Neste momento mundial existe, por exemplo, uma ofensiva turca contra o povo curdo (não detentores de nenhum estado-nação) que vivem em partes da Turquia, Síria e Iraque. A Turquia possui uma história de muita violência, cristalizada, principalmente, pelo genocídio armênio. Durante o período posterior a este pelas décadas de 1920 e 1930, as autoridades turcas limitaram a existência curda, proibindo nomes e roupas típicas, restrições ao uso da língua curda e a negação da identidade étnica curda, tratando este povo como “Turcos da Montanha” (BBC, 2019).

A partir de 1978, uma liderança curda criou o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) e a partir deste momento mais de 40 mil pessoas morreram em confrontos armados entre autoridades turcas e integrantes de movimentos pró-independência curda. Em 2013 houve um cessar fogo autorizado entre o PKK e o governo turco, porém, este colapsou em 2015 e agora ofensivas militares turcas avançam pelos territórios ocupados por curdos, principalmente ao norte da Síria.

Tal acontecimento não pode deixar de fora uma coincidência que é a passagem de Recep Tayyip Erdogan de primeiro ministro para presidente da Turquia e o fato de

possuir como plataforma de pensamento da política externa pautas que dizem respeito ao findado império otomano. Ou seja, se desenha aí um novo processo genocidário, onde não há uma clara e massiva exposição pela mídia tradicional do que acaba por ocorrer, afinal, os curdos sequer possuem um Estado Nacional soberano.

A partir desse ponto de vista, passa a ser fundamental a consideração da herança que um povo recebe de seus antepassados. Sigmund Freud é certeiro nesse ponto ao construir seu argumento acerca da tradição judaica e seu fundador/legislador, Moisés. Freud se debruça sobre esta temática a partir de 1933, ascensão da ofensiva nazista contra judeus e se pergunta em uma carta “Diante das novas perseguições, como os judeus se tornaram o que são e por que atraem para si o ódio eterno?”

Para a compreensão da história Freud empreende uma análise pautada, inicialmente, na noção da construção mítica da figura do herói, proposta por Otto Rank, e da abordagem do próprio nome Moisés. A ideia de uma saga do herói diz respeito a uma série de condições míticas para a construção da figura que guia as tradições de um povo. Rank coloca que, principalmente, há uma origem comum de todas as figuras míticas, onde este tem uma origem nobre e por algum revés, geralmente de uma profecia, que coloca em risco o reinado, esta figura é abandonada na infância e é criada por pessoas pobres. Ao longo do trajeto esta pessoa é levada a confrontar-se com seu passado e reassume seu lugar histórico (FREUD, 2018, p. 40).

Essa consideração é muito importante para o entendimento das tradições e de como se pode ler o passado. Para a literatura são utilizadas noções parecidas. Vladimir Propp, em seu “A morfologia do conto maravilhoso” organiza uma série de fábulas russas no fim da década de 1920 a fim de perceber um padrão narrativo existente, listarei alguns abaixo que podem contribuir com a análise pretendida aqui, são eles:

Definição espaço-temporal ("era uma vez um reino"). 2. Composição da família: a) pela nomenclatura e condição, b) pela categoria dos personagens (o mandante, o buscador, etc.). 3. Esterilidade. 4-5. Rezas para o nascimento de um filho: 4. Forma da reza, 5. Motivação da reza, 6. Causas da gravidez: a) intencional (come-se um peixe, etc.), b) casual (engole-se uma ervilha, etc.), c) por, meio de violência (donzela raptada por um urso, etc.). 7. Formas de nascimento miraculoso: a) de um peixe e da água, b) da lareira, c) de um animal, d) outras. 8. Profecias, predições. 9. Bem-estar prévio ao nó da intriga: a) fantástico, b) familiar, c) agrícola, d) de outro tipo. 10-15. O futuro herói: 10. nomenclatura, sexo, 11. crescimento rápido, 12. ligação com a lareira, com as cinzas, 13. qualidades espirituais, 14. travessuras, 15. outras qualidades. 16-20. O futuro falso herói (do primeiro tipo: irmão, meio-irmã; cf. abaixo, 110-113): 16. nomenclatura, sexo, 17. grau de parentesco com o herói, 18. S. qualidades negativas, 19. qualidades espirituais comparadas com as do herói (ambos são espertos), 20. outras qualidades. 21-23. Disputa dos irmãos pelo primado: 21. forma da disputa e meio de solução, 22.

elementos auxiliares na triplicação, 23. resultado da disputa. (PROPP, 1929, p. 67).

Existem mais 127 considerações feitas por Propp nessa sequência de postulações que se põem como uma espécie de estrutura narrativa compartilhada entre incontáveis textos. Porém, estas primeiras nos interessam mais pois dizem respeito às origens do herói e conversam bastante com a posição adotada por Freud para conhecer o “Homem Moisés”. Notamos que em muitas destas categorias a história de Moisés não se encaixa na desta figura mitológica proposta por Vladimir Propp, assim como não se encaixavam na teoria proposta por Otto Rank.

Então entra em cena a noção a nomenclatura que Freud propõe, que Moisés não poderia ter seu nome derivado de “Mosche”, sendo “aquele que tira”, pelo fato de ter sido descartado nas águas e ter sido salvo pela princesa egípcia. O Autor propõe que, na realidade, Moisés poderia derivar da denominação “Mose”, filho de. O que seria muito plausível, porém, diria respeito a uma ruptura na tradição. (FREUD, 2018, p. 36). Isso se configuraria uma hipótese de, na verdade, Moisés seria um egípcio.

Tal hipótese não fora aceita inicialmente ao ser escrita por Freud, então, pensou que teria um outro caminho de desenvolver a ideia: através do registro da religião monoteísta. Este ponto é importantíssimo para nós, por interpor-se como pensamento fundamental para as condições da transmissão do passado de geração para geração. O autor se debruça, então, na ideia do monoteísmo e encontra o primeiro registro disso no próprio Egito em 1375 a.c, através do faraó Amenófis IV (FREUD, 2018, p. 51). Houve, então, uma tentativa de destituição da modalidade politeísta e a implementação violenta do monoteísmo, “tudo aponta para o ato de que durante o reinado de Amenófis ela (religião monoteísta) se fortaleceu pouco a pouco, adquirindo clareza, consequência, aspereza e intolerância sempre maiores” (FREUD, 2018, p. 55).

A primeira experiência com apenas um Deus ter sido no Egito é um indício extremamente importante para a plausibilidade da origem de Moisés. Além disso, nos diz dos indícios que configuram uma tradição, uma gênese, a origem, no sentido benjaminiano, que se revela em diversos momentos da trajetória de algo. Amenófis muda de nome para Ikhnaton para formular a religião de Aton, onde se faz a dinastia Aton, até a sua decadência, onde, inclusive, a religião monoteísta fora esquecida, varrida da história tradicional oficial, por assim dizer. Isso nos diz, então, de um traço, de um registro que se apaga na história, mas deixa uma marca, uma impressão que

futuramente irrompe. Portanto, Freud pensa que Moisés, de fato, poderia ter sido egípcio e transmitira uma religião egípcia aos escravos hebreus durante o êxodo.

O avanço do argumento se dá a partir de um bloco escrito sob a forma de analogias com a vivência neurótica da psicanálise, dizendo: “Acredito que a correspondência entre o indivíduo e a massa é quase completa neste ponto; também nas massas a impressão do passado se conserva em traços mnêmicos inconscientes” (FREUD, 2018, p. 148). Esta noção diz respeito às vivências traumáticas infantis que irão desaguar em sintomas neuróticos da vida adulta, sendo esquecidas e recalçadas no inconsciente e ressurgindo travestidas na linguagem.

Pensando por um outro exemplo contemporâneo possível, que retoma um pouco o eixo desta sessão do trabalho, se dá, novamente em relação a Turquia. A praça Taksim, localizada em Istambul, na parte europeia da Turquia era, até por volta de 1920, um cemitério armênio. Tal localização atendia pelo nome Cemitério Armênio Pangalti e fora concedido pelo sultão otomano durante o século XVI Suleyman após seu chefe armênio Manuk Karaseferyan o ter alertado de uma conspiração que visava mata-lo. Em agradecimento fora ofertado um cemitério para que o povo armênio enterrasse seus mortos. Tal lugar funcionou desta maneira por 400 anos, até o genocídio promovido pelo império otomano.

A partir daí houve uma transfiguração total do local, principalmente por conta da urbanização em Istambul, e o cemitério fora esquecido como tal e acabou tornando-se uma praça da cidade. Dois eventos chamam muito a atenção a partir daí, em 1977 houve um protesto que culminou em 30 mortes de manifestantes naquele local. O outro foi, novamente, um protesto, mas em 2013, ensejado pela onda dos “Occupy” houve o “Occupy Gezi Park”, Gezi é o apelido dado ao parque, em breve entraremos nas questões linguísticas do parque. Neste protesto 11 manifestantes foram mortos.

O mais interessante é que o passado do local fora encoberto, todos os túmulos foram destruídos ou descaracterizados, portanto, não haviam vestígios da utilização antiga. Porém, em julho de 2013, um mês após o protesto, durante uma escavação no local, 13 lápides foram descobertas e contribuíram para revelar a história, foram descobertos também vestígios de um monumento datado de 1919 em memória do genocídio armeniano. Ou seja, a memória passou por um longo processo de apagamento, apagamento este que Marc Nichanian se indaga quanto a possibilidade de registro e nomeação pensando:

Mesmo se tivéssemos lido todos os testemunhos, e, até, se estivéssemos de posse de uma tipologia histórica do testemunho no ‘caso’ armênio, será que compreenderíamos melhor a natureza de seu acontecimento que acabo de nomear por seu nome próprio: Catástrofe? Será que saberíamos melhor qual é o ‘poder’ da escrita perante a extrema violência, perante uma vontade manifesta de extermínio *sem resto*? (NICHANIAN, 2012, p. 14)

A pergunta que está em marcha é relativa ao alcance da história do apagamento da história. Não deixa de ser algo extremamente significativo tornar um cemitério uma praça pública, se isso fosse registrado historicamente logo após o evento e se erigissem totens nesta mesma praça que contassem a história, será que seria possível ainda tomarmos esta história como integral? Provavelmente não, porém, a história, de qualquer modo, não deixa de ser escrita.

Como propunha Sigmund Freud, a história tem suas semelhanças com a vida psíquica de um sujeito neurótico, o que fica bem evidente nesse caso. Um local sagrado, profanado, esquecido, porém, que em mais de uma vez protagoniza um espaço de resistência e de mortes, mortes que por sua vez são consequência da atuação das forças do Estado. Não é apenas uma coincidência, é um mecanismo histórico de funcionamento, onde certas estruturas se repetem de maneira categórica.

Podemos pensar nos nomes dados para esta praça em questão como vestígios da sua história. Em uma procura pela tradução do turco para português, “Taksim” possui a significação mais usual de divisória, além de ser utilizada como referência à pontuação que diferencia números, conceitos e termos um dos outros e como uma denominação para barra. No entanto, “Gezi” significa viagem, passeio ou jornada, enfim, remete a noção de movimento. De fato, a divisória entre passado e presente, entre turcos e armênios e a viagem de um eterno retorno do mesmo que se interpõe até que emergem os restos da história.

Considerarmos os nomes como algo que dizem respeito a história do local faz com que não percamos o teor de transmissibilidade da história, ou seja, a transmissão ocorre apesar de tudo, para todos os efeitos possíveis. O que nos devolve, novamente, ao exemplo do que ocorre nos dias de hoje com os curdos, a ofensiva do Estado em uma posição genocida contra um povo que sequer é reconhecido como nação, são orças díspares e são efeitos da história, como bem nos diz Freud.

É impossível não lembrar a apresentação musical realizada pela banda armeno-americana System Of a Down na Armênia em 2015. Um momento marcante ocorre quando entre a música “Jet Pilot” e “Suite Pee” o guitarrista e vocalista Daron Malakian grita de forma gutural: “This is not a rock and roll concert! To our murderers: This is

remind!” Em tradução: “Isso não é um show de rock and roll! Para os nossos assassinos: Isto é lembrar!” A arte se torna, assim, o vetor fundamental para o debate político no mundo. Este show, aliás, possui aspectos interessantíssimos como vídeos passados no telão que contam a história do genocídio da Armênia, inclusive as legendas dos vídeos são no idioma armênio.

O mesmo ocorre no Brasil acerca de incontáveis questões, porém, pensemos no exaustivamente repetido (e necessariamente repetido) exemplo do assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. As investigações são lentas, porém, apontam para o fato de que quem efetuou os disparos foi o policial militar Ronnie Lessa, que atuava em uma milícia. Um ente do Estado mata uma vereadora que representava de maneira cristalina a função crítica diante história escravocrata, misógina e classista brasileira. Tal policial fora condecorado pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, ou seja, as forças políticas do Estado atuam em benefício da manutenção destes atentados.

Como bem diferenciou Benjamin, existe uma violência que é praticada e reprimida e uma outra que reprime, esta, segunda é a violência que é oriunda do Estado e não possui limites para a sua expansão (BENJAMIN, 2013, p. 147). O que há, então é uma história que de forma desesperadora se repete incontáveis vezes, afinal, Marielle foi morta em uma emboscada, Marighela também fora, isso nos coloca em uma tarefa de estar sempre em busca deste passado que se repete no presente para entendê-lo. Não, porém, em totalidade, mas, talvez, em contingencialidade, ou seja, prestarmos a atenção no passado e no presente, nos vestígios.

De certa forma este imperativo que se impõe, principalmente a partir desse empreendimento psicanalítico da escavação do passado podemos compreender que é uma tarefa pensada como do tradutor por Walter Benjamin, para o autor “Essa tarefa consiste em encontrar na língua para qual se traduz a intenção a partir da qual o eco do original é nela despertado” (BENJAMIN, 2013, p. 112). Podemos pensar, portanto, que há um processo de tradução do passado no presente e que isso serve como uma alegoria ao psiquismo.

Janine Altounian, tradutora responsável pela adequação linguística da tradução das obras de Sigmund Freud para o francês colabora muito para esta discussão. Ela é filha de sobreviventes do genocídio armênio e radicou-se na França, sendo falante de diversos idiomas, menos do idioma armênio. Ela encontra após a morte do pai os diários que ele escrevera durante sua fuga do território armênio, porém, havia ali uma questão:

estavam escritos no idioma materno de seu pai, e ela não o entendia. Uma tradutora impossibilitada do acesso à própria história pelo fator de não falar o idioma. O reencontro inevitável e inapelável das forças do passado com o presente à que Benjamin se referia como possuidor de uma “frágil força messiânica” (BENJAMIN, 2012, p. 242), ou seja, por mais que todas as testemunhas morram, a história sempre estará em aberto para que possa ser em condição de devir, ou seja, para que seja possível aquilo que não foi.

O trabalho cultural se interpõe como um trabalho analítico, “o mesmo substantivo ‘Übertragung’ designa, em versão francesa, “transferência” e “tradução”. Logo, é essa ‘transferência ou tradução’ que, no presente caso de uma herdeira de sobreviventes, promove tanto um trabalho de tradutora quanto um trabalho de analisante” (ALTOUNIAN, 2014, s.p) a busca incansável por sentidos, pela colocação narrativa de uma história traumática, frente a uma impossibilidade inerente de tal tarefa. Se Freud já dissera haver três tarefas impossíveis que seriam educar, governar e analisar, podemos incluir uma quarta que seria traduzir. Portanto, ratificando o paralelo transferencial com o da tradução

Nos dois casos, traduzir é de fato deslocar do original para a outra língua, e do originário para a transferência. Assim, pode-se estabelecer certa analogia entre a tradução linguística e a outra, efetuada no campo transferencial, do que não dispõe de palavras para se dizer ao outro, seja porque, no primeiro caso, as palavras do original têm um sentido ignorado pelo interlocutor estrangeiro, seja porque, no segundo, o originário, transmitido sem palavras, tem de achar suas palavras em presença do outro da transferência (ALTOUNIAN, 2014, s.p).

O psiquismo atua num sentido de tradução, afinal, as impressões mnêmicas se convertem em modos de vida subjetivos, sintomas por um processo semelhante, passando por incontáveis circuitos, porém, nenhum sendo exatamente simétrico um com o outro, bem como a assimetria entre significante e significado.

Pensando esse cenário, a psicanálise surge como força, força que aposta na palavra. Portanto ela serve de ferramenta nessa sociedade fraturada, nessa sociedade estruturada como barbárie. Portanto há que se encontrar recursos nas palavras, nas palavras que gerem laços e que combatam o autoritarismo e a aniquilação da vida como projeto de controle. É necessário apostar em uma alteridade radical. Porém, ao mesmo tempo que consideramos que essa vertente teórica nos dá ferramentas para combater essas estruturas, ela também dá para compreender esses fenômenos. A conceituação de trauma em sentido mais definitivo e sintético, que adotamos aqui, por exemplo, nos serve para trabalhar tanto em sentido clínico como em sentido literário, considera que:

A intensidade excessiva do trauma calcina o sentido e a palavra não consegue organizar o relato e nada amarra o elemento temporal, instalando-se uma descontinuidade que a psicanálise chamou de a posteriori. O que se pode dizer, o que se pode lembrar, apresenta-se como falho, tem uma intensidade que não pode ser dita, algo se inscreve e escapa (PERRONE, MORAES, 2014, p. 32).

Nesse sentido, retomando um pouco do que escreve Maria Rita Kehl sobre o tecido social, é pertinente pensarmos no trauma como uma cena coletiva. A noção de Adorno, de que não importa se foram seis milhões, seis mil, seiscentos ou seis mortos pela Shoáh, o valor da vida não pode ser mensurado em números. Ivete Keil (2005, p. 59) lança luz sobre o fato de que toda e qualquer tortura ou violência cometida durante a ditadura no Brasil foi vista por, no mínimo, três forças, o estado torturador, aqueles que foram vítimas e a sociedade que permitiu que tais eventos aconteçam. Essa consideração coloca esses eventos em outro eixo, onde a sociedade participa ativamente de todo o processo, tanto de causa como de reparação da violência.

Este entendimento teórico nos serve para pontuarmos um dos contos que aparece no livro de Kucinski que coloca bem a alegoria do trauma enquanto um encontro tíquo, como algo que aparece e subitamente desorganiza as categorias que estão postas por meio de um excesso. Trata-se do conto “A instalação”, onde nos é apresentada a personagem Nair, que é chamada por uma prima distante, desconhecida, cujos pais não se davam bem e, por isso, foram criadas bastante afastadas. Esta prima realiza um convite para que ela conheça a sua casa, uma das poucas informações sobre Nair é que ela era curadora de uma exposição na Pinacoteca paulista e se dirigiu para o local.

Subiu os degraus devagar, um a um, já preocupada com a volta, quando teria que descer e sentiria as agulhadas no joelho direito. Dez anos haviam passado. O tique nervoso na sobrancelha esquerda, reflexo condicionado das cacetadas, sumira com dois anos de divã, mas a lesão no tendão, de quando a penduraram no pau de arara ficou para sempre. Se soubesse da escadaria, não teria vindo (KUCINSKI, 2014, p. 135).

Fica claro que se trata de uma mulher que fora torturada durante a ditadura civil-militar brasileira e que ficara para sempre com um registro desse momento, apesar de ter livrando-se do reflexo adquirido. Algo que remete ao que já tratamos aqui acerca das marcas físicas que “atenuam” de alguma maneira o trauma psíquico como Freud bem comentou em “Além do princípio do prazer”. A questão que aparece é de uma restrição física que permanece como lembrança constante enquanto a outra pôde ser esquecida.

A residência dessa prima é descrita como um pequeno palácio, onde há um muro enorme, que lembra, inclusive uma fortaleza. O principal argumento mostrado para este

encontro de familiares distantes, praticamente desconhecidas, é o fato de haver uma curiosidade do motivo dos pais das duas serem tão distantes, algo que parecia colocar uma pulga atrás da orelha de Nair.

Ela é apresentada a casa e é retratada como muito grande e um pouco brega, mas com uma marca muito específica, “A sala tinha móveis pesados e em excesso. Por todas as superfícies, espalhavam-se bibelôs de vidro e cerâmica, bonequinhas de plástico e jarras decorativas.” (KUCINSKI, 2014, p. 136). A imagem de um excesso fica clara tanto pelas palavras como pela descrição do local, como cheio de coisas meio sem sentido, tanto que há uma definição próxima a da ideia de se tratar de uma “nova rica”, o que é um claro julgamento de classe relativo a prima que recepcionara efusivamente em seu palacete.

Nair é levada para o pátio onde há uma série de árvores frutíferas que formam um belo pomar. Passando por ali se chegou na cozinha onde, pelo primeiro momento, algo chama a atenção de Nair, em cima do fogão a lenha ela vê algo classificável como uma instalação de arte:

Finalmente uma obra de bom gosto, pensou.

A peça era composta de cachos de banana carnudos e abundantes envolvendo um longo vergalhão de madeira envelhecida, erguido como um totem. Os bagos de banana iam do verde profundo ao dourado voluptuoso, passando pelo amarelo-ouro, o laranja, o marrom, um completo arco-íris tropicalista.

Curiosa, ela perguntou:

– E essa coisa tão bonita, o que é?

– São pencas de banana que eu deixo aí pra madurar.

– E aquela haste no meio?

– É lembrança do meu marido; é o pau de arara que o Oswaldo ganhou dos colegas quando se aposentou da polícia.

Ela sentiu um frio subindo pela barriga e logo o beliscar pesado dos tiques na sobancelha (KUCINSKI, 2014, p. 137).

O ponto tíquico que comentamos anteriormente nesse capítulo volta com toda a sua força, um significante que fora “esquecido” e com a história de um encontro familiar retorna e traz junto de si o “tique”, tiquê, utilizando certa liberdade poética. O objeto abjeto que traz a história da tortura, do sofrimento que reencontra sua vítima, que declara que seguirá sempre aí, à espreita, como um totem, mas curiosamente, não como um tabu. A desfaçatez e naturalidade que a prima distante fala sobre a herança de seu marido, como sendo algo totalmente trivial, algo que compõe uma memória quase afetiva dos anos de trabalho, mas que se reveste de barbárie.

Nesse tocante é fundamental trazermos a noção de barbárie em Walter Benjamin que em sua tese de número oito fornece uma reflexão preciosa sobre o tema:

“Todos os que até agora venceram participam do cortejo triunfal, que os dominadores de hoje conduzem por sobre os corpos dos que hoje estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo triunfal, como de praxe. Eles são chamados de bens culturais. O materialista histórico os observa com distanciamento, pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criam, mas também à servidão anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco o processo de transmissão em que foi passado adiante. Por isso, o materialista histórico se desvia desse processo, na medida do possível. Ele considera a sua tarefa escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 244 – 245).

O pau-de-arara, pode ser visto como um documento da cultura que, por hora, compõe uma cena bonita, uma instalação quase tropicalista, que esconde um verso marcado pela morte, pela destruição da vida e a destruição do sujeito em integralidade. Esse é o aspecto fundamental da tese benjaminiana: tudo é barbárie, a sociedade é a barbárie em si. Mas, também, os registros dessa história nos levam para esta interpretação do passado que permitem o reconhecimento da destruição da vida como marca fundamental do progresso cultural.

Podemos entender que tal tarefa concerne também ao analista. Pensar a tradição dos oprimidos como a barbárie que sustenta uma civilização não é uma tarefa simples, por isso é importante o distanciamento na medida do possível. Como exemplo quase simplório, ao estudar as teorias psicanalíticas escritas por Freud, não ressoam ecos cálidos das vozes de analisantes e assistentes que não entraram para a história? Portanto é necessário escovar a história a contrapelo, pois assim teremos uma chance de tentar redimir um passado e reunir os vencidos.

Pensar que os documentos da cultura também registram a barbárie é colocar a cultura e a barbárie em equivalência, o que concordamos. Vejamos que até o nome “Barbárie” já carrega a sua própria violência por nomear aqueles que não falam, que murmura, porém, não falam a língua do colonizador, portanto, é quase impossível escapar de níveis de violência, nem que seja de violência epistêmica.

Retomando o conto, um dos fatores fundamentais que podemos considerar para efeitos teóricos é o que Freud denominará *das unheimlich*, não sou falante de alemão, porém, tomo conhecimento de que são variadas as possibilidades de tradução do termo, foram traduzidas de diversas formas até agora desde “O estranho”, presente nas obras completas da editora Imago; passando pelo “O inquietante”, presente nas obras

completas da editora Companhia das Letras; até a última “O infamiliar”, presente na tradução da editora Autêntica.

No próprio texto Freud coloca de largada que existe uma relação com o termo familiaridade e que, além disso, “O inquietante” (termo da tradução que utilizaremos aqui) “Sem dúvida, relaciona-se com o que é terrível, ao que desperta angústia e horror” (FREUD, 2010, p. 329). Apesar de relacionar-se com o domínio da estética, a princípio, Freud extrairá consequências relativas ao conceito do inquietante sob a ótica de algo familiar que será “esquecido”.

Este fundamento segue a ótica de algo recalcado que retorna, eventualmente, por meio de um mau encontro, um encontro que acaba por recordar, como no caso o pau-de-arara, porém, o retorno advém acompanhado do pesado tique da sobancelha. Neste ponto vemos que isso nunca fora superado de fato pela nossa personagem, que nunca foi esquecido de fato e é irônico que o retorno tenha se dado justamente em um encontro familiar.

Sigmund Freud separará o conceito de inquietante em um sentido clínico e outro literário, ambos conversam e nos interessa aqui apontar ambos,

No inquietante oriundo de complexos infantis não consideramos absolutamente a questão da realidade material, cujo lugar é tomado pela realidade psíquica. Trata-se da efetiva repressão de um conteúdo e do retorno do reprimido, não da suspensão da crença na realidade desse conteúdo. (FREUD, 2010, p. 370).

Vemos que há certa coerência com o que é apresentado no conto, afinal, por mais que não sejam processos infantis, há um processo do traumático que pode por algum meio ser recalcado. Porém, o artifício do inquietante na literatura associa-se muito mais a figuras de fantasmas que assombram os personagens, “*na literatura não é inquietante muita coisa que o seria se ocorresse na vida real, e que nela existem, para obter efeitos inquietantes, muitas possibilidades que não se acham na vida*” (FREUD, 2010, p. 371 – 372). O nosso caso literário se utiliza de uma hibridização de ambos os casos, pois a alegoria da vara que segurava bananas ter sido utilizada como instrumento de tortura é a construção de uma fantasmagoria que permeia o imaginário social de diversas formas, porém, o imaginário da nossa personagem essa fantasmagoria de fato estava associada ao terror e promoveu o retorno de algo que parecia, e apenas parecia, estar superado.

Essa ideia de superação do passado é muito importante de ser explicitada, pois ao falarmos disso não estamos propondo um processo de apaziguamento, mas sim de

construção e, principalmente, de compreensão do passado e “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja em um momento de um perigo” (BENJAMIN, 2012, p. 243). Não podemos ter o passado exatamente como ele foi pois ele é irrecuperável. Porém, alguns pontos do mesmo insistem em repetir-se de modo sistemático.

O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Ele é um e o mesmo para ambos: entregar-se às classes dominantes como seu instrumento. Em cada época, é preciso tentar arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o messias não vem apenas como redentor; ele vem como vencedor do anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que tampouco os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer (BENJAMIN, 2012, p. 243 – 244).

A tarefa que urge é de parar o ritmo natural de destruição para que se possa abrir espaço para uma esperança que não está, justamente, no futuro, mas sim no passado, naquilo que poderia ter sido e acabou por não ser, portanto, “É preciso ler a realidade como se fosse um texto” (MATE, 2011, p. 145). Isso significa tomar o passado como algo que está fora do historiador, para que este não o construa a seu bel prazer, mas deixe perceber estes momentos que aparecerão e desaparecerão. Eticamente isso implica na consideração de um passado cheio de memória, “que privilegia o que poderia ter sido ou o que não chegou a ser” (MATE, 2011, p. 155).

Portanto, para tal tarefa de contar a história e reinventar a transmissão, é necessário tomar uma posição. Tomamos de empréstimo as palavras de Lacan que utiliza um jogo de espelhos que cria uma ilusão de ótica para descrever sua tópica do imaginário comenta sobre a necessidade de uma posição para que a imagem seja suficientemente “real” ele diz:

Se o aparelho côncavo está aqui onde estou, e a pequena montagem de prestidigitador diante da escrivãzinha, a imagem não poderá ser vista com uma nitidez suficiente para produzir uma ilusão de realidade, uma ilusão real. É preciso que vocês se encontrem colocados num certo ângulo. Sem dúvida, segundo as diferentes posições do olho que olharia, poderíamos distinguir certo número de casos que nos permitiriam talvez compreender as diferentes posições do sujeito em relação à realidade (LACAN, 2009, p. 167).

Dessa forma, ver ou não ver a imagem depende de uma posição a se tomar, transplantando tal proposição para o nosso escrito, é necessário uma posição que permita ver essa história a contrapelo, que considere essa barbárie inerente a cultura. Que considere os mortos e o passado irrecuperável, porém, irredento.

Colocamos em cena, agora, aquele conceito que é o mais importante, porém, o mais difícil de todos de ser abordado: o testemunho. Aliás, implica em uma diferenciação pensarmos o testemunho enquanto produto de uma vivência ou experiência e o estatuto da testemunha, ou seja, de quem garante a sobrevivência da história, quem narra um ocorrido por ter presenciado ou recebido a transmissão de tal. Pensar enquanto categoria implica esta série de reflexões e inflexões teóricas.

Reyes Mate evoca a história que abre o filme “Shoáh” de Claude Lanzmann, onde um dos sobreviventes caminha por um bosque que, aparentemente, é igual a qualquer bosque e ele diz “É difícil reconhecer, mas era aqui”. Essa colocação espacial, que parece tão pouco específica e talvez frágil, esse “aqui” só pode ser dito e visto pela testemunha a quem

...esse ‘aqui’ assinala uma história oculta e ocultada, é o lugar do campo. ‘Aqui’, mesmo que não pareça dissimulado hoje pelo verde do bosque, é o lugar de um campo de extermínio. O olhar da testemunha vê e desvela o que o olho humano do cidadão contemporâneo não suspeita (MATE, 2005, p. 177).

Então podemos perceber que a testemunha opera em uma espécie de enlace temporal entre o que já foi e o que é, e ela consegue ver o que já não mais está. Este conceito e esta figura tornam-se fundamentais para compreendermos os processos genocidários do século XX, pois estes “Queriam criar um acontecimento epocal sem testemunhas” (MATE, 2005, p. 180), ou seja, queriam além de industrializar a morte como nos casos dos campos de concentração (de qualquer tipo) como também apagar a possibilidade de testemunhar.

É este o enfoque dado por Marc Nichanian ao pensar que a vontade genocidária irá atuar para destruir a facticidade do fato e, noção havendo materialidade da história, o testemunho se torna uma tarefa impossível. Assim como Agamben vê em Primo Levi o testemunho, não somente, da catástrofe ele vê o testemunho da impossibilidade de testemunhar frente ao excesso. Esse fator se deve, em parte, a questão de que “O relato de testemunho está imediatamente revertido para a esfera do arquivo, como se a ela pertencesse por essência ou necessidade” (NICHANIAN, 2012, p. 21). Porém, como arquivar uma vivência que lhe fora arrancada a condição de fato? Como tornar fato se até as cinzas dos corpos queimados desapareceram?

Estas considerações colaboram também para entendermos as ditaduras de segurança nacional do cone sul, afinal, elas também se preocuparam muito com uma possibilidade de apagamento de seus próprios rastros. A partir das investigações da

Comissão Nacional da Verdade o ex-delegado Claudio Guerra, que atuara na “Casa da Morte” em Petrópolis confessou e promoveu uma reconstituição, que contava sobre como incineraram os corpos de 12 presos políticos na Usina de Açúcar de Cambahyba no norte Fluminense. Fator que nos interessa muito, pois, em apenas um movimento, alguém confessa que cometeu o crime de aprisionamento ilegal, assassinato, ocultação de cadáver e desaparecimento forçado em nome do estado.

Neste caso o que vemos é o sucesso que o empreendimento nazista não conseguira alcançar, mas mesmo que apenas uma pessoa tenha sobrevivido a Casa da Morte, mesmo que ninguém mais saiba disso, apenas os que cometeram, a história precisa ser escrita e inscrita. Então o ex-delegado testemunha, não na mesma condição de testemunha do intestemunhável, mas como aquele que viu e precisa registrar o que se passou. No caso dele, aparentemente, por algum tipo de culpa, afinal, convertera-se em pastor religioso e alerta para a necessidade do reconhecimento público de tais acontecimentos.

Por tal dimensão arquivística que é fundamental pensar por meio da dimensão literária do testemunho, porém, esta não o é sem consequências, “Os sobreviventes queriam narrar sua experiência. Ou então queriam fazer literatura. Este dilema entre experiência e a literatura é imposto pela lei do arquivo” (NICHANIAN, 2012, p. 22). Este combate parece não ter solução pacífica, mas parece manter-se tênue como uma circunstância da condição testemunhal, algo que sempre será buscado como testemunho exemplar.

Como uma consideração etimológica da palavra, Reyes Mate colocará que, “Agamben remete a palavra “testemunha” ao termo latino *autor*, que significa originariamente aquele que intervém no ato de um menor para conferir-lhe o complemento de validade que lhe é necessária. Evoca, portanto, o termo de *tutor*” (MATE, 2005, p. 182). A palavra, aí está em um sentido de “mediação”, onde algum terceiro está no papel de avalista. Também é utilizado o exemplo do vendedor que vende um produto que não lhe pertence, isso confere o caráter de qualidade necessário ao produto.

Porém, o mesmo impasse nos levará a acepção da *testis* e da *supérstite*, a primeira relacionada a uma testemunha que presencia e relata com total imparcialidade algum ocorrido, como uma testemunha jurídica. A segunda, por sua vez, já possui em sua essência o relato em primeira pessoa, da sobrevivência da pessoa que pode falar de si referindo-se a outros. “O testemunho é uma voz em primeira pessoa que nos fala em

nome da terceira pessoa” (IBIDEM). Ou seja, a testemunha fala em nome daqueles que não podem mais falar.

A dualidade nos leva a pensar que a testemunha necessita de um terceiro ~~sempre~~, no caso, chamamos aqui da testemunha do testemunho, é esta, e somente esta, que pode conferir o caráter de verdade para a primeira. O sonho de Primo Levi é a descrição mais que perfeita, exemplar da necessidade de testemunhar o ato do testemunho, de fazer presença para que possa haver a fala.

A testemunha acaba por se aproximar do narrador benjaminiano, principalmente no que tange a ideia de transmissibilidade, afinal, para existir narrador é necessário um escutador, portanto

O narrador de Benjamin tem traços anunciadores da testemunha. Ambos, com efeito, alimentam-se da experiência. A diferença entre a testemunha e o narrador é que para aquele está servida a experiência da morte, enquanto este pode vir na terceira pessoa. Se a experiência da morte é o núcleo da experiência, esta somente pode faltar a testemunha quando renuncia para sê-lo. O narrador está mais exposto à perda de experiência porque pode conhecer a morte apenas de ouvido (MATE, 2005, p. 191).

A testemunha defronta-se face-a-face com a morte e isso é parte do que lhe confere a impossibilidade narrativa frente a catástrofe e, retomando o ponto abordado anteriormente, é uma outra testemunha que conferirá o caráter de verdade do testemunho. Neste sentido é patente colocar a ideia de Lacan que pensará que a verdade possui uma estrutura de ficção (LACAN, ver ano p. 259). Isso nos coloca frente ao testemunho da mesma maneira, ou seja, sua produção possui em si um teor de verdade, pois, “a verdade é verdade para alguém” (MATE, 2005, p. 192).

É por conta disso que Marc Nichanian pensará que “É preciso ler a literatura dos sobreviventes, é preciso ler seus textos como textos, e não como documentos” (NICHANIAN, 2012, p. 23). Isso implica tirar o texto da dimensão arquivística e da dimensão de um historicismo e, principalmente, fazê-lo crescer

Benjamin tenta, não resolver o enigma de Kafka, mas sim, desenvolvê-lo. Mais que explicar o inexplicável, deixa-o crescer, ou melhor, ajuda-o a crescer, como um filho ajuda um pai a crescer. Na realidade, Benjamin não dá chave alguma. Pior, ou melhor, subtrai-as a fim de propor uma crítica a qual se apoia no comentário, de acordo com uma lógica que situa essas duas operações – a crítica e o comentário – em uma relação de incompletude, relação enigmática com a escritura e com a obra... (PETERSON, 1999, p. 52).

O que está aí é a modalidade de leitura do testemunho como texto, do texto enquanto algo que se expande, do texto como algo que é verdade, o texto como algo que vai se tornando, conforme Michel Peterson, mais real a medida que a obra vai se

distanciando da história concreta a qual pertence. Ou seja, ler os textos, escutar os testemunhos é fazer uma função de outro para que possa ser possível a enunciação das histórias, para que se possam transmitir as experiências mesmo que pela via de um testemunho impossível.

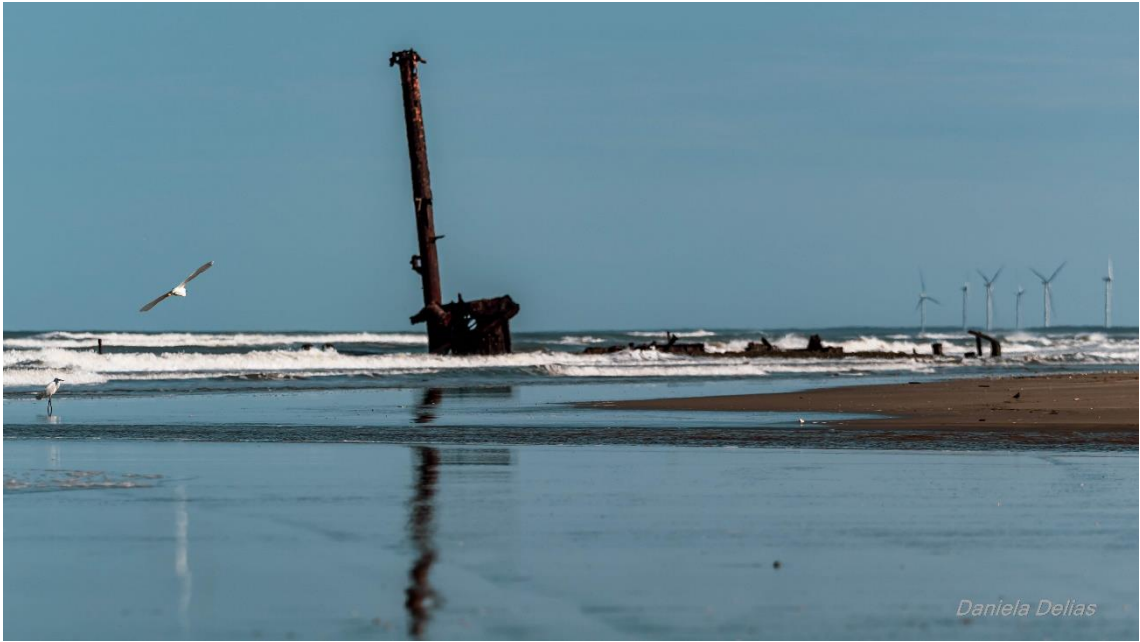
Um navio para alimentar o mar

Ao sul do sul há água, portanto, existem muitos navios, dentre todos que já passaram e alimentaram animais e pessoas se destaca um, que se tornou ponto turístico. Na praia do Cassino, a doze quilômetros de distância do centro do balneário, existe um navio que encalhou. Nunca retiraram ele dali, acabou por afundar cada vez mais, mas sobrevive bravamente aos destemperos do tempo e a água salgada.

Em 1976, no inverno, houve uma tempestade muito forte no mar e o navio Altair, que trafegava pelas redondezas sucumbiu ao mau tempo e acabou naufragando ali mesmo. As linhas de navegação Libra, que eram as proprietárias do navio, abandonaram-no mesmo ali mesmo. De início houveram saques até não haver mais nada dentro do mesmo, porém, hoje ele é o habitat de diversas espécies e o limo que criou em sua superfície acaba por alimentar uma série de vidas marinhas. Quando a maré está alta ele fica quase totalmente coberto pela água, quando está baixa é possível ver parte de toda a imponência que remete à história deste navio.

Trouxe esta pequena alegoria histórica e fotográfica partindo da ideia de permanência e transmissão da história. O acaso de que na mesma cidade haver tido um navio utilizado como prisão, e que acabou por sumir sem deixar rastros, e poucos anos depois um navio encalha e permanece. Permanece como registro histórico, como marca indelével de uma cidade marítima.

A composição do registro fotográfico foi realizado pela artista, poeta e professora Daniela Delias e capta as aves que costumam rodear o navio, o navio em si em um momento de maré mais alta e, ao fundo, o parque eólico, que tem por objetivo produzir e armazenar energia a partir dos ventos abundantes da cidade.



Capítulo 3 - Memórias aterradas e a História aberta

*“dor é herança, você diz
e eu penso nos longes
dos olhos de minha avó
dê a ela de beber, alice
à dor que roçar seus lábios
dê de beber
porque só em seu copo
nas entremarés do corpo
bebemos o sal e o doce
das coisas não nascidas”
(Daniela Delias. Herança)*

Depois de termos apresentado os contos e construirmos um tecido psicanalítico podemos pensar consequências da história e como podemos realizar uma remontagem e recontar o passado. Passamos pelas narrativas do livro e pelos interlúdios que cortejam o realismo mágico e agora passaremos por uma construção filosófica e histórica a fim de abordarmos alguns conceitos cruciais para extrairmos consequências para este estudo.

Não podemos iniciar este capítulo sem colocarmos um ponto de partida temporal, a ditadura civil-militar brasileira que vigorou entre 1964 até 1985 (oficialmente). E é muito importante colocarmos esta consideração de oficialidade, pois é um campo de disputa a data de término ou descontinuidade da ditadura civil-militar brasileira. Seria ingenuidade da nossa parte considerarmos uma eleição indireta entre candidatos do partido ARENA e MDB, respectivamente partido militar e o partido de oposição consentida. Tomamos como marco que determina o fim deste ciclo autoritário a realização da assembleia constituinte em 1988, que culminou na promulgação de uma constituição verdadeiramente democrática.

Pensamos na relevância de ainda pensarmos os efeitos desse período, mesmo considerando que efeitos de eventos anteriores ainda estão em vigência, como a escravidão, genocídio dos povos originários, ditadura varguista e etc. Ou seja, não entraremos em uma discussão temática de cada período e suas consequências, faremos um recorte que pode colocar alguns indícios em evidência. Afinal, pensarmos como a violência está incutida na sociedade brasileira necessitaria de um fôlego muito maior, exigindo uma análise da sociedade desde as suas origens, seu passado colonizado, que não negligenciamos, porém, não podemos nos deter neste momento.

Porém, é necessário fazer algumas considerações que podem dar um anteparo que nos coloca em ponto de análise para este trabalho. Não podemos esquecer que

falamos do sul. Falamos da América Latina, a primeira periferia do mundo (DUSSEL, 1993, p. 16). Consideramos o processo de colonização das américas por parte dos europeus um fator determinante para a história da humanidade. Dussel é ousado, porém, certo ao se reportar a data de 1492, momento que marca a chegada do colonizador espanhol às terras do sul, como a data do princípio da fundação da modernidade, que tem como consequência o encobrimento do outro.

Encobrimento tanto prático como filosófico, como observamos no cogito cartesiano, nas considerações sobre a imaturidade de Kant e nas considerações da Europa como centro e fim da história de Hegel (DUSSEL, 1993, p. 17- 20), ao ponto de considerar que “A América latina, portanto, fica fora da história mundial” (DUSSEL, 1993, p. 19). Um dos argumentos que dá alguma consistência para essa consideração está na própria nomeação dos povos originários deste trópico, chamados índios. Claro, não poderia ser diferente, já que os colonizadores estavam em busca da Índia. O que evidencia a violência absoluta da nomeação, da recusa a alteridade, onde o nome dado a um povo reside antes na palavra do colonizador.

Temos então, como “mito” fundador da modernidade a subjugação do outro enquanto desprovido de maturidade, enquanto estágio anterior da escala evolutiva da civilização. Assim, entendemos que os processos ocorridos na América Latina, posteriores a esta data, como a colonização exploratória, escravidão, estados autoritários e etc, se conectam enquanto consequência da subjetividade eurocêntrica moderna que tem por tendência a aniquilação da alteridade.

O tema que está em questão prioritariamente é a narrativa e a memória sobre um período da história. Junto com essas considerações entram outras que serão abordadas também, a questão da cultura e da barbárie, o trauma no tecido social, do testemunho, de como reparar momentos de arbitrariedade e, principalmente, seguindo uma espécie de imperativo adornoiano, de não repetir esse passado. Está em jogo também pensar a escrita e o texto como produtos de uma cultura e como modificadores da mesma, ou seja propiciando desvios.

A memória é determinante para cogitarmos o passado. Recuperando a ideia de um historiador uruguaio de nome Gerardo Caetano, Enrique Padrós expõe a ideia de que *Mais esquecimento significou menos verdade*. É sempre fundamental recolocar tal noção em cena, visto que

a política estatal de virar as costas para o passado para preocupar-se só com o futuro, não trouxe nenhum tipo de alívio para aqueles setores da sociedade que foram vítimas da ditadura e em nada contribuiu para que as novas

gerações conhecessem uma experiência histórica que marcou, na carne e na consciência, parte da geração dos pais e avôs (PADRÓS, 2012, p. 65).

Podemos expor aqui o ponto de uma certa imanência entre memória e esquecimento,

Pois o principal para o autor que rememora, não é absolutamente o que ele viveu, mas o tecido de sua rememoração, o trabalho de Penélope da reminiscência. Ou seria talvez preferível falar do trabalho de Penélope do esquecimento? Não se encontra a memória voluntária de Proust muito mais próxima do esquecimento do que daquilo que em geral chamamos de rememoração? (BENJAMIN, 2012, p. 38).

Dessa dobra, ou desdobramento, tiramos consequências sobre o escrito de Bernardo Kucinski, pois ela diz respeito a construção de uma tessitura de memória que luta, em suma, contra o esquecimento, “Pois o que sopra do abismo do esquecimento é uma tempestade” (BENJAMIN, p. 176). De certa maneira, a literatura funciona como essa fita de Moëbius, em que um lado da banda está o esquecimento e de outro a lembrança.

A preocupação da cultura diz respeito a que não se perca nada da memória. Quando o Estado possui uma trajetória de esquecimento na forma de reconciliações forçadas e, na prática, fajutas, então há um problema de composição da história. Sofreríamos, portanto, de uma falta de memória ou de um excesso de (des)memória? Talvez um dos pontos mais importantes para colocarmos aqui é que não há opção para que hajam efeitos do passado no presente, ou seja, a reminiscência do traço violento retorna incessantemente, principalmente por haver uma escassez linguística sobre o passado.

É sobre isso que Benjamin trata também em seu texto sobre Baudelaire, onde nas páginas iniciais retoma Marcel Proust e a questão da memória involuntária. Assim, o autor retoma o fato de haver duas memórias em cena, uma permeada pela consciência e outra pela inconsciência. A primeira é fragmentada e se coloca de maneira não totalmente acessível, a segunda é revelada por um assalto, pelo gosto da madeleine, e mostra todo o conteúdo “esquecido”, que estava inacessível (BENJAMIN, 2015, p. 106).

Esse tênue espaço entre memória e esquecimento pode ser articulado muito bem com o mito de Pharmakon, praticamente “inventado” por Sócrates em um suposto momento de necessidade argumentativa, onde o jovem deus Thot mostra seu mais novo

invento para o soberano deus Tamuz: a escrita. Para o jovem ele havia inventado um remédio para a cura do esquecimento, não sendo possível esquecer após a invenção de um código de registro. Porém, o deus mais experiente diz que, na verdade, havia inventado um veneno mortal para a memória, pois não mais se exercitaria a verdadeira memória, a memória da alma (GAGNEBIN, 1998, p. 54). Pharmakon é, ao mesmo tempo, cura e veneno, seja para o que for, sempre nessa relação tênue, portanto, corremos certamente um risco enorme de um excesso de memória.

Quem melhor nos descreve esse fenômeno é Jorge Luis Borges em seu conto literário “Funes, o memorioso”. Basicamente é o relato de um homem argentino que em uma viagem ao Uruguai conhece Ireneo Funes, um homem que lembrava de tudo, absolutamente tudo, sendo conhecido como um caso de memória prodigiosa. Um dos pontos mais interessantes é a primeira frase do texto que diz “Recordo-me dele (eu não tenho o direito de pronunciar esse verbo sagrado, só um homem na Terra teve esse direito e esse homem morreu)” (BORGES, 2007, p. 99).

O narrador narra o que lembra, mas não se lembra de tudo, o paradoxo é que quem conta a história de um homem que lembra de tudo é um homem com uma memória comum, e a questão que se coloca é: seria possível narrar ao lembrar de tudo? Talvez este seja o principal tema do conto. Funes não nasce com esse “dom” divino, o adquire em uma condição muito atípica.

Depois de ter caído de um cavalo redomão Ireneo acorda paralisado, com danos irreversíveis aos movimentos, porém, com a estranha habilidade de recordar tudo, absolutamente tudo que incide sobre a sua existência, desde o que observa, o que cheira, o que prova, o que tateia, até sua percepção de tempo, afinal, Funes era conhecido na cidade onde morava, Fray Bentos, por sempre saber que horas eram.

Temos aí uma vastidão temática de pronto. O fato que o acomete juntamente com a habilidade de lembrar-se de tudo é, justamente a imobilidade. Funes considerou, inclusive, “que a imobilidade era um preço mínimo” (BORGES, 2007, p. 104). Com certeza isso não se dá atoa, uma lembrança total não conseguiria por uma vida em movimento, pois, como o próprio Ireneo diz mais adiante “Minha memória, senhor, é como um monte de lixo” (BORGES, 2007, p. 105).

O sonho da cura para os males do esquecimento enfim seria possível, como é

descrito em um momento do livro “Funes era um precursor dos super-homens, ‘um Zaratustra xucro e vernáculo’” (BORGES, 2007, p. 100). Este além homem que sabia falar latim antigo por ter lido um livro, este homem que nada lhe escapava, poderia narrar uma história. O principal problema de um excesso da memória é que ele inviabiliza o pensamento.

A capacidade de recordar-se de cada movimento de cada pelo da crina de um cavalo que corre em um prado, de cada nuvem que se forma no céu no período de uma tarde e de cada folha da copa de uma árvore inteira tem como consequência o fato de que para narrar o que aconteceu em um dia, Ireneo Funes necessitava de vinte e quatro horas. Isso torna a memória, enquanto transmissão, impossível, pois não é possível uma narrativa que dê conta de absolutamente tudo.

É dessa batalha entre memória e esquecimento que não podemos simplesmente fugir, devemos pensar que é imperativo conceitualizar as consequências de cada uma e de como isso se engendra na cultura. Assim, concebemos que a memória se compromete com o futuro, não somente com o passado e que não há arquivo que suporte de maneira descritiva o mais absoluto tudo do nosso passado.

Sigmund Freud se preocupou com a memória desde o início do seu trabalho, mais especificamente o trabalho descoberto postumamente “Projeto para uma Psicologia Científica” onde esboços das noções psicanalíticas começam a ser elaborados, ainda muito associados com a neurologia. Para Freud “Uma das principais características do tecido nervoso é a memória; isto é, em termos muito gerais, a capacidade de ser permanentemente alterado por simples ocorrências” (FREUD, 1995, p. 227), ou seja, a memória em um sentido biológico do termo, onde cada ocorrência deixa uma marca e mesmo que se tente retomar homeostaticamente para o estágio anterior, isso acaba por não ser possível.

Sigmund Freud considera a teoria de Ebbinghaus para compreender o que se pensava acerca da memória naquele período, que dizia respeito ao entendimento de que a fixação de um registro mnêmico dependeria da frequente repetição do mesmo por um determinado período de tempo. A escala proposta por Ebbinghaus dá conta desse entendimento de forma bastante clara, ao pensar uma escala onde um número de palavras era exposto e conforme o passar do tempo haveria uma curva descendente de lembranças dessas palavras, ou seja, quanto mais tempo passado, menos palavras seriam

recordadas. Porém, Freud já se descola um pouco deste entendimento, dizendo que

Não resta dúvida, porém, de que o processo de pensamento deixa efetivamente atrás de si traços duradouros, uma vez que um segundo pensamento, um re-pensar, exige tão menor dispêndio [de energia] que o primeiro. Portanto, a fim de que a realidade não seja falseada, faz-se necessária a existência de traços especiais, signos dos processos de pensamento, que constituam uma memória - [de] - pensamento, que ainda não é possível delinear (FREUD, 1995, p. 255)

No entanto, um dos textos mais interessantes de Freud sobre o tema só será lançado em 1925, o “Nota sobre o bloco mágico”, após o autor entrar já em sua segunda tópica. A ideia inicia com o pensamento de: como seria possível ampliarmos o processo de conservação da memória? Duas respostas são possíveis, a primeira seria de escrever em uma folha, afinal, ficaria ali o registro que poderia ser lembrado depois, porém, sua capacidade é finita e não existiria a possibilidade de apagar o traço já estabelecido. A segunda aventada seria da lousa de giz, porém, o problema seria a sua fixação, já que dependeria de um apagamento também para a criação de espaço para novas inscrições. (FREUD, 2011, p. 242).

A questão então se situaria no entendimento que as percepções do mundo se dariam através de um sistema de percepção consciente que registraria tais inscrições, porém, este sistema não possui um sistema duradouro de registro desse traço. Porém, um traço duradouro é registrado “por trás” deste sistema, sendo duradouro, porém, não imutável.

Ambos os exemplos citados dialogam muito e antecipam o tema que traremos adiante do mito de Phármakon, relativo a origem da escrita. O que Freud percebe é que ambos os exemplos são insuficientes para compreender o registro mnemônico no aparelho psíquico, já que este possui capacidade de registro e de apagamento infinito. Então o autor percebe que há um aparelho chamado Bloco Mágico que permite uma comparação melhor, uma alegoria do funcionamento do psiquismo.

Este consiste em uma pequena lousa que contém uma tábua de cera coberta com um papel protegido por um celuloide translúcido através do qual se inscreve com algum material pontiagudo algum traço. A grande questão apontada por Freud é a não necessidade de utilizar um material que deposite algo ali como o lápis ou o giz, o registro é feito através da marca, da impressão deixada pelo gesto no material, normalmente, com um estilete pontiagudo. Porém, não entrando em contato com a cera, mas apenas com o papel, ou seja, a parte frontal. Para apagar o escrito, bastaria levantar

a folha e o celuloide que a separa do bloco de cera que o que fora escrito se apaga. (FREUD, 2011, p. 243 – 244).

É visto que os traços inscritos no Bloco Mágico não desaparecem com o tempo, ficam ali registrados, porém escondidos, e necessitam de uma iluminação específica para poderem ser percebidos, ou seja, por mais que não se mostrem estão ali. A analogia se fundamenta nesse mecanismo de impressão, porém, Freud pensa que tal registro não é total, visto que pensa que o aparelho seria apenas um receptor de inscrições e que o aparelho psíquico, a partir do ponto que já possui traços mnemônicos inscritos reage a esta inscrição exterior. Pensa que

Se pensarmos que, enquanto uma mão escreve na superfície no Bloco Mágico, a outra levanta da tabuinha de cera periodicamente a folha de cobertura, temos uma representação concreta do modo como procurei imaginar a função de nosso aparelho psíquico perceptivo (FREUD, ver ano, p. 247).

Desta forma, então, o traço mnemônico produz um efeito no lado externo, ou seja, não somente é efeito da linguagem que o produz, mas age sobre ela, em uma via de mão dupla. Por isso vemos a memória em um sentido diverso das abordagens localizacionistas por exemplo, fundamentadas por Paulo Broca e Dejerine, pois elas vêem a memória como um arquivo que tem um local específico dentro do cérebro, quando compreendemos que existe uma profunda relação com a linguagem.

A neurociências destacará que a ciência se dá em um processo de cunho individual e, sumamente, pautado por processos fisiológicos e químicos. A tradição dos estudos de Paul Broca e Joseph Déjerine criou uma vertente de estudos que predomina no campo da neurociência e diz respeito a ideia localizacionista da memória. Para os estudos pautados por estes autores a memória diz respeito a certas localizações cerebrais como o Sistema Límbico, cujo Hipocampo, Lobo Límbico de Broca e Tálamo estão associados de alguma maneira à memória. A experiência coloca o corpo em relação com algum objeto ou sensação, o corpo registra esse fato e o cérebro através dessas áreas específicas cria uma espécie de código, "O reconhecimento, segundo essas concepções, só é possível quando aquilo que se vê, toca ou ouve é comparado com um traço mnemônico armazenado numa área específica do cérebro" (ROSENFELD, 1988, p. 67).

Como uma vertente crítica a estes estudos e que credita uma série de falhas nessa análise localizacionista, surge uma interpretação associacionista, ou seja, a memória biológica não se daria por uma localização no cérebro, mas pela associação de

significantes aos afetos ligados às memórias, o que estaria adequado, por exemplo, a participação do sistema límbico, já que ele é responsável, segundo as neurociências, pelas sensações humanas. Dessa forma, a memória seria sempre um processo de produção que sempre está associada aos afetos que são mobilizados. O que está muito de acordo ao que pensamos no sentido freudiano da memória.

Passamos agora a considerar aspectos mais coletivos da memória, introduzindo, principalmente a questão do processo político da anistia no Brasil. Isto é importante pois diz respeito tanto a preservação da memória, quanto a responsabilização e ao esquecimento possível, devido e indevido das atrocidades cometidas pelo Estado brasileiro.

Os fatores que justificam esse trabalho se atrelam muito com uma espécie de fracasso jurídico, visto que a anistia que vigora no país serviu para anistiar representantes do estado que torturaram, mataram e perseguiram diversas pessoas. Historicamente, percebemos que “Ao longo da história republicana brasileira, tivemos 48 anistias: a primeira em 1895 e a última em 1979, e muitas delas, para não dizer a totalidade, norteadas pela categoria conciliação” (CUNHA, 2010, p. 15). Tal consideração nos coloca a par do que ocorreu e segue ocorrendo em relação ao “final” da ditadura civil-militar. Há uma tradição da cultura autoritária no Brasil, isso é moeda corrente, porém, o que podemos apreender dessas anistias, é que há um aparelhamento desse autoritarismo, tanto que este está profundamente arraigado na cultura jurídica brasileira.

As quarenta e oito anistias de cunho conciliatório colocam também um forte indício de silenciamento do passado. A própria palavra coloca algumas questões, “A palavra anistia contem em si dois sentidos: um deles e o de *anamnesis* (reminiscência), o outro, de amnésia (olvido, perda total ou parcial de memória)” (CUNHA, 2010, p. 17). No caso relativo à ditadura civil-militar, vemos que há uma imanência nos dois sentidos, mesmo que prevaleça um discurso de conciliação, tal escolha exemplifica a reminiscência do autoritarismo que tem lugar cativo na cultura brasileira.

Já notamos que não há certezas quando falamos sobre a história, exceto uma: de que a história é contada pelos vencedores. Portanto, por conta de um imperativo ético de revisitar a história em um contra fluxo. Para tal tarefa tomaremos como um momento histórico importante a Lei da Anistia, de 1979. Escolhemos esse momento histórico, pois a partir dele podemos olhar para um panorama que ainda opera no presente que é o

esquecimento e o perdão para torturadores e uma anistia que não faz justiça para os afetados.

Carla Rodeghero (2009) nos coloca em perspectiva perante a anistia brasileira e suas consequências políticas. Em termos gerais compreendemos alguns dos efeitos dessa anistia. Em termos jurídicos ela se configura como uma espécie de impeditivo transicional. Trabalharemos tanto com as origens dessa lei como com sua interpretação após tantos anos.

Houveram inúmeros movimentos pró-anistia, movimentos populares. Um dos mais importantes foi o Movimento das Mulheres pela Anistia, que pedia por uma anistia “Ampla, Geral e Irrestrita”. Muitas movimentações políticas foram realizadas naquele momento visando criar espaços possíveis para ampliar o apoio popular e pressionar os governantes. Uma peculiaridade relativa a Lei da Anistia de 1979 foi essa intensa participação popular que clamava por uma anistia ampla, geral e irrestrita, ou seja, que não tivesse restrições de acesso as vítimas e que não vetasse a responsabilização dos agentes da repressão e de demais setores envolvidos. O que se viu foram dois projetos, um que contemplava as demandas de alguns setores civis e outro de cunho governista, que previa um pacto conciliatório.

Em 1979, antes da lei ser votada, um dos marcos mais importantes nessa luta ocorreu: O Comitê Brasileiro pela Anistia encontrou o primeiro corpo de um desaparecido político: Luiz Eurico Tejera Lisbôa. Encontrado em uma vala comum no cemitério de Perus, em São Paulo, sob o codinome de Nelson Bueno. Era a “prova”, o resto que aparece, o resto que não pode ser desaparecido por completo, o vestígio que exige redenção.

Nesse contexto de efervescência começou a parecer muito possível que houvesse mesmo uma anistia progressista, que viesse a libertar prisioneiros e trouxesse os exilados de volta. Porém, a Lei da Anistia se configurava como um terreno de disputa para as forças militares que estavam no poder. Era consenso a necessidade de haver uma transição que culminasse em uma abertura política, tal ideia fora endossada pelo principal ideólogo da ditadura, Golbery do Couto e Silva, não atoa, conhecido como o “Mago da Abertura”. A ideia era simples e pensava em como “limpar” o sangue das mãos do governo e, ao mesmo tempo, manter oposição amarrada, evitando qualquer tipo de transição abrupta.

Na prática, tratava de mais um ato de muita violência e desfaçatez, pois restringiu a anistia à considerados “terroristas e possibilitou a anistia de servidores

militares que atuaram como torturadores, configurando uma auto-anistia. Algo que, por si mesmo, já é um absurdo, afinal, tortura e desaparecimentos forçados por parte de membros do poder estatal configuram crimes lesa-humanidade e não são anistiáveis, fora que existe uma necessidade de uma condenação por algum crime para poder haver este reconhecimento.

A manobra para compreender que militares seriam anistiáveis foi o trecho que dizia ser anistiável aquele que cometera “crimes políticos ou conexo com estes”, ou seja, entender o aprisionamento ilegal, a tortura, o assassinato e o desaparecimento de pessoas como um crime conexo a crimes políticos. Para ratificar este entendimento legal, o governo utilizou-se de um artifício comum à época: Criação de cargos biônicos. Foram criados cargos de senadores biônicos, A possibilidade era oriunda da emenda constitucional número oito, de 1977, que dava conta de que seria possível, através da indicação indireta de um Colégio Eleitoral, a indicação de um senador. Essa manobra foi utilizada para que se garantisse uma maioria que votasse o projeto governista.

A atuação artilosa do regime fica mais do que clara nas palavras do relator do projeto, o senador Ernani Satyro, da ARENA, disse ele:

— Os princípios gerais do projeto do governo estão de pé. A anistia será ampla e geral, mas não irrestrita.

— Querem o perdão, mas não perdoam. Gritam pela anistia para os seus, mas apregoam, ao mesmo tempo e incoerentemente, a ideia de uma investigação sobre torturas e violências. Advogam a impunidade dos crimes de seus partidários para que, mais fortes, possam punir a revolução [de 1964].

— O doloroso, para muitos, é saber que a anistia virá, mas virá pelas mãos do governo, por iniciativa do presidente João Baptista Figueiredo. Será atendida, assim, a autêntica voz do povo, que aspira à paz e à conciliação. Isso, para os opositoristas, importa uma grande frustração, como frustrados se encontram pela abertura que está sendo feita pelo governo da revolução (AGÊNCIA SENADO, 2019).

Fica nítida a criação da teoria dos dois demônios, onde se conformaria uma situação onde haveriam duas forças antagônicas, uma contra o regime e outra em defesa do país, que guerream, e que o primeiro ataque partira dos “subversivos”. Tal noção é um absurdo completo, visto que o aparato estatal se mobilizou com força tremenda na criação e manutenção de redes e dispositivos de aprisionamentos e torturas que atuavam sob a ilegalidade. A anistia pretendida pelo governo enterrava em uma vala comum esta história, sem que sequer fosse possível colocar uma lápide

Em uma votação simbólica, beirando o teatral, e recheada senadores biônicos o congresso aprovou a anistia governista, que significava um apaziguamento da história e a tentativa de silenciar as vítimas do passado. É importante lembrarmos que haviam

dois projetos em disputa, um deles contemplava uma anistia ampla, geral e irrestrita, o outro era governista, e restringia os alcances da lei para perseguidos políticos.

Houveram alguns avanços durante a (re)democratização, principalmente durante a década de 90, quando se instaurou a Comissão de Mortos e Desaparecidos, que propiciava algum tipo de reparação pecuniária para pessoas atingidas pela violência de Estado, e a Lei da Tortura, que propiciava o combate as práticas de violação cometidas pelo Estado. Nos anos 2000, houveram mais avanços, foi criada a Comissão da Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, que visava facilitar e autonomizar os pedidos e as concessões de novos anistiados além de possibilitar algum tipo de “política de memória”.

Um dos principais avanços no sentido de construção de uma Justiça de Transição foi a criação das Caravanas da Anistia.

As Caravanas da Anistia consistem na realização de sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia política acompanhadas por atividades educativas e culturais, promovidas pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. A Comissão é o órgão do Estado brasileiro responsável por reconhecer oficialmente o cometimento de atos de exceção, na plena abrangência do termo, contra brasileiros e estrangeiros, materializados em perseguições políticas e que ensejam o direito constitucionalmente assegurado à reparação (ABRÃO et al. 2010, p. 4).

Temos aí uma hibridização das políticas reparatórias. O elo pecuniário se une com a reparação moral, afinal, nas sessões públicas um ente estatal pede desculpa para o anistiado. Além disso, se cria um rito que publiciza e reconhece o estado como violador e devolve a palavra para a vítima relatar o que entender necessário. Trata de tirar a burocracia da letra fria da lei, retirando o julgamento de um ambiente jurídico e fechado, tomando o processo como fundamental para a construção de uma cultura de direitos humanos.

É Jacques Derrida quem lembra que não existe direito sem força, ele coloca que “Ela (a aplicabilidade) é a força essencialmente implicada no próprio conceito de *justiça enquanto direito*, da justiça na medida em que ela se torna lei, da lei enquanto direito” (DERRIDA, 2010, p. 8). Portanto, como falaremos de uma lei é necessário considerar essa necessidade a priori de uma lei, ter força.

Detendo-nos, neste momento, a considerações sobre estado de exceção, suas tramas de sentido jurídico-políticas que compõem sua história e sua aplicação, principalmente no século XX. Agamben (2004, p. 13) considera que o Estado de Exceção permite a instauração de uma guerra civil legal, que nas suas próprias palavras; “...permite a eliminação física, não só de adversários políticos, mas de categorias

inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político (IBIDEM)”. A partir dessa consideração, podemos observar semelhanças com o estado brasileiro da ditadura civil-militar, que cria um aparato biopolítico onde dispositivos técnicos são utilizados para fins de aniquilação dos sujeitos.

Conceitualmente podemos observar que tal Estado implica, inexoravelmente, na suspensão de liberdades individuais, em detrimento de um suposto estado de necessidade. Agamben (2004, p. 21) preocupa-se em observar que o Estado de Exceção tornou-se, em alguma medida, um paradigma governamental. Tendo em vista também, que os exemplos do estado de exceção previstos na constituição (o exemplo utilizado com maior frequência é o da constituição de Weimar, de 1923), a ideia trazida por Agamben é de desconstrução da ideia de existência de dois tipos de ditadura ou intervenção, as ditaduras que estão previstas na constituição a fim de protegê-la, ou as ditaduras que vem no sentido de suspensão constitucional.

Como síntese, Giorgio Agamben observa uma questão fundamental do Estado de Exceção e sua relação com o ordenamento jurídico: “A simples oposição topográfica (dentro/fora) implícita nessas teorias parece insuficiente para dar conta do fenômeno que deveria explicar. Se o que é próprio do estado de exceção é a suspensão (total ou parcial) do ordenamento jurídico como poderá essa suspensão ser ainda compreendida na forma legal?” (AGAMBEN, 2004, p. 39).

Com essa questão posta, vemos como o estado de necessidade se posta como fator determinante para o movimento da suspensão da ordem jurídica. Giorgio Agamben (2004, p. 48) traz que o estado de exceção se apresenta uma lacuna artificial no ordenamento jurídico, o que permite uma aplicação de uma norma. Com efeito, o que vemos é o uso de uma categoria denominada de “Força de Lei”, vemos então uma característica de que as leis não necessariamente têm: força e atos, tecnicamente, fora da lei possuem Força de Lei (AGAMBEN, 2004, p. 61). Dessa forma, podemos classificar o estado de exceção como um fenômeno político de aplicação de uma norma jurídica através da exceção. Conforme explicita Derrida, a Força de Lei estaria associada, em última instância, com a força da linguagem. Ou seja, com uma condição de constituição de realidade.

Agamben realiza um diálogo conceitual com Carl Schmitt, jurista responsável por formulações teóricas acerca da institucionalização do nazismo dentro da constituição de Weimar. Schmitt sugere que o dito “Estado de Exceção” estaria condicionado por um estado de necessidade normativa, colocando assim, esse caráter de

excepcionalidade como regra jurídica vigente, ou seja, na forma da lei (AGAMBEN, 2004, p. 45- 47).

A partir do célebre texto de Jacques Derrida, “Força de Lei”, Agamben questiona este suposto momento de necessidade que condicionaria a implementação de uma norma de exceção, pelo contrário, significaria um estado de força de lei. Estado enquanto zona de anomia jurídica, onde tudo vale.

Existe uma espécie de utilização comum do conceito de “Estado de exceção” que designa governos autoritários que estão colocados através da suspensão da ordem e instauração de uma nova forma de lei, dessa forma “Nessa capacidade de suspender o direito, manifesta-se precisamente o que caracteriza o soberano: criar direito, converter sua decisão em lei” (MATE, 2011, p. 191). Porém, Benjamin nos coloca diante desse Estado por uma outra via, uma via de embate com a noção proposta por Carl Schmitt:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é a regra. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a esse ensinamento. Perceberemos, assim, que nossa tarefa é criar um verdadeiro estado de exceção; e com isso nossa posição ficará melhor na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerado por uma norma histórica. – O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, *não é um assombro filosófico*. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a noção de história em que se origina é insustentável (BENJAMIN, 2012, p. 245).

Há uma perspicácia enorme na consideração que, de fato, a violência soberana que explicitamente está posta no Estado de Exceção está na base das práticas políticas e históricas da sociedade. Para aqueles que estão permanente de fora da história, que não recebem despojos ou participam do cortejo triunfante (BENJAMIN, 2012, p. 244) a exceção é a regra que se anuncia sempre. O “campo” é o que se abre a partir dessa instauração de regra soberana, evidentemente trata-se do campo de concentração, “A história do colonialismo avaliza a tese de que o campo fazia parte de sua estratégia” (MATE, 2011, p. 199).

Estarmos assombrados com o Estado de exceção anunciado ou com o fascismo anunciado, é algo esperado para Benjamin, mesmo que tal assombro não seja filosófico, mas, como pensarmos quando o verdadeiro fascismo se instaura após o fim do mesmo? Didi-Huberman nos lembra

Mussolini foi sem dúvida executado e dependurado pelos pés na praça Loreto de Milão, em uma encenação “infame” característica dos mais antigos costumes políticos italianos.¹⁹ Mas, sobre as ruínas desse fascismo está atrelado o próprio fascismo, um novo terror ainda mais profundo, mais devastador aos olhos de Pasolini. De um lado, “o regime democrata- -cristão era ainda a continuação pura e simples do regime fascista”; por outro lado,

por volta da metade dos anos de 1960, aconteceu “algo” que deu lugar à emergência de um “fascismo radicalmente, totalmente e imprevisivelmente novo”.²⁰ A primeira fase do processo foi marcada pela “violência policial (e) o desprezo pela constituição” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 26).

O que está em questão é sempre a manutenção da catástrofe, se por um lado, o ditador fascista é deposto, é morto e dependurado em um ato de igual barbárie, dessa forma, o que se vê surgir, mesmo que de forma quase inacreditável, é um novo fascismo que como fênix ressurgiu de suas próprias cinzas, disposto a destruir tudo que houver pela frente e se interpor à sua vontade soberana.

O assombro com que encaramos o reconhecimento da história brasileira nos põe em dificuldade sobre as considerações sobre como contaremos e deixaremos viva essa história de barbárie reconhecendo-a como violência. Sobre as questões deixadas pela ditadura, por exemplo, devemos ponderar que “Não basta, portanto, para conhecer e valorizar a política dos Estados recorrer a suas leis ou cartas constitucionais, pois sempre haverá um silêncio ou vazio legal cuja realidade é o campo [de concentração]” (IBIDEM). Mesmo tendo uma constituição bastante emancipadora, resta um entulho autoritário imenso. Um dos melhores exemplos que temos é a vigência da Lei da Anistia, que anistiou militares para evitar processos de responsabilização. Ora, tal fator não impõe uma norma de vale-tudo para as forças de segurança pública, como as polícias militares? Certamente toda a violência que temos se faz como herança de um passado irredento que não cessa de acumular destroços.

Uma figura fundamental para concebermos uma possibilidade de realizar uma montagem da história que reconfigure os parâmetros narrativos é a do materialista histórico de Walter Benjamin. Uma das principais questões de seu texto “Sobre o conceito da história” é como subverter a posição dos vencedores e vencidos. Para o autor, não se trata de uma mera troca onde os vencidos por fim triunfariam sobre os vencedores de sempre, se trata de que “nada que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIN, 2012, p. 242), e a humanidade redimida transformaria cada um desses acontecimentos em um momento citável.

O autor coloca o dia que isso ocorrerá como o juízo final. Essa figura bíblica é muito importante para compreendermos o que está em jogo na utilização desse conceito em uma filosofia da história. O dia fatídico, onde a vinda do messias e o julgamento de Deus possibilitarão, enfim a responsabilização (mesmo que colérica) de todos e todas. Benjamin não utiliza a toa tal conceito. Para o autor há um “...encontro secreto marcado entre as gerações precedentes e a nossa... Se assim é, foi-nos concedida, como a cada

geração anterior a nossa, uma *frágil força messiânica* para qual o passado dirige um apelo” (IBIDEM). Notemos que o fator pontuado por Walter Benjamin desse juízo final não é o da vinda de um salvador que redimirá a humanidade de seus pecados, mas sim, o dia onde constará a presença de todos. Ou seja, o passado só pode ser redimido na presença de todos e todas que foram destroçadas/os e os que destroçaram.

É a uma posição ética que Benjamin se refere quando escreve sobre o Anjo da história, que este deve ter seu semblante voltado para o passado, onde ele enxerga uma catástrofe única que acumula ruínas até o céu, e mesmo que tente se deter para acordar os mortos e juntar fragmentos uma tempestade nomeada como progresso se coloca em suas asas, impedindo que as mesmas fechem-se (BENJAMIN, 2012, p. 245- 246). Tal ato de posicionar-se de costas para o futuro, encarando o passado fixamente, denota a tarefa de “escovar a história a contrapelo” (BENJAMIN, 2012, p. 245) tida como horizonte ético.



Angelus Novus, de Paul Klee.

Nesse ponto podemos fazer inúmeras considerações sobre o passado militarista brasileiro, inclusive sobre as formas de reparação. Nunca se conseguiu implementar políticas públicas que efetivamente rompessem com a narrativa de um suposto estado de necessidade de intervenção militar e que o que aconteceu acerca de mortos, desaparecidos e torturados por questões políticas aparecem como consequências comuns e esperadas. Não conseguimos criar uma narrativa que de conta de borderar o horror do passado. Claro, todas as tentativas que tivemos foram e são muito importantes, como a criação da Comissão de mortos e desaparecidos, a atuação da Comissão de Anistia que criou as Caravanas da Anistia, a Comissão Nacional da Verdade (mesmo que muito tardia e limitada em seu poder de ação) e o projeto Clínicas do Testemunho.

Todas essas vias institucionais são importantes e fundamentais para narrarmos o passado sob a ótica dos vencidos, porém, é necessário muito mais, pois bem como Benjamin nos recorda, “Se aquela primeira função da violência foi dita de instauração do direito, então esta segunda função pode ser chamada de manutenção do direito” (BENJAMIN, 2013, p. 132). Ou seja, dentro de parâmetros legais, sempre estaremos, de alguma forma, reféns de uma violência legitimada em alguma medida.

Dessa forma, temos, tanto além como aquém do direito, a operação de uma violência

Se, de fato, a violência [*Gewalt*], a violência coroada pelo destino, for a origem do direito, então pode-se prontamente supor que no poder [*Gewalt*] supremo, o poder sobre a vida e a morte, quando este adentra a ordem do direito, as origens dessa ordem se destacam de maneira representativa no existente e nele se manifestam de forma terrível (BENJAMIN, 2013, p. 134).

Um fator que Jacques Derrida acentua em seu “Força de Lei” é que *Gewalt* assume tanto o papel de violência como de poder legítimo, como poder do estado, tal consideração é fundamental por expor as entranhas da violência e da aniquilação correntes a partir da vontade soberana que aniquila.

Assim, é fundamental retomarmos a discussão sobre o Estado de Exceção a partir da ótica dos vencidos, como propõe a tese benjaminiana. Se de fato considerarmos que “se, por um lado, significa a suspensão do direito vigente, isso não quer dizer que, por outro, a suspensão fique livre de toda norma ou desligado do direito” (MATE, 2011, p. 191) e é justamente isso que Benjamin considera ao aventar um “verdadeiro Estado de exceção”, pois da forma com que se estrutura ao longo do tempo, a exceção é um espaço vazio da lei onde tudo se pode contra aqueles que ameaçam o poder soberano. No fim das contas, a “lei” é para todos, mas a força de lei não atinge aqueles que se posicionam ao lado do soberano.

Por conta desta compreensão da história virá o entendimento que a necessidade do combate a este estado de coisas não seria possível através dos meios políticos tradicionais. Nessa toada é que o autor coloca que o assombro com o fato de tais coisas ainda serem possíveis em pleno século XX (e Benjamin, talvez, não ficaria nem um pouco surpreso em saber que ainda são no século XXI) é algo que filosoficamente surpreendente, “O assombro produtivo deveria consistir em assombrar-se por não se ver a cumplicidade entre progresso e barbárie, entre modernidade e fascismo. O assombro é a cegueira de seu tempo” (MATE, 2011, p. 196).

Um dos principais pontos nessa discussão é “Por que é tão importante a excepcionalidade na hora de definir algo tão normal como o poder político? Pareceria, como alguém disse, recorrer-se ao divórcio para explicar o que é o matrimônio” (MATE, 2005, p. 86). A questão é que a existência de um estado de exceção faz aparecer mecanismos que ficam velados sob o manto de uma norma, num sentido de normalidade, então funciona mais como uma revelação daquilo que já estrutura de forma basilar a sociedade toda.

O singular da excepcionalidade é que se eliminam as fronteiras entre o fato e o direito. O direito permanece, sim, suspenso, mas o estado no qual de fato permanece abandonado o homem não é um fato bruto que escape ao direito. Toma-se o fato de carecer de todo o direito como um estado normativo, como direito. Na realidade, nem existe direito nem fato bruto, mas a mais absoluta indefesa do indivíduo (MATE, 2005, p. 87).

Podemos colocar aqui a questão da violência novamente, pois ela diz respeito a formatação do Estado e do direito para um fim “progressista”, Walter Benjamin compreenderá uma diferença entre violências, “Essa diferenciação se dá entre a violência historicamente reconhecida, a violência, assim chamada, sancionada e não sancionada” (BENJAMIN, 2013, p. 125). Poderíamos dizer chancelada, de certa forma, pelo Estado e utilizada como um meio para os fins do direito.

Todos os fins naturais dos indivíduos devem colidir com os fins de direito, quando perseguidos com maior ou menor violência. (A contradição em que o direito à legítima defesa se encontra com relação a esta máxima deve se esclarecer por si no decorrer destas reflexões). A partir desta máxima segue-se que o direito considera a violência nas mãos dos indivíduos um perigo capaz solapar a ordenação de direito. Como um perigo que torna vãos os fins e a execução do direito? Certamente não; pois assim não seria a violência em si que é condenada, mas apenas aquela que é orientada para fins contrários aos de direito (BENJAMIN, 2013, p. 126 – 127).

Encontramos ecos dessa noção nas teses sobre o conceito de história, precisamente na ideia de se criar um verdadeiro Estado de exceção, que não se trata, absolutamente, de um estado fascista, mas de uma ação que atue no desmonte da máquina jurídica que opera a violência legitimada. Tal consideração foi retomada posteriormente por Hannah Arendt em seu texto “Sobre a violência” onde ela entenderá que a violência em um sentido reativo, se apoiando em exemplos como os Panteras Negras, atua como suspensora do poder.

Derrida compreenderá que a violência policial dá testemunho deste funcionamento do ordenamento jurídico, mesmo a partir de uma suposta ordem democrática. Entenderá que “o espírito da polícia, faz menos estragos na monarquia absoluta do que nas democracias modernas” (DERRIDA, 2010, p. 104). A questão é

que a polícia que deveria funcionar como uma espécie de assegurador das forças democráticas na realidade, atua com uma força degeneradora. É importante que a palavra espírito se coloca enquanto fantasmagoria, enquanto assombro que ronda a história.

Portanto, optamos por pensar uma espécie de via marginal, uma via narrativa que não esteja imbricada diretamente com a verdade dos fatos e que, por isso mesmo, possa narrar a partir da verdade: a ficção. A partir desse ponto, consideramos que pode advir uma nova narrativa, uma maneira de formar um gargalo da história onde pode escorrer para o mar do ditoso esquecimento (BENJAMIN, 2012, p.277).

Poderíamos entender como um princípio de arquivamento da história, Derrida (2001, p. 11-13) nos adverte que a palavra arquivo tem origem tanto em começo como em comando, ou seja, na origem e na lei. Além disso, coloca que o conceito de arquivo se relaciona com a morada segura de documentos que asseguravam a lei. O arquivo escrito se prorroga e se entrega a cuidados antes desconhecidos, no caso da palavra, do poema, arquiva uma vida, uma batalha, arquiva o que o corpo algum dia já não poderá mais. “Esse interregno no qual o sujeito se dissolve e o seu corpo se dilacera deixa poucos rastros para o esforço de se reapropriar de uma parcela fundamental da sua própria humanidade” (PANDOLFO, 2014, p. 222).

Tomando de empréstimo as palavras de Luiz Fernando Veríssimo:

Não é fácil eliminar um corpo. Uma vida é fácil. Uma vida é cada vez mais fácil. Mas fica o corpo, como o lixo. Um dos problemas desta civilização: o que fazer com o próprio lixo. As carcaças de automóveis, as latas de cerveja, os restos de matanças. O corpo **boia**. O corpo vai dar na praia. O corpo brota da terra, como na Argentina. O que fazer com ele? O corpo é como o lixo atômico. Fica vivo. O corpo é como o plástico. Não desintegra. A carne apodrece e ficam os ossos. Forno crematório não resolve. Ficam os dentes, ficam as cinzas. Fica a memória. Ficam as mães. Como na Argentina. (Luiz Fernando Veríssimo)

O corpo fica, há uma dimensão irredutível da existência, alguma coisa que restará, mesmo que ínfima. Sempre ficarão os pequenos pedaços do corpo como as cinzas, os dentes, porém, quando não mais existem estes existe a memória. A memória que é esse Arquivo que ao mesmo tempo é indestrutível e sequer existe, é sempre projeto. Conforme Donaldo Schüler (2012) O passado não é passível de recuperação, os fragmentos, restos da memória, só podem existir como projeto, pois estão compromissados com o futuro. É nesse embate, nesse encontro de forças que se situa a letra escrita

No caso dos mortos pela ditadura, os corpos foram em suma desaparecidos, muitas delas estavam com codinomes e identidades falsas, afim de fugir das perseguições políticas, ou seja, estavam na clandestinidade. “Tal situação propiciou ao governo militar uma maior facilidade para eliminar os corpos, surgindo, assim, o chamado desaparecimento” (ITAQUY, 2015 p. 51).

O corpo morto, estilhaçado, dilacerado, reduzido a pó, carrega uma força que é despertada na sua imagem viva no corpo de quem procura. A memória dos vivos é a única instância que consegue redimir a tragédia dos mortos, a única que consegue ouvir o apelo do passado. Porém, “O direito de falar do passado implica o controle sobre os materiais que nos dão acesso ao passado – as relíquias através das quais o passado continua vivendo no presente” (NOUZEILLES, 2011, p. 144). É necessário possuir algum fragmento. Nesse caso, algumas palavras.

Didi-Huberman nos aponta potências fundamentais sobre a narração de períodos bélicos, ele nos diz:

Ora, a própria experiência da guerra nos ensina - no que ela terá encontrado as condições, por mais frágeis que sejam, de sua narração e de sua transmissão - que o pessimismo foi, às vezes, “organizado” até produzir, em seu próprio exercício, o lampejo e a esperança intermitentes dos vaga-lumes. Lampejo para fazer livremente aparecerem palavras quando as palavras parecem prisioneiras de uma situação sem saída (DIDI-HUBERMAN, 2011, p.130).

Um lampejo, um fragmento textual que possa iluminar mesmo que como um vaga-lume, de forma frágil, mas que sobrevive apesar de tudo. Nesse momento é inevitável pensar conforme Walter Benjamin, que diz que “A verdadeira imagem do passado passa voando. O passado só se deixa capturar como imagem que relampeja irreversivelmente no momento de sua conhecibilidade” (BENJAMIN, 2012c, p.243).

O Vaga-lume, metáfora que Didi-Huberman (2011) aponta como uma resistência de sobreviver, tem o poder de iluminar, mesmo que de maneira mínima. Porém, é curioso que ele ilumina a parte de trás do seu corpo. Esse intrigante mecanismo faz com que sua luz não ilumine sua vista, sua mirada, mas sim suas costas. Podemos dizer que sua estrutura é de certa maneira homóloga ao Anjo da história:

Há um quadro de Klee que se chama Angelus Novus. Nele está desenhado um anjo que está na eminência de se afastar de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, seu queixo caído e suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu semblante está voltado para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as arremessa a seus pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que o

anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. É a essa tempestade que chamamos de progresso (BENJAMIN, 2012c, p. 245-246).

Notemos que um dos aspectos mais importante dessa tese de Benjamin é o fato do anjo voltar suas costas ao futuro e seu semblante para o passado. Seu semblante é o que comporta seus olhos escancarados, aquilo que vê a história. Se colocássemos em cena um vaga-lume, como uma espécie de companheiro deste anjo, um ajudante na tarefa ética de escovar a história a contrapelo, certamente ele estaria com seu semblante virado para o futuro e suas costas viradas para o passado, pois apenas com suas costas poderia lançar luz sobre a história.

A luz que ilumina a história e que oferta algum fragmento sobrevivente, só pode ser intermitente como a do vaga-lume. “Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja varrida por alguns ferozes projetores” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 52). E é importante lembrar que o autor ratifica um pouco antes que se os vaga-lumes desaparecem, o fazem diante de nossos olhos, ou seja, desaparecem “para” nós.

Isso demonstra um posicionamento ético. Se nos humanos e nos Seres celestiais a luz se encontra no semblante, nos olhos principalmente, estes devem se voltar para o passado. Ao passo que nos vaga-lumes, o que ilumina é sua cauda, portanto, esta deve se voltar também para o passado. Dessa forma, evidenciamos o compromisso com o passado, pois o “O futuro só se pode antecipar na forma do perigo absoluto. Ele é o que rompe absolutamente com a normalidade constituída e por isso somente se pode anunciar, apresentar-se, na espécie da monstruosidade” (DERRIDA, 1973, p. 6). A pensarmos em lançar luz no passado como uma tarefa do presente estamos abrindo uma possibilidade de desvio para o futuro, um rompimento com essa tradição de progresso na modernidade, bem destacada por Walter Benjamin, que se utiliza do artifício de um suposto novo para a reprodução da mesma catástrofe.

Portanto se interpõe a nós a fundamental tarefa de discutirmos a noção de história e, na esteira do pensamento benjaminiano, articularmos a mesma com a noção ficcional. O horizonte de reconstrução do passado é algo que já percebemos ser infundado e infrutífero, tomamos que

A história é sempre, simultaneamente, narrativa (as histórias inumeráveis que a compõem; *Erzählung*, em alemão) e processo real (sequência de ações humanas em particular; *Geschichte*), que a história como disciplina remete

sempre às dimensões humanas da ação e da linguagem e, sobretudo, da narração (GAGNEBIN, 2006, p. 43).

Dessa forma, vemos, assim como no conceito de memória, um embate entre categorias que precisam entrar em algum tipo de equilíbrio para que possam existir. Além disso, temos a entrada em um campo que não diz mais respeito a técnica ou cientificidade, mas sim à ética, principalmente após a Shoah. Apesar de não entendemos aqui este como paradigma máximo da tragédia, compreendemos seus efeitos devastadores para a humanidade. Se Benjamin, e já comentamos isto anteriormente, compreendera a deterioração da narração e da narratividade, foi por estar atento às modificações que a técnica e economia globalizada impusera o sujeito ao mesmo tempo compreendendo as modificações que a vivência de uma guerra produzira na história. O autor percebeu os soldados emudecidos ao mesmo tempo que os analistas perceberam os mesmos traumatizados, e equacionou a vivência de uma guerra entrincheirada nesse processo.

Ao mesmo tempo, ocorrem processos semelhantes a partir da Segunda Grande guerra, agora o terror maior dizia respeito a industrialização da morte e produção técnica da arma mais absurda e mortal já vista: a bomba atômica. A partir daí, a tarefa da transmissão muda de circunstâncias e também de possibilidade de existência, afinal “Enquanto Homero escrevia para cantar a glória e o nome dos heróis e Heródoto, para não esquecer os grandes feitos deles, o historiador atual se vê confrontado com uma tarefa também essencial, mas sem glória: ele precisa transmitir inenarrável” (GAGNEBIN, 2006, p. 47). A tarefa é de reconstrução impassível dos restos e de confrontação constante do esquecimento e da negação do passado.

O passado que falamos aqui é aquele que não cessa de não passar, por isso uma história que se repete. Nesse ponto é sempre patente retomar o tema da prospecção enquanto tarefa. Benjamin nos dá mais uma valiosa pista sobre isso “A língua tem indicado inequivocamente que a memória não é um instrumento para a prospecção do passado; é, antes, o meio” (BENJAMIN, 2012, p. 245). Essa torção na noção de memória como meio onde ocorre a possibilidade do passado é muito interessante, pois nos faz repensar enfaticamente a ideia da memória como um acessório, além disso, atentemos, para o autor, o que indica isso é a língua.

Dessa forma temos uma construção histórica que se coloca como mutável, como um trabalho:

... razão e história devem ser pensadas juntas, porque sua apreensão se faz através da linguagem e porque sua apreensão se faz através da linguagem e

porque somente esta permite a invenção da história (humana) e de histórias (ficcionalis ou não). Talvez o tema por excelência da filosofia e da crítica literária em Benjamin seja essa ligação entre história e linguagem (GAGNEBIN, 2013, p. 10).

É justamente nesse ponto que vemos a potencialidade da escrita como algo que se funde com a história, possibilitando, então, a abertura para uma reconstrução quase eterna do passado, não exatamente como foi, por sabermos ser impossível, mas enquanto devir, enquanto algo que não foi possível ser. Essa tarefa diz respeito à urgência dos nossos tempos e é patente discutirmos acerca da linguagem.

Podemos dizer que, de alguma maneira, suas palavras possuem uma aura. Para fins de definição, caracterizamos aura como:

“...uma trama singular de espaço tempo: a aparição única de uma distância, por mais próxima que esteja. Observar em repouso, numa tarde de verão, uma cadeia de montanhas no horizonte, ou um galho, que projeta sua sombra sobre o observador, até que o instante ou a hora participem de sua aparição...” (BENJAMIN, 2012e, p. 108).

Tal conceito diz respeito a uma unicidade do acontecimento, o que é um problema por um lado, pois caracteriza uma experiência “verdadeira” com a obra, ou seja, criando condições específicas de apreciação. Beatriz Sarlo, comentando o Jazz na cultura, pensa que “Sem dúvida, na reprodução técnica perde-se a aura (aquilo que Benjamin chama aura: sua singularidade de acontecimento único), mas a reprodução possibilita que a sessão se inscreva em um movimento voltado para o futuro” (SARLO, 2015, p. 76).

Entretanto, podemos entender também que as palavras possuem certa aura, ou seja, que elas manifestam algo de distante que está impresso nelas. O que torna pertinente a discussão de uma das palavras mais faladas no que diz respeito aos estudos de memória e violência de estado: Auschwitz. Palavra extremamente difundida na cultura, onde esta é lembrada como sinônimo do extermínio judeu por conta dos nazistas.

Esta palavra dá nome ao campo de concentração e extermínio mais conhecido de todos, localizado na Polônia na cidade de Oświęcim e é aí que tal consideração possui um grande valor para o nosso trabalho. Auschwitz é a nomeação alemã, uma tradução ou transliteração, a grosso modo, do nome Oświęcim, que é em polonês. Durante a anexação do território da Polônia pela Alemanha, a cidade passou a se chamar Auschwitz e entrou para a história com tal nome.

Mas que importância isso parece ter? Aparentemente é uma discussão infrutífera e pouco importante, afinal, diz respeito apenas a um nome. No entanto, além disso, podemos pensar na questão do protagonismo e em quem conta a história, não é atoa todo o mundo conhecer a tragédia pelo nome de Auschwitz. A mesma premissa pode ser identificada na substituição da denominação Holocausto por Shoah, ou seja, dar lugar a uma expressão em hebraico.

Como síntese dessa colocação depreendemos que não podemos ser levianos no tratamento da história, pois ela sempre é oriunda de uma narrativa e, como bem lembra Walter Benjamin, é dos vencedores, portanto, não é necessariamente atoa que conhecemos a história deste genocídio com uma palavra alemã que diz respeito a uma cidade polonesa. Esse movimento todo de recuo em relação ao significado das palavras contribui para a ampliação das discussões de memória, tendo em vista o trabalho contínuo de produção e reconhecimento das mesmas.

Esse evento que se caracteriza como um sopro da obra de arte sobre o apreciador. Aquilo que Didi-Huberman fala sobre a incapturalidade da obra, da obra recuar um passo a cada instante que corre o risco de ser interpretada em integralidade. Dessa forma, o espaço entre passado e futuro se coloca como uma distância, mesmo que esteja próxima. Por mais próxima que o texto de Bernardo Kucinski esteja, está distante em termos de tempo, o que conjura uma atividade quase mística e transcendental, como se a letra fosse o bastante para realizar o encontro secreto marcado entre a geração passada e a geração presente que nos fala Benjamin (2012c, p. 242).

Giorgio Agamben entenderá a função da arte e da literatura em um sentido de transmissão. Para tal entendimento utiliza-se de uma história da mística judaica contada no livro de Gershom Scholem sobre este tema, que dizia respeito à um procedimento de oração que fora sendo perdido, ao mesmo tempo que preservado de alguma maneira.

O trecho conta a história do fundador do hassidismo, Baal Schem, que em algum momento de dificuldade para a realização de algum objetivo ia até um local específico no bosque, ascendia algum fogo, realizava uma prece específica e o que ele desejava se realizava. A próxima geração, de Maguid de Meretrisch, quando deparou-se com a mesma questão já não sabia mais ascender o fogo, mas conhecia o bosque e conhecia a prece, portanto, fez a reza e novamente tudo realizou-se. A geração posterior de Rabi Moshe Leib já não sabia nem ascender o fogo, nem a prece, mas conhecia o lugar, isso se provou suficiente novamente. Passada outra geração o Rabi Israel de Rijn, ao se deparar com a dificuldade percebeu que não sabia o local do bosque, nem a prece, nem

como fazer o fogo, mas resta a rapacidade de narrar tudo isso e isso deveria ser o bastante, e foi. (AGAMBEN, 2018, p. 28).

Essa alegoria é fundamental para compreendermos o que a literatura conecta, o fala da desconexão, entre o agora e a tradição. A literatura, dessa forma, aparece como resto, como algo que sobrevive apesar de tudo, ou melhor, é o relato da sobrevivência em si, “o que a narrativa conta é precisamente a história da perda do fogo, do lugar e da prece. Todo o relato – toda a literatura - é, nesse sentido, memória da perda do fogo (AGAMBEN, 2018, p. 29).

O fogo e o relato, o mistério e a história são dois elementos indispensáveis da literatura. Mas de que forma um elemento, cuja presença é a prova incontestável da perda do outro, pode dar testemunho daquela ausência, esconjurar sua sombra e sua lembrança? Onde há relato, o fogo se apagou; onde há mistério, não pode haver história (AGAMBEN, 2018, p. 34).

Notamos, assim, que a mesma rua de mão dupla que transita a memória transita a literatura, pois se trata sempre do embate de gigantes a memória e o esquecimento, ausência e presença. “Porém, algo sucede para que a ‘recordação’ deixe de ser um mero recurso argumentativo e se converta em um dever, em um imperativo categórico” (MATE, 2011, p. 166). Lembrar torna-se, então, um dever ético em relação ao passado, um dever que também é da literatura e que talvez seja possível apenas em função da mesma.

O que parece estar em jogo é a tarefa de transmissão da história e de como isso é possível. Pensando de maneira analítica, não há escolha no que herdar, como bem lembra Freud a partir de Goethe, a opção que pode ser feita é apoderar-se do que herdou-se ou não. É justamente de algo muito semelhante que um dos contos do livro de Bernardo trata, sobre algo que pode ser identificado de forma “genética”.

No conto “Os Gaúchos” é narrada a história de um rapaz chamado Júlio Saraiva de Carvalho, um jovem prodígio formado em jornalismo que causou um furor enorme por ter realizado uma reportagem investigativa no fim do curso que expôs uma série de ilicitudes cometidas pelo DETRAN de Porto Alegre. O conto relata que o garoto não confia no pai, homem rico, apoiador do golpe de 1964, porém, aponta um tipo, irmão do pai, de nome Nunes, que era uma referência para ele por ter apoiado o movimento pela legalidade.

Júlio procura o tipo por uma oferta de trabalho que recebera de um jornal e outra da universidade. O tio fala que ele poderia conciliar os trabalhos, que os horários permitiriam e que seria importante manter as duas atividades por conta do prestígio que

ambas poderiam trazer. Ele encaminha a documentação, porém, havia um problema: ele ocultara um certificado de bons antecedentes e durante um jantar, o pai retoma o assunto:

– Júlio, meu filho, escute bem, eu procurei meus amigos do Governo, falei também com aquele delegado do Dops que uma vez eu livre de uma acusação infundada de prevaricação, não sei se você se lembra, e falei com o vice-reitor da universidade, que foi meu colega de chapa na campanha para a presidência da Ordem dos Advogados. O caso é o seguinte: você devia ter incluído na documentação um atestado de bons antecedentes.

Como você fez o desaforo de ignorar essa exigência, eles foram se informar na polícia e viram a tua ficha com essas bobagens todas de estudante.

Pronto, lá vem a discussão de sempre, pensou Júlio. Ficou quieto, retesado, disposto a abandonar a mesa, o que constituiria grave infração da ordem familiar. Não mandou o atestado de propósito, por princípio, e porque sabia muito bem que ia vir um metro de papel com o registro de todas as vezes em que foi pego em passeatas.

O pai pigarreia de novo, sinal de que não tinha terminado.

– Acertei com eles de você escrever uma carta de próprio punho e assinada, declarando que não é esquerdista nem comunista, que repudia essas coisas todas. É uma espécie de retratação por não ter enviado o atestado. Você escreve essa carta e entrega a eles. Se quiser eu mesmo entrego, e está tudo resolvido (KUCINSKI, 2014, p. 129).

Vemos a cena clássica, talvez até mesmo estereotipada demais, do pai que rege a família com um pulso extremamente firme e existe uma série de normas que compõe o cotidiano de todos, claro, todas submissas à sua vontade soberana. Bom, de fato o velho resolveria o problema do filho, mesmo indo absolutamente contra todas as suas inclinações ideológicas aquilo que o filho acredita.

A resposta, porém, não é exatamente a esperada

– Essa carta, esses filhos da puta nunca vão ter.

A mãe e os dois irmãos encolhem-se nas cadeiras. Jamais um dos filhos soltara um palavrão na frente do pai.

Faz-se um silêncio pesado. De fisionomia crispada, o velho Saraiva de Carvalho pousa lentamente os braços na mesa e larga os talheres. Passam-se alguns segundos. Então sua fisionomia aos poucos se abrande e a cabeça se inclina, como que se rendendo ao inevitável. E de cabeça ainda baixa, num tom que mistura orgulho e tristeza, ele diz, categórico:

– Muito bem, meu filho. De um Saraiva de Carvalho eu não esperava outra coisa (KUCINSKI, 2014, p. 129 – 130).

A surpresa de todos e a reação mais surpreendente de todas, do próprio pai, que compreende que as coisas não poderiam ser de outra forma pois a herança que seu filho poderia possuir é de não ceder do seu desejo, da sua ideia, de jamais se dobrar a vontade soberana. Esse é um detalhe muito importante acerca da transmissão, daquilo que se passa adiante mesmo que não se queira, o que gera esse misto de orgulho e tristeza.

Considerações posteriores

Consideramos ao fim deste trabalho não termos chegado nem próximo do esgotamento do tema e do objeto em questão. Pensamos que a construção metodológica foi fundamental para termos conseguido apresentar uma série de contos e de outros produtos da cultura que foram se somando ao texto, que se constituiu, na prática como uma colagem de diversos eventos, acontecimentos, registros de diversas ocasiões e autores.

As questões que os contos foram trazendo foram sendo expostas e, junto delas, foram sendo evocadas imagens de acontecimentos “reais” e construções teóricas que permitiram o engrandecimento do texto.

A imagem mais adequada que encontro para descrever o que foi descrito até agora é a de uma colcha de retalhos, onde são comentados inúmeros temas que parecem, inclusive, não terem relação um com o outro ou, até mesmo, parecerem pretenciosos demais. Comentamos a formação da América, a Shoah, o genocídio armênio, as ditaduras do Cone Sul, a historiografia, o testemunho, o trauma, a literatura, a arte, o fascismo, a lei e etc. A grande questão que trazemos é que é possível evocar tudo isso a partir do ponto de vista de um comentador do texto, ou seja, lendo o texto como algo que cresce aos olhos do leitor.

Entendemos que os contos funcionaram como alegorias arquetípicas das narrativas sobre o período ditatorial. Desde a representação da família que é recrudescida pelo autoritarismo da figura paterna, passando pela função do feminino enquanto tecedora da memória e mantenedora da vida nos contos que envolviam aspectos religiosos, do surto promovido a partir do trauma da tortura que acaba em um momento de entrega de companheiros, do espírito de paranoia coletiva onde não se pode confiar em ninguém, do luto impossível do enterro sem um corpo, do objeto que retorna para assombrar uma vítima e uma série de coisas.

Um dos motores da escrita deste texto foi a advertência de Bernardo Kucinski logo ao início, de que tudo que está escrito ali é ficção, porém, potencialmente aconteceu. Podemos dizer a partir das séries associativas que foram ativadas durante a composição do texto em si e durante a leitura são uma espécie de prova de que tudo que está ali aconteceu e segue acontecendo como uma máquina infinita.

Consideramos que o Brasil enquanto país teve muitos avanços e retrocessos no que tange o tratamento desse tema no tecido social. Temos um processo transicional marcado por uma anistia inacabada e firmada em um pacto violento que silenciou as vítimas do Estado novamente. Tivemos avanços a partir de 2010, a partir da CNV, do Clínicas do Testemunho, das Caravanas da Anistia e da Comissão de Anistia, porém, vimos boa parte desses movimento vanescerem no ar durante a composição de uma nuvem de fascismo que solapou a realidade brasileira a partir de 2016.

Esse texto é escrito durante esse momento histórico, o que acaba por justificar a sua relevância de maneira tautológica. Tivemos avanços muito grandes no reconhecimento por parte de entes estatais de violações cometidas pela ditadura civil-militar, porém, como a verdade possui forma de ficção os ventos mudam e acabam por promover uma lógica negacionista ou que acaba por legitimar as atrocidades.

Nesse ponto vemos a pertinência teórica do que foi trazido durante todo este percurso, desde as teorias benjaminianas que vão tentar constituir um tecido narrativo que permita uma história em devir. O traumático como força constitutiva da realidade, como aquilo que vemos repetir diariamente tentando se inscrever. A cada morte noticiada ou não noticiada cometida por algum ente estatal, dolosamente, culposamente ou com dolo eventual, a cada uma destas se atualiza a violência como um todo.

E um cenário como esse, onde o que se apresenta é um terreno empobrecido em termos narrativos, onde a lógica do clichê produtor de mitos acaba por tomar conta da esfera pública, a literatura acaba por ocupar um lugar fundamental para tentar algum tipo de torção possível. Para que possa ser ligado ao presente ao passado e que possamos redimir os mortos e desaparecidos com a dignidade do reconhecimento de sua existência, mesmo que esse movimento se dê no reconhecimento público de suas mortes.

Daí que vem a importância de entendermos o livro como produto da cultura, tudo nele é verdade sim, tudo ali aconteceu, mas somente na ficção que é possível colocar essas histórias dentro de um dispositivo menos truculento que a força da lei, mas sim o dispositivo da linguagem. Apostando na ideia de fiar um tecido social pautado em uma gramática que não seja de alvejar os inimigos, e que estes inimigos não sejam qualquer outro que não seja homem, branco, heteronormativo, conservador nos costumes e liberal na economia.

A partir daí vemos que a alegoria de uma colcha de retalhos é interessante para vermos o que tornou-se este escrito. Uma composição que é oriunda de diferentes forças e diferentes esforços diante da realidade que visa, em última instância, funcionar como o vaga-lume que poderá relampejar em um instante e iluminar a história em um momento de perigo.

Pensamos que é fundamental que a temática cresça ainda mais nos debates públicos e acadêmicos. Percebemos que o tema ainda não se tornou esgotado, visto que nem o assunto do Holocausto tornou-se conhecido em totalidade e que o genocídio armênio é reconhecido por apenas vinte e uma nações soberanas, não é a ditadura civil-militar que está acabada.

Percebemos também que é fundamental pensarmos as narrativas literárias que se aproximem do cotidiano, que saiam do cânone, para que possamos converter o passado em algo transmissível, para que possa ser narrado. Ainda não conseguimos construir uma narrativa pública sobre o passado autoritário e, justamente por isso, os esforços devem ser cada vez maiores para que não cessemos de escovar a história a contrapelo.

Consideramos também que há um prejuízo enorme do fechamento de espaços públicos como o Clínicas do Testemunho e o esvaziamento da Comissão de Anistia, pois isso denota que o Estado retirou-se, novamente, deste debate histórico e que a carga ficará novamente para a sociedade civil organizada. Ela manterá essa luta e chama acesa, para sempre fazer lembrar o que os perpetradores tentam apagar da história.

Referências bibliográficas

ABRÃO, Paulo, CARLET, Flávia, FRANTZ, Daniela, FERREIR, Kelen, OLIVEIRA, Vanda Davi Fernandes de. AS CARAVANAS DA ANISTIA: Um mecanismo privilegiado da justiça de transição brasileira. II Reunião do Grupo de Estudos sobre internacionalização do Direito e Justiça de Transição IDEJUST. 2010.

AGAMBEN, Giorgio. (2004) *Estado de exceção*. Boitempo, São Paulo. 2004.

AGAMBEN, Giorgio. (2005) *O que é um dispositivo?* Editora Outra Travessia, Florianópolis. 2005.

AGAMBEN, Giorgio. *O Fogo e o relato: Ensaio sobre criação, escrita, arte e livros*. Editora Boitempo, São Paulo, 2018.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. Editora Boitempo, São Paulo, 2007.

ALTOUNIAN, Janine. O intraduzível entre os ecos cálidos e os ecos assassinos de uma mesma língua. 2012.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Pag. 123 – 128. Editora Brasiliense, São Paulo, 2012.

BENJAMIN, Walter. Rua de Mão única. In: *Rua de Mão única*. Pag. 9 – 143. Editora Brasiliense, São Paulo. 2012.

BENJAMIN, Walter. Teses Sobre o conceito de História. In: *Rua de Mão única*. Pag. 241 – 252. Editora Brasiliense, São Paulo, 2012.

BENJAMIN, Walter. Origem do drama barroco alemão. Editora Brasiliense 1985

BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Rua de Mão única*. Pag. 213 – 240. Editora Brasiliense, São Paulo, 2012.

BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Pag. 97 – 116. Editora Brasiliense, São Paulo, 2012.

BENJAMIN, Walter. Para a crítica da violência”. In: *Escritos sobre mito e linguagem*. pp. 121-164. Editora 34, Rio de Janeiro. 2013.

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Pag. 37 - 51. Editora Brasiliense, São Paulo 2012.

BENJAMIN, Walter. Franz Kafka: A propósito do décimo aniversário de sua

morte. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Pag. 147 – 179. Editora Brasiliense, São Paulo 2012.

BENJAMIN, Walter. Baudelaire e a modernidade. Editora autêntica, Belo Horizonte. 2015.

BORGES, Jorge Luis. Ficções. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

CUNHA, Paulo. Militares e anistia no Brasil: um dueto desarmônico. In: *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. Pag. 15-40. Boitempo, São Paulo. 2010.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Editora Estudos, Rio de Janeiro. 1973.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Conexões, Rio de Janeiro. 2001.

DERRIDA, Jacques. Força de Lei. Editora Martins Fontes, São Paulo. 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Sobrevivência dos Vaga-lumes. Editora UFMG, Minas Gerais. 2011.

DUSSEL, Enrique. 1492: O encobrimento do outro. Editora Vozes. Petrópolis. 1993.

ENDO, Paulo. Elaboração onírica, sonhos traumáticos e representação na literatura de testemunho pós-ditadura no Brasil. In: Seligmann-Silva, M., Ginsburg, J., Hardman, F. F. *Escritas da Violência. Vol. II* Representações da violência na história e na cultura contemporâneas na América Latina. Pag. 119 – 132. Editora 7 Letras São Paulo. 2012.

FERENCZI, Sándor. Dois tipos de neuroses de guerra (histeria). In S. Ferenczi, *Obras completas* Vol. 2. Pag. 293-311. Martins Fontes, São Paulo. 2011.

FERENCZI, Sándor. Reflexões sobre o trauma. In S. Ferenczi, *Obras completas* Vol. 4. Pag. 136 - 137. Martins Fontes, São Paulo. 2011.

FERENCZI, Sándor. Confusão de Língua entre adultos e crianças. In S. Ferenczi, *Obras completas* Vol. 4. Pag. 111-136. Martins Fontes, São Paulo. 2011.

FREUD, Sigmund. BREUER, Josef. *Estudos sobre a histeria*. In. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Editora Imago, Rio de Janeiro. 1995.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica. In. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Editora Imago, Rio de Janeiro. 1995.

FREUD, Sigmund. *Primeiras Publicações Psicanalíticas*. In: Obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Editora Imago, Rio de Janeiro. 1997.

FREUD, Sigmund. *Moisés e a religião monoteísta*. Editora L&PM, Porto Alegre. 2018.

FREUD, Sigmund. *Além do Princípio do Prazer*. Editora L&PM, Porto Alegre. 2018.

FREUD, Sigmund. *Mal estar na civilização, Novas conferências introdutórias e Outros textos*. Editora Companhia das Letras, São Paulo. 2010.

FREUD, Sigmund. *Mal estar na civilização, Novas conferências introdutórias e Outros textos*. Editora Companhia das Letras, São Paulo. 2010.

FREUD, Sigmund. “O Inquietante”. In. *Obras Completas de Sigmund Freud "HOMEM DOS LOBOS" E OUTROS TEXTOS*. Editora Companhia das Letras, São Paulo. 2010.

FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil: (“O homem dos lobos”): além do princípio do prazer e outros textos*. São Paulo. Editora Companhia das Letras São Paulo 2010.

FREUD, Sigmund. *O eu e o id, “autobiografia” e outros textos*. São Paulo. Editora Companhia das Letras, São Paulo 2011.

FREUD, Sigmund. *Totem e Tabu*. Editora L&PM, Porto Alegre. 2013.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. Editora L&PM, Porto Alegre. 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, Escrever, Esquecer*. Editora 34, São Paulo, 2006.

ITAQUY, Gabriela. *Vidas Silenciadas Pela Ditadura Civil-Militar Brasileira: O Traumático e a Potência da Escrita*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, o Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.

KEHL, Maria Rita. *Três perguntas sobre o corpo torturado*. In: Keil, I; Tiburi, M (org). *O Corpo Torturado*. Pag. 9 – 21. Escritos Editora. 2004.

KEHL, Maria Rita. *Tortura e Sintoma social*. In: Edson Teles e Vladimir Safatle (orgs.) *O que resta da ditadura*. Pag. 123 – 132. Boitempo Editorial, São Paulo. 2010.

KEIL, Ivete. *Nas rodas do tempo*. Em: Keil, I; Tiburi, M (org). *O Corpo Torturado*. Pag. 41 – 61. Escritos Editora. 2004.

KUCINSKI, Bernardo. *Você vai voltar pra mim e outros contos*. Cosacnaify, São Paulo. 2014.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud*. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro. 2009.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 4: A relação de objeto*. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro. 1995.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11: Os Quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro. 2008.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 4: Os Escritos Técnicos de Freud*. Jorge Zahar Editora. 2009.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Editora Rocco. 1988.

MATE, Reyes . *Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin Sobre o conceito de história*. SCHNEIDER, Editora Unisinos, 2011.

MATE, Reyes . *Memórias de Auchwitz.*, Editora Unisinos, 2005.

NICHANIAN, Marc. A morte da testemunha: Para uma poética do “resto” (reliquat). In: Org. SELIGMANN-SILVA, Márcio. GINSBURG, Jaime. HARDMAN, Francisco Foot. *Escritas da Violência vol. 1 – O testemunho*. Editora 7 Leras. 2012.

NOUZEILLES, Gabriela. Os restos do político ou as ruínas do arquivo. In: SOUZA, Eneida Maria; MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Crítica e Coleção*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PANDOLFO, Alexandre Costi. Um corpo, uma confissão e um desaparecimento. In: *Ciências & Letras, Porto Alegre*, n. 56, jul/dez 2014, p. 221-232.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditadura brasileira: Memória, Verdade... e Justiça? In: *Revista Historiæ, Rio Grande*, 3 (3): 65-84, 2012.

PERRONE, Claudia. MORAES, Eurema Gallo de. Do Trauma ao testemunho: Um caminho possível de subjetivação. In: *Clínicas do Testemunho: Reparação psíquica e construção de memórias*. Pag. 31 – 46. Ed. Criação Humana. 2014.

PETERSON, Michel. A Universidade: Da Responsabilidade do Corpo Docente. In. *O olho da Universidade*. Pag. 11 – 83. Ed. Estação Liberdade, São Paulo. 1999.

RODEGHERO, Carla Simone; DIENSTMANN, Gabriel; TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

ROSENFELD, Israel. *A invenção da memória: Uma nova visão do Cérebro*. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1994.

SCHÜLER, Donald. Buracos na memória. In: *Afrontar fronteiras*. Editora Movimento. 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A era do trauma. In: *Coleção ensaios brasileiros contemporâneos: Psicanálise*. Funarte. 2017.

SOUSA, Edson Luiz André de. *Ficções rebeldes – trilhos, ilhas, agulhas. Texto parcialmente reescrito apresentado na Jornada da APPOA Resistências e Subversões – o sujeito em questão*. Link: <http://psicanalisedemocracia.com.br/2017/10/ficcoes-rebeldes-trilhos-ilhas-agulhas%C2%B9-edson-luiz-andre-de-sousa/> . Acessado em: 5 de novembro de 2017. 2017.

VIANNA, Helena Bessermann. *Não conte à ninguém*. Editora Imago, Rio de Janeiro, 1994.